

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**EDEMIR BRASIL FERREIRA**

A multidão rouba a cena:  
O quebra-quebra em Salvador (1981)

**SALVADOR-BAHIA**  
**2008**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**EDEMIR BRASIL FERREIRA**

A multidão rouba a cena:  
O quebra-quebra em Salvador (1981)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Doutora Lina Maria Brandão Aras.

**SALVADOR-BAHIA  
2008**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**EDEMIR BRASIL FERREIRA**

A multidão rouba a cena:  
O quebra-quebra em Salvador (1981)

Banca Examinadora:

Prof. Dr. **LINA MARIA BRANDÃO DE ARAS – UFBA (orientadora)**

Prof. Dr. **ISRAEL DE OLIVEIRA PINHEIRO - UFBA**

Prof. Dr. **ANTONIO MAURICIO FREITAS BRITO - UNEB**

**SALVADOR-BAHIA  
2008**

“Acaba tudo em confusão  
A multidão enfurecida,  
Queimou os carros da polícia  
Os preços fogem do controle,  
Mas que loucura esta nação!  
Não é tentar o suicídio  
Querer andar na contramão?  
Quem quer manter a ordem?  
Quem quer criar desordem?  
Não sei se existe mais justiça,  
Nem quando é pelas próprias mãos  
População enlouquecida,  
Começa então o linchamento  
Não sei se tudo vai arder  
Como algum líquido inflamável,  
O que mais pode acontecer  
Num país pobre e miserável?  
E ainda pode se encontrar  
Quem acredite no futuro... “  
Titãs

## AGRADECIMENTOS

Essa dissertação para ser concluída teve a colaboração direta e indireta de várias pessoas. Cada uma, do seu jeito, ajudou a construí-la. Desde a elaboração do projeto de pesquisa até o dia da defesa. Neste caminho contei com pessoas especiais que nesse momento agradeço de coração. Em primeiro lugar quero agradecer a minha família, toda ela, minha mãe que sempre torceu, rezou e se preocupou comigo. Mãe te amo! À meu pai, seu Dudu, que mesmo não tendo consciência do que é uma dissertação, deu-me força com seu sorriso. À meu irmão Edmar, apesar de longe fisicamente, tinha a preocupação de perguntar como andava a pesquisa e, na reta final, ajudou fazendo a revisão ortográfica. Aos meus outros irmãos e familiares: Eliomar, Tiago Henrique, Celinha, Camila, Maurício, Diogo, Regi, Dona Zezé, Geisa, Tiago, Quinho, Lucas, que também se importaram com a minha pesquisa e souberam compreender minha ausência.

Em especial à Fabiana, esposa, amiga, companheira, conselheira, por tudo ao longo destes 14 anos juntos. Meu porto seguro, tranqüilizou-me nos momentos mais difíceis, nos momentos de total paralisia ela estava lá apoiando. Nas contribuições na digitação, transcrição, leituras e correções. Agradeço com muito amor, carinho e admiração!

À família que podemos escolher – os amigos. Anderson, Fábio, Cloux, Chico, Mário, Fernanda, Cecília, Juá, Gisele. Em especial à Vanessa pelo companheirismo, dividindo os mesmos medos e angústias que no final foram superadas. Agradeço ao amigo Punk, pelo apoio dado durante a construção do projeto, durante a seleção, pelas dicas metodológicas, por estimular a superação dos problemas, pelas cobranças e pela força. Obrigado!

Agradeço os colegas de mestrado pelos momentos de reflexão, estudo e risadas. Aos professores do Programa e os que participaram da banca de qualificação, pela paciência e por apontar alguns caminhos possíveis. Aos funcionários, principalmente, à Ariane, pela atenção.

À minha orientadora, Lina Maria Brandão Aras, por ter me acolhido, por acreditar, pelo apoio e compreensão em todos os momentos, inclusive nos piores, por abrir portas e propor avanços nos estudos. Agradeço sua dedicação.

À FAPESB pelo financiamento da pesquisa.

A todos muito obrigado!

## RESUMO

Essa dissertação objetiva analisar, os sujeitos, as motivações, as ações e os resultados do episódio conhecido como Quebra-quebra de Salvador em 1981. Baseada em fontes jornalísticas o estudo reconstrói os *quatorze dias que abalaram Salvador*, analisando dia após dia as ações dos movimentos organizados, dos partidos políticos e da multidão que ousou em roubar a cena, passando a ter um papel protagonista na luta contra o aumento das passagens de ônibus na capital baiana. O estudo aponta ainda, o papel do governo na repressão contra a multidão. Centenas de presos e feridos, mais de quinhentos ônibus depredados, uma dezena incendiado e uma forte turbulência política foram alguns dos saldos dessa batalha.

Palavras-chave: Quebra-quebra – Multidão – Protesto Popular – História da Bahia

## SUMÁRIO

GLOSSÁRIO.....	08	
INTRODUÇÃO.....	10	
CAPÍTULO I - Turbulência política (1978 - 1981)		
No Brasil da distensão.....	22	
A Bahia não vai bem, Salvador também!.....	31	
A cidade e seus protestos.....	38	
CAPÍTULO II – De passeata a quebra-quebra: os movimentos pacíficos e a explosão popular.....		47
As movimentações antes dos protestos violentos.....	48	
A quinta-feira da explosão popular.....	61	
CAPÍTULO III – Por dentro do quebra-quebra: crescimento e perda de controle do movimento.....		77
Tensão e negociação.....	82	
Das vaias às pedradas.....	97	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103	
ANEXOS.....	105	
LISTA DE FONTES.....	115	
REFERÊNCIAS.....	115	

## GLOSSÁRIO

- ABI – Associação Brasileira de Imprensa.
- ACM – Antonio Carlos Magalhães.
- APUB – Associação dos Professores Universitários da Bahia.
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.
- BANEB – Banco do Estado da Bahia.
- BNH – Banco Nacional de Habitação.
- CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia.
- CEAS – Centro de Estudos e Ação Social.
- CEDOC – Centro de Documentação da UCSal
- CEI – Centro de Estatística e Informação da Bahia.
- CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco.
- CIA – Centro Industrial de Aratu.
- CIP – Conselho Interministerial de Preços.
- CIS – Centro Industrial de Subaé.
- CPE – Centro de Planejamento e Estudos.
- DCE – Diretório Central dos Estudantes.
- FABS – Federação das Associações de Bairros de Salvador.
- FLE – Federação Livre dos Estudantes.
- GEP – Grupo Especial da Polícia.
- INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social.
- IPM – Inquérito Policial Militar.
- MCC – Movimento Contra a Carestia.
- MCV – Movimento Custo de Vida.
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro.
- ME – Movimento Estudantil.
- MEC – Ministério da Educação.
- MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro.
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.
- PCB – Partido Comunista Brasileiro.
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil.
- PDS – Partido Democrático Social.
- PDT – Partido Democrático Trabalhista.



PEA – População Economicamente Ativa.  
PIB – Produto Interno Bruto.  
PM – Polícia Militar.  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.  
PP – Partido Popular.  
PT – Partido dos Trabalhadores.  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.  
PUC – Pontifícia Universidade Católica.  
RLAM – Refinaria Landulfo Alves.  
RMS – Região Metropolitana de Salvador.  
SM – Salário Mínimo.  
SNI – Serviço Nacional de Inteligência.  
SSP – Secretaria de segurança Pública.  
STIEP – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Petróleo.  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.  
UCSal – Universidade Católica do Salvador.  
UFBA – Universidade Federal da Bahia.  
UNE – União Nacional dos Estudantes.

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação objetiva investigar um capítulo da história baiana no século passado: O “quebra-quebra” em Salvador, ocorrido no mês de agosto de 1981, aparece como um grande protesto popular na história recente da Bahia e do Brasil. O maior quebra-quebra urbano já ocorrido, desde 1968, segundo a revista VEJA (26.08.1981. p 20).

O ponto de encontro com essa temática ocorreu durante nossa participação em um trabalho de pesquisa que resultou num livro sobre a história das Assistentes Sociais baianas.<sup>1</sup> No decorrer do tratamento de uma das fontes pesquisadas, a saber, os Cadernos do CEAS, encontramos um artigo sobre o tema, escrito por Oto Filgueiras (1981). Contudo, não bastava escolher o tema, aproveitando a dica metodológica de Vieira (1989) começamos a pensá-lo como um objeto de estudo.

Definir o tema é pensar o objeto e não apenas escolher o assunto. Nesse sentido a definição não é um ato só inicial: ela se articula com a problematização, formando com esta momentos e expressão de um único movimento. Qualquer que seja o ponto de partida: uma referência bibliográfica, uma reflexão metodológica, um contato com fontes, uma experiência de vida, ou um debate colocado pelo social, a construção do objeto, dependendo da postura teórica do pesquisador e de sua vivência, se realizará por caminhos diferentes, conduzindo a resultados também diferentes. (VIEIRA, 1989, p 30)

Com base nessa orientação, iniciamos a pesquisa. Procuramos analisar o tema com o objetivo de analisar as relações entre as ações coletivas, transformações econômicas e a movimentação política na Bahia durante os protestos populares, em agosto de 1981. Trilhamos o estudo no dia a dia do quebra-quebra, procurando observar dentro dos quatorze dias: os sujeitos; os agentes envolvidos; as entidades; os partidos políticos e as ações da multidão. Como procuramos também, identificar as motivações coletivas e os possíveis impactos do quebra-quebra na atmosfera política baiana.

Em outra medida, a relevância desse tema ganha contorno quando observamos um “quase silêncio” da historiografia baiana sobre anos 80, tomando como base as dissertações de mestrado em História Social da UFBA. Por outro lado, não existe nenhum trabalho historiográfico sobre o tema. Assim, o estudo desse processo histórico tende a contribuir para o conhecimento sobre conflitos sociais ocorridos nessa

---

<sup>1</sup> Pesquisa sobre os 40 anos do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), no qual resultou na publicação do livro: *Paixão, política e utopia: organização das assistentes sociais na Bahia, 1963-2003*. Onde é trabalhada a ação das assistentes sociais baianas dentro das suas entidades representativas.

temporalidade, bem como desenvolver o horizonte do estudo da história do protesto popular e da ação das multidões. Conhecer as motivações, as formas de organização e protesto, o tecido social participante, dentre outras questões, é fundamental para enriquecer o conhecimento da luta dos baianos contra a carestia e formas de opressão, bem como contribuirá para inserir na historiografia essa página da história.

O “Quebra-Quebra” dos ônibus em Salvador ocorreu após o anúncio do reajuste de 61% da tarifa do transporte coletivo. O Movimento Contra a Carestia (MCC)<sup>2</sup> organizou várias mobilizações de rua e tentativas de reunião com a Prefeitura Municipal para evitar o aumento. Nada adiantou e a decisão foi mantida. Após uma passeata, populares iniciaram a destruição dos ônibus, como forma de repúdio à medida dos governantes. A partir dessa iniciativa, centenas de ônibus foram apedrejados e, mais ou menos, uma dezena foi incendiado. Mais de quatorze dias de mobilização popular tomaram conta de Salvador.

É razoável supor que a conjuntura favoreceu a explosão popular. O aumento de 61% nos transportes trazia o elemento que faltava para a população que lutava contra a carestia. Entre os anos de 1980 e 1981 o preço da passagem de ônibus cresceu 259,56% (JORNAL DA BAHIA, 27/08/81). O povo que lutava contra a panela vazia mostrou sua força e abalou Salvador.

Os diálogos com as fontes jornalísticas nos sugeriram vários questionamentos, ajudando a problematizar o nosso tema. Uma série de perguntas foram feitas: Quem são os sujeitos em luta? Foram pessoas pobres que não poderiam pagar as altas passagens de ônibus? Foram os “comunistas infiltrados” no meio do povo, que queriam “desestabilizar o poder político”? Como queria o Governador da Bahia. Por outro lado, a imprensa noticiava que o “quebra-quebra” começou após uma manifestação do MCC, exigindo a revogação do aumento. Dessa forma, perguntamos: qual seria então a participação do movimento na explosão popular? O MCC negava a participação nas depredações dos ônibus.

Quais seriam as motivações para ampliar o quebra-quebra dos ônibus às de lojas, bancos e mercados? Seria possível propor que o aumento da tarifa do transporte coletivo ampliou uma crítica mais ampla à ordem social? Ou seria uma ação organizada e “bem sucedida” da oposição? Seria um motivo puro e simplesmente econômico, ou uma teia maior de influências? Essa dissertação tenta responder essas questões. Para isso,

---

<sup>2</sup> Procuramos traçar um perfil desse movimento dentro do capítulo II

identificamos o conjunto de motivos, econômicos, sociais, políticos e culturais que levaram a multidão a reivindicar, lançando mão da violência e de ações diretas.

Consideremos também que uma questão relevante é observarmos o papel da imprensa: como os jornais analisaram esse protesto popular em Salvador? Sabendo que não existe isenção jornalística, cabem aos historiadores, atentar para os adjetivos estampados nas manchetes. Essa pista se acentua se considerarmos a atmosfera de final de ditadura militar.<sup>3</sup> Algumas manchetes enfatizam nossa preocupação: “Depois da passeata, vandalismo”;<sup>4</sup> “A cidade está em Guerra”;<sup>5</sup> ‘Oito dias de violência;’<sup>6</sup> “União contra a desordem”;<sup>7</sup> “A noite da destruição”<sup>8</sup>, “Mais 40 depredações em Salvador”<sup>9</sup> e “Governador vê ação de desordeiros”<sup>10</sup>.

Dessa forma, observamos a cobertura jornalística desses órgãos de imprensa, com certo cuidado, na medida em que percebemos uma maior aproximação de alguns jornais ao discurso dos governantes. Não foi nosso objetivo fazer uma história dos órgãos de imprensa escrita que cobriram o quebra-quebra. Tivemos muita dificuldade de identificar suas preferências políticas. Por isso, alertamos desde o início, a possibilidade de imprecisão nesse quesito, mesmo porque, existe carência de estudos sobre a imprensa na Bahia republicana, sobretudo, durante o período estudado.

Finalizando, devemos observar quais foram as conquistas nesses dias de luta. Melhorou a qualidade do transporte? A passagem foi reduzida? O nível de participação popular aumentou após o quebra-quebra? Influenciou nas eleições do ano seguinte? Essas foram preocupações que nortearam nosso diálogo com as fontes. É importante ressaltar que a historiografia relacionada ao protesto popular nos ajudou a aprofundar esse conjunto de problemas.

Nesse sentido, temos como referencial para o nosso estudo autores que estudam os protestos populares. Pamplona (1996, p 05) define protesto popular, enquanto, aquele realizado por grupos ou classes que se encontram em situação de subalternidade e mesmo de dominação nas diferentes relações de forças (sociais, como também a política

---

<sup>3</sup> Sobre as relações entre imprensa, censura e ditadura militar, dialogamos, dentre outros, com: AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário. (1968-78) o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1990; AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos cruzados: Imprensa e Estado Autoritário (1964-1980)* Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1994.

<sup>4</sup> JORNAL DA BAHIA, 21 de Agosto de 1981, pág 3

<sup>5</sup> Idem, 22 de agosto de 1981, pág. 2

<sup>6</sup> TRIBUNA DA BAHIA, 27 de agosto de 1981, capa.

<sup>7</sup> JORNAL DA BAHIA, 22 de agosto de 1981, capa.

<sup>8</sup> JORNAL DA BAHIA, 21 de agosto de 1981, capa.

<sup>9</sup> A TARDE, 23 de agosto de 1981, p 3

<sup>10</sup> TRIBUNA DA BAHIA, 21 de agosto de 1981, capa.

e cultural) que, em um certo momento e espaço, caracterizaram nossa sociedade, onde a única defesa, ou o seu único canal para ser ouvido, é a revolta. Já para Hobsbawm (HOBBSAWM, 1985, p 57) o protesto popular é uma forma de “barganha coletiva através da revolta”. Para compreender melhor às motivações dos revoltosos, no quebra-quebra de 1981 lançamos mão da idéia formulada por Thompson (1998) segundo a qual, “por trás de toda ação direta popular, há sempre alguma noção legitimadora do direito”. Essa noção nos ajudar a analisar a ação da multidão, sem reduzi-lo a uma mera explicação econômica (aumento das tarifas/protesto). Por isso, procuramos identificar outros motivos que levaram ao conflito.

Uma boa pista é o estudo do mesmo autor sobre a economia moral, onde ele demonstra que o código cultural ajuda a multidão a interpretar quando algo é abusivo, fazendo com que exista uma reação (THOMPSON, 1998). A importância desses estudos para nossa pesquisa é nos alertar contra a cilada do reducionismo econômico na explicação da ação popular.

Nos inspiramos, ainda, em outros autores da historiografia inglesa, sobretudo nos estudos da “História das Multidões”, das “Turbas Urbanas”, ou seja, dos protestos urbanos. O artigo de Marco Pamplona (1996) nos ajudou a compreender os avanços dessa temática ao longo das últimas décadas, na medida em que demonstra a importância da história social britânica, através do trabalho de historiadores como George Rude, Edward P. Thompson, Eric J. Hobsbawm e Charles Tilly, onde encontramos os avanços no debate sobre o tema.

Em geral, esses estudos unificam-se na crítica à historiografia que considera essas formas de protesto popular como “nota de pé de página”. Nesse artigo, Pamplona traz um suporte importante para a definição da tipologia desses protestos, onde está presente um conjunto de sujeitos com objetivos e desejos diferentes, mas que participaram de ações comuns onde reivindicaram melhorias de vida em geral.

Além do conceito de protesto popular já elencado em notas anteriores, o autor ainda sugere que é importante compreender as relações entre as ações coletivas, as transformações econômicas e a organização política: a necessidade de perceber a complexa relação entre as ações coletivas, a transformação econômica e a reorganização política da sociedade estudada. (PAMPLONA, 1996, p 3)

Esta pesquisa também propõe percorrer os caminhos da história social, com base em Hobsbawm (1998, p 92): uma história da sociedade, que é, portanto, um diálogo entre modelos gerais de estrutura e mudanças sociais e o conjunto específico de

fenômenos que, de fato, aconteceram.

Dialogamos ainda com outros autores que trabalharam na perspectiva do protesto popular como José Murilo de Carvalho (1987), com sua obra sobre a revolta da vacina, como também outro estudo de Marco Pamplona (2003), a respeito dessa mesma temática carioca. Da mesma maneira, realizamos um debate com os autores que pesquisaram o quebra-quebra paulista de 1947: Moisés (1985) e o recente artigo publicado por Duarte (2005).

Na Bahia temos como destaque o trabalho de Mario Augusto Silva Santos (2001) – ainda que o autor tenha trabalhado com uma delimitação temporal diferente, procurou analisar o papel que o povo desempenhou nas primeiras décadas da República, demonstrando como resultado uma grande quantidade de manifestações populares. Segundo Santos (2001, p 175);

Todas as agitações tratadas (na pesquisa) eram imediatistas, lutas de baixa de preços dos alimentos. Por esse aspecto, se aproximam do tipo de movimento de “turbas”, caracterizado por Hobsbawm. A este tipo têm também de análogo os objetivos; “Os mercados, revendedores e as taxas e impostos locais”. Pelo menos, os mercados e os comerciantes sempre estiveram na mira das acusações e reivindicações dos consumidores de Salvador.

A caracterização das revoltas estudadas por Santos ao mesmo tempo em que se aproxima de Hobsbawm, afasta-se da nossa. Pelo menos em um aspecto relevante, as revoltas mencionadas são enquadradas como manifestações de sociedades pré-industriais, o que não era o caso da Bahia em 1981.

Como as ações da “turba”, essas agitações se manifestavam em uma sociedade pré-industrial, onde a implantação de indústrias não se mostrara ainda capaz de promover mudanças globais. Existiam operários industriais, mas que não constituíam o componente principal do proletariado de Salvador. Daí a própria debilidade dos movimentos grevistas e das reivindicações dos trabalhadores em seu conjunto. E daí também a dramaticidade que assumiam os movimentos contra a carestia, em meio aos protestos urbanos. Mas só vai até aí a semelhança entre os movimentos de massa de Salvador e a “turba” de Hobsbawm (SANTOS, 2001, p 176).

O autor faz uma boa diferenciação entre os protestos contra a carestia e as greves. De acordo com Santos (2001, p 179), “os protestos contra o custo da alimentação eram mais apaixonantes do que as greves e, por isso, muito mais do que elas, suscitaram reações dos que se viam episodicamente na mira dos brados acusatórios dos esfomeados”.

Sobre a relação da imprensa e os movimentos reivindicatórios Mário Augusto é taxativo. “A grande imprensa estava comprometida com grupos políticos oligárquicos”.

Este comportamento da imprensa era, certamente, uma das formas de controle de que dispunha a classe dominante (SANTOS, 2001, p 182). Essas observações nos ajudaram a compreender melhor nosso objeto de estudo, pois encontramos questões semelhantes, mesmo havendo uma diferença dos períodos. Todavia, as questões formuladas por Mário Augusto podem nos levar em outra direção. Sem contradição com o que já foi mencionado, mantivemos um diálogo próximo ao autor, utilizando suas observações para caracterizar o quebra-quebra de 1981.

Do exame inicial dos movimentos contra o custo de vida, observa-se uma diversidade de características, em vista do que, para fins de análise, podem ser eles aqui enquadrados em dois tipos: espontâneos e organizados.

Os movimentos espontâneos apareciam sob a forma de distúrbios de toda espécie: arruaças, agressões, saques, quebra-bondes, quebra-lâmpioes, fecha-fechas. [...]

Os movimentos organizados tomavam as formas de comícios, passeatas e reuniões. Representavam um tipo mais novo e amadurecido de protesto, enquanto os espontâneos eram mais arcaicos e mais inconseqüentes. (SANTOS, 2001, p 163).

Utilizamos algumas dessas definições durante o trabalho, sobretudo a diferenciação entre os movimentos organizados e os espontâneos. Por fim, Santos nos ajuda a analisar, mesmo que de forma resumida, a importância das ações diretas da multidão e qual a sua repercussão:

No final, o grito dos oprimidos pela sobrevivência expressou momentos de grande tensão social na Salvador da Primeira República. Mas esse grito, abafado pela fraqueza interna dos movimentos de protesto e pelas várias formas de controle social, não conseguiu romper o cerco dos poderosos, embora os colocasse na defensiva. (SANTOS, 2001, p 183).

Especificamente sobre a nossa temática, procuramos dialogar com dois estudos que abordam o Quebra-quebra em Salvador. O primeiro foi o despertar para nossa pesquisa, o artigo de Oto Filgueiras (1981): *Quebra-quebra de Salvador*. O segundo foi a dissertação de mestrado de Maria Alba Oliveira Carvalho (1991): *Salvador anos 80, tempos de normalidade e de rebelião: um estudo sobre os movimentos sociais em Salvador*. O artigo de Oto Filgueiras é uma contribuição jornalística, no qual o autor expressa uma visão crítica e analítica do evento ocorrido em Salvador em agosto e setembro de 1981. Além disso, o autor utiliza um misto de matérias dos principais jornais da cidade e percepção pessoal, traduzindo, assim, uma visão do processo trabalhado no “calor dos fatos”, sem tecer críticas ao uso de jornais como fonte histórica.

É necessário, contudo, registrar a importância deste trabalho, pois se trata de

uma das poucas reflexões sobre o fenômeno. O seu valor é notado também como registro, relato e memória do período, “os quatorze dias que abalaram Salvador”. Filgueiras aborda o tema fazendo uma cronologia dos fatos, trazendo a divisão do tema em outros subtemas, indicando sua origem, seu desenrolar e o que significou em termos de consciência e participação do povo. Ao mesmo tempo, critica a interpretação dada pelo governador, analisa as diversas atitudes assumidas pelas oposições e avalia os resultados alcançados.

O artigo de Filgueiras nos instigou a formular algumas interrogações para a nossa pesquisa. Desse modo, um dos aspectos que tentamos compreender é a possível espontaneidade dos protestos: será que o quebra-quebra foi fruto da apenas de espontaneidade? Como um movimento espontâneo dura tanto tempo?

Quando, naquela tarde de quinta feira, do dia 19 de agosto, a passeata convocada pelo Movimento Contra a Carestia – MCC, saiu do Campo Grande em direção à Prefeitura, para exigir a revogação do aumento de 61% no preço das tarifas de ônibus, ninguém podia supor que a partir daí surgiria a maior explosão popular que aconteceu em Salvador nas últimas décadas. Uma verdadeira rebelião popular que nasce de um pequeno movimento organizado, mas que se prolongou de forma espontânea por mais duas semanas. (FILGUEIRAS, 1981, p 18)

Outra questão que incorporamos a nossa pesquisa, foi a de compreender o papel das forças de oposição no quebra-quebra, destacando qual teria sido seu nível de participação e sua importância para o desenrolar dos acontecimentos. Para Filgueiras

“a oposição institucional entra em cena para tentar interpretar o quebra-quebra. Alguns oposicionistas de esquerda estão eufóricos, outros assustados. Mas, a oposição, legal e não legal, se surpreende com a ira popular. Espantadas, as forças oposicionistas tentam direcionar e canalizar sem sucesso a revolta do povo”. (FILGUEIRAS, 1981, p 23)

Além de mantermos interlocuções com o texto de Filgueiras, dialogamos com o trabalho de Alba Carvalho (1991). Com um aprofundamento maior sobre a temática estudada e os movimentos sociais na Bahia da década de 80, no intervalo de 1979 a 1988. Os méritos dessa dissertação é demonstrar a atmosfera social e as lutas da população ao longo do período. Para a autora, o quebra-quebra contou com sujeitos históricos, portadores de uma identidade coletiva reivindicadora de uma participação constante e ativa na vida social e democrática do país (CARVALHO, 1991, p 07).

O Brasil vivia um cenário de ascensão de ‘novos movimentos sociais’ que foi marcado pelo caráter de repressão e pela implantação de mecanismos desmobilizadores da sociedade. Tal regime defrontou-se, naquele momento, com uma crescente



resistência e oposição, onde os movimentos sociais populares adquiriram força e visibilidade tanto no campo como nos centros urbanos. Da mesma forma que essa conjuntura produziu dois espaços de tempo em que os movimentos sociais desenvolvem-se aqui na Bahia: “Tempo de normalidade” e “Tempo de Rebelião”. O primeiro – “tempo de normalidade” – se diferencia por ser momentos de “lutas persistentes, caracterizadas como dos tempos normais, no sentido de que não apresentam, no seu decorrer, erupções sociais contínuas ou atos de violência coletiva.” (CARVALHO, 1991, p 125) Já o segundo – “tempo de rebelião” – caracterizou o quebra-quebra de Salvador,

este período assistiu a uma grande explosão popular, ainda no seu início a partir de um móvel também insistentemente reclamado, o transporte coletivo por ônibus, a dinâmica dos protestos frente a este motivo, fez detonar uma ação coletiva violenta, com as características da ação direta, ou seja, sem intermediações seja de instituições ou de outros sujeitos, dando forma ao que chamamos de “tempo de rebelião”. (CARVALHO, 1991, p 125)

Ainda preocupada com a temporalidade, a autora divide o evento em 3 fases: primeiro, a luta diária, terreno da revolta; segundo, a revolta no relato dos seus episódios; e, por último, as autoridades na mira agressiva da multidão revoltada. De certa forma, procuramos nos referenciar nessa divisão elaborada por Carvalho, porém, inovamos reelaborando e acrescentando mais uma fase. Dividimos o estudo do quebra-quebra em quatro partes: as passeatas e a organização na luta contra o aumento das passagens; a multidão em ação ou a quinta-feira da explosão popular; tensão e negociação e das vaias às pedradas.

No quesito metodologia, utilizamos inicialmente as indicações de Pamplona sobre as tarefas do historiador da multidão e as dificuldades de trabalho com fontes produzidas pelos próprios sujeitos:

Na maioria dos casos, na ausência de fontes preservadas, produzidas pelos próprios sublevados, ele tem de utilizar da mais ampla documentação possível, não importando a diversidade dos registros, com frequência tendenciosos, da repressão e das descrições contemporâneas marcadas, via de regra, por visões elitistas a respeito desses mesmos movimentos. Finalmente, também compete ao historiador não deixar de colocar em questão todas essas fontes, na busca de uma abordagem mais proveitosa para cada caso. (PAMPLONA, 1996, p 6)

Seguindo essa orientação, mantivemos um diálogo entre as fontes e a bibliografia como o caminho para a pesquisa, cruzando as versões extraídas dos jornais. Nossa fonte prioritária foram os jornais. Ainda na fase de elaboração do projeto de pesquisa identificamos a cobertura jornalística baiana, encontrada na Biblioteca Central

do Estado da Bahia, utilizamos matérias de três jornais com grande circulação na cidade (A TARDE, TRIBUNA DA BAHIA e JORNAL DA BAHIA), bem como um jornal que não fazia parte da chamada “grande imprensa” (MOVIMENTO) esse de circulação nacional, que encontramos no Centro de Documentação (CEDOC) da UCSAL. Ainda sobre a imprensa, também utilizamos matérias de revistas de circulação nacional (VEJA e ISTOÉ) encontradas no acervo da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

O uso de jornais e revistas pelo historiador brasileiro ganhou força a partir da década de 1970, tornando-se, nas décadas posteriores um uso corrente na historiografia nacional. No decorrer das últimas décadas o uso dos impressos como fonte ajudou os pesquisadores a desenvolverem trabalhos nas diversas áreas, começando pela própria história da imprensa, como também: do trabalho; da cidade; da classe operária – seus costumes, lutas e seu cotidiano; a história política; aos temas relacionados ao gênero, a etnia, a infância. Enfim, o uso dessas fontes passaram a ser uma ferramenta importante ao historiador (LUCA, 2005).

As vantagens do uso dessa fonte podem ser observadas nas palavras de Márcia Janete Espig:

O jornal possui uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade: os jornais constituem-se em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico de um contexto mais amplo. (ESPIG, 1998, p. 274)

Em perspectiva semelhante nos apoiamos também nas seguintes observações:

A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2005, p 139)

A imprensa não tem papel neutro e estivemos atentos aos adjetivos encontrados nas matérias para rotular os envolvidos, bem como aos interesses políticos que acompanham os proprietários de jornais. Além disso, atentamos para o poder e a influência que um jornalista tem na hora de escrever uma matéria, devemos considerar todas essas preocupações na hora de tratarmos com essas fontes. Como nos alerta Berger (*APUD*, ALVES, 2004, p 19):

... o campo do jornalismo detém, privilegiadamente, o capital simbólico, pois é da natureza do jornalismo fazer crer [...].A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontram o

poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não

Segundo Maria Helena Capelato a imprensa pode servir como:

Instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; negasse, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (APUD, LUCA, 2005, p 118)

Nessa perspectiva, é importante compreender que não basta ter a fonte. É preciso o olhar do historiador vendo o que está por trás da notícia: qual o interesse de mostrar ou evidenciar esse ou aquele lado da notícia? Ficamos atentos para isso, bem como fizemos críticas ao conteúdo jornalístico, por não ser uma fonte precisa, na qual a informação é válida por si mesma.

Concordamos com Márcia Janete Espig ao procurar entender quem comanda o jornal e com qual o seu interesse, “a caracterização dos diferentes órgãos de imprensa consultados poderá ajudar a perceber sua inserção em determinado campo político-ideológico” (ESPIG, 1998, p. 271). A imprensa em vários momentos da História do Brasil, sofreu intervenções do tipo censura.

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas, [...] seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (LUCA, 2005, p 129)

Estivemos atentos a essa preocupação, porém, não identificamos casos gritantes de censura, por outro lado, o que existiu foi um olhar de criminalização do quebra-quebra.

O fundamental sobre a influência dos jornais em nossa pesquisa foi a riqueza de detalhes que conseguimos obter. Isso é louvável, pois não acontece com todos os fatos históricos. Nos periódicos identificamos os sujeitos, alguns presos e feridos, os grupos organizados, a voz dos governantes e, em muitos momentos, a opinião da população sobre o episódio. Foi possível ter acesso, através dos impressos, das notas públicas emitidas pelos partidos políticos, a oposição, a Polícia Militar, o MCC, a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados. Optamos em transcrever, dentro do texto, as notas por completo para atribuir uma crítica mais abrangente. Os discursos na Assembléia

Legislativa da Bahia e na Câmara Municipal do Salvador, também apareceram, de forma recorrente, no noticiário escrito, facilitando nosso trabalho.

Assim, a utilização da fonte jornalística assumiu papel de destaque na pesquisa. Dessa forma, utilizamos as fontes orais de forma complementar. Elaboramos uma lista de possíveis depoentes, mas não obtivemos sucesso na realização de encontros, por vários motivos, falta de interesse em falar sobre o assunto, dificuldades de agenda e, ao final, por opção nossa, na medida em que a pesquisa com os jornais se mostrava proveitosa. Entretanto, entrevistamos a liderança de maior destaque durante o quebra-quebra – a médica Jane Vasconcelos. Sua entrevista teve o objetivo de suprir algumas lacunas deixadas pelos jornais.

Utilizamos a entrevista dentro da perspectiva da “história oral temática” (Meihy, 2000, p 67), diferente da chamada história oral de vida (nessa técnica o entrevistado falaria sobre vida do entrevistado), priorizaremos nos depoimentos extrair informações que nos ajudasse a entender o quebra-quebra e estabelecer o diálogo com outras fontes.

Ainda assim, procuramos nos apoiar em autores como Portelli (2001), que trata as fontes orais como fatos e representações. Dessa forma, não acreditamos que os depoimentos sobre o quebra-quebra trará o “verdadeiro” sobre o evento, mas tivemos como tarefa metodológica aplicar uma crítica para evitar uma romantização ou uma tentativa de criação de heróis.

Por fim, dividimos a dissertação em três capítulos. O primeiro tem o objetivo de analisar a conjuntura que envolve o quebra-quebra. Adotamos como balizas temporais os anos de 1978 e o de 1981, abordamos os principais fatos, que julgamos relevantes, no Brasil, na Bahia e em Salvador durante o período, com destaque para a realização do congresso da UNE na capital baiana (1979) e a greve da PM (1981).

No segundo capítulo, analisamos a organização dos movimentos sociais, o MCC e as passeatas contra o aumento da tarifa do transporte coletivo e, em segundo lugar, a explosão da multidão com as ações violentas durante a *quinta-feira da explosão popular*.

O terceiro e último capítulo objetivou observar durante mais treze dias as movimentações dos sujeitos durante o quebra-quebra. Analisando os passos dos movimentos organizados, dos partidos, dos governantes e da multidão. E, ainda, tentando identificar as possíveis conquistas decorrentes dos protestos populares em Salvador.

Enfim, optamos em responder aos questionamentos e alcançar os objetivos

propostos durante a análise do dia a dia do quebra-quebra. Dessa forma, o texto ganha um aspecto cronológico crescente e durante o seu transcorrer, onde abordamos as questões relevantes para o nosso objeto de estudo. Assim está escrita uma história dos quatorze dias que abalaram Salvador.

## CAPÍTULO I

### TURBULÊNCIA POLÍTICA (1978 - 1981)

A cidade de Salvador, o estado da Bahia e o Brasil, de um modo geral, passaram no período entre 1978 a 1981, por uma fase de grandes mudanças e de grandiosa turbulência. Transformações de todos os tipos. Na economia, no social, na política, no cotidiano das pessoas, reviravoltas que foram gestados ao longo da ditadura militar, mas que afloraram no intuito de mudança do regime político, detonando o grito por democracia e a melhoria das condições sociais.

É no bojo do processo de “abertura política”, também conhecido como o processo da “distensão”, que os sujeitos do nosso objeto de estudo atuaram. A intenção desse capítulo é debater alguns dos fatos que julgamos ser de grande relevância, onde suas motivações e conseqüências ajudaram na criação da “atmosfera” do protesto popular aqui estudado: o quebra-quebra ocorrido em Salvador no ano de 1981.

Concentramos nossa análise em três etapas, tentando demonstrar as relações existentes entre elas. Analisaremos, em primeiro lugar, a conjuntura brasileira em seguida a baiana, terminando em Salvador, às vésperas do quebra-quebra de 1981.

#### **No Brasil da Distensão**

No cenário brasileiro podemos entender melhor a importância dos protestos sociais. O momento político nacional trazia a pauta da abertura política e o fim da ditadura militar, que começou com o Presidente Geisel (1974 - 1979) e continuou sob o comando do General João Figueiredo (1979 - 1985). Existia, no conjunto da sociedade, uma crescente insatisfação com a ditadura, que era evidente já no final do governo Geisel, com um esgotamento do regime militar.

A “abertura política” e a necessidade de restabelecer uma democracia impunham-se ao novo governo, cujo presidente teria o “inabalável propósito de fazer deste país uma democracia” (TAVARES, 2001, p. 490). Os militares, entretanto, pretendiam fazer a transição a seu modo e sob seu controle. Neste contexto,

embora mantendo um comportamento ambíguo – enquanto sancionava a Lei da Anistia e revogava os decretos que cerceavam as atividades estudantis, reprimia

greves, interferia em sindicatos e expulsava estrangeiros envolvidos em movimentos populares - , o presidente não deixava dúvidas sobre suas convicções e disposição em possibilitar o retorno da democracia ao País. (RODRIGUES, 1992, p 12)

Nessa atmosfera, não muito bem definida, era necessário conter a “abertura” nos limites institucionais, condicionada às regras legalmente estabelecidas. Ela deveria ser “lenta, gradual e segura”, de modo a substituir os dispositivos de exceção criados durante a ditadura por outros que garantissem aspectos institucionais básicos e a participação popular dentro dos limites da lei.

A “linha dura” dos militares foi acusada de organizar várias ações, ainda hoje não suficientemente elucidadas, como a repressão violenta, tortura e assassinatos de presos políticos; incêndios de bancas de revistas e jornais em São Paulo e Minas; atentados à bomba na OAB e Câmara Municipal, no Rio de Janeiro e, ainda, no Riocentro. Apesar da instalação de um IPM (Inquérito Policial Militar), a responsabilidade do atentado não foi apurada. Em razão disso, o ministro Golbery do Couto e Silva – um dos articuladores da abertura e partidário dos “castelistas” – afastou-se do governo. (RODRIGUES, 1992, p 15).

No decorrer da “abertura”, o presidente Figueiredo remeteu para o Congresso a proposta de reforma partidária, aprovada em 29 de setembro de 1979. Extinguiu o bipartidarismo, criando alguns partidos: PDS, PMDB, PTB, PDT, PP e PT. Já o PCB e o PC do B, continuaram na clandestinidade.

Este é, resumidamente, o contexto nacional que iremos observar nas páginas seguintes. A seleção desses acontecimentos permitirá a melhor compreensão do nosso objeto de estudo. Todavia, a trajetória que iremos apresentar não pode ser tomada de forma linear, pelo contrário, esse processo se deu em meio a avanços e retrocessos, construindo uma “dinâmica cheia de vaivens”, contradições, pressão social, repressão, jogo político, crises, manifestações, greves feita por gente de “carne e osso”.

A disputa antecipada pelo cargo de Presidente da República irritou os partidários de outra candidatura militar. O candidato alternativo ao General João Baptista Figueiredo era o General Sylvio Frota, então Ministro do Exército. O afastamento deste General era necessário, retirando do caminho um grande obstáculo, pois ele poderia usar a estratégia da força bruta. E, quando se manifestou a rebeldia dos membros da Arena, simpáticos ao General Frota, este foi demitido pelo Presidente Geisel, em outubro de 1977.

Fora do Ministério e do processo sucessório, o General Frota acusou o governo de combater, sem eficácia, a corrupção e a subversão da ordem. Dias depois, o General Geisel lançou o discutível conceito de "democracia relativa".

Esta "democracia", salvo melhor entendimento, parecia significar: democracia sim, mas não muito, desconhecendo maior profundidade do problema e esquecendo-se dos seculares ensinamentos de pensadores sérios sobre o assunto. Tem-se notícia de que o Presidente da República havia comunicado ao General Figueiredo a sua escolha, em 30 de dezembro de 1977, transformando-o em herdeiro político. Apesar disto, Geisel somente em 5 de janeiro de 1978 fez a indicação oficial à Comissão Executiva da Arena, que tomava assim conhecimento público da chapa a ser apoiada. (VIEIRA, 1985, p. 48)

Escolhidos os candidatos e os ideais de "democracia", ficou nítido o modelo de "abertura", repleta de limites impostos pelo regime a fim de manter o controle nas mãos do Governo. A disputa política pela sucessão presidencial, poderia deixar despercebido o momento socioeconômico vivido na década de 70 que se estende até 1981, ano em que acontece o quebra-quebra em Salvador.

A Arena buscou conformar-se com a vontade presidencial, lançando o General João Baptista Figueiredo para presidente e Aureliano Chaves para vice-presidente da República. A sucessão caminhou, mas a economia brasileira dava sinais de crise. O presidente Geisel prosseguia com a mesma política econômica, acompanhando o governo de Garrastazu Médici. Referia-se ao que denominava de "desenvolvimento integrado", pois deveria ocorrer o desenvolvimento econômico juntamente com o desenvolvimento social e político.

Quanto ao desenvolvimento social, queria "melhorar as condições de vida de nossa população", para tanto, a administração de Geisel instituiu o Conselho de Desenvolvimento Social e, ainda, o Ministério da Previdência e Assistência Social, reorganizando, ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho.

No primeiro ano do governo de Geisel, em 1974, divulgou-se o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que cobria o período entre 1975 e 1979.

O tal Plano dizia que o "modelo" econômico e social dirigia-se "para o homem brasileiro", levando em consideração "os destinos humanos da sociedade que desejamos construir". Este documento previa que, ao final da década de 1970, o Brasil teria pela frente duas realidades principais: "a consciência de potência emergente e as repercussões do atual quadro internacional". Outra vez, falava-se em manter o crescimento acelerado. Outra vez, buscavam-se o aumento de oportunidades de emprego, o controle gradativo da inflação, o relativo equilíbrio do balanço de pagamentos, a melhoria da distribuição de renda e a conservação da estabilidade social e política. (VIEIRA, 1985, p. 49)



Entre os projetos da administração de Geisel, incluía-se igualmente a pretensão de evitar dano na "qualidade da vida" e nos recursos naturais do país. Em relação aos salários dos trabalhadores, de novo se propunha sua elevação com base na produtividade. Todavia, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) trazia um assunto específico, ao mencionar os focos de pobreza absoluta existentes, principalmente na região semi-árida do Nordeste e na periferia dos grandes centros urbanos.

A concretização dos planos econômicos continuava mostrando ineficácia e acabava transpirando certa desesperança, além das dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas, principalmente nacionais, onde não chegou a acontecer uma distribuição da renda. Pelo contrário, a renda ficou ainda mais concentrada com o passar do tempo, como veremos abaixo:

A participação na renda, dos 50% mais pobres da população economicamente ativa, caiu de 17,71 % (em 1960) para 14,91 % (em 1970), descendo ainda mais para 11,8% (em 1976), já em pleno governo de Geisel. Em sentido contrário, a participação dos 5 % mais ricos da população economicamente ativa aumentou de 27,69% (em 1960) para 34,86% (em 1970), elevando-se aos poucos para 39% (em 1976) da renda. (VIEIRA, 1985, p. 50)

A renda tendia a concentrar-se a cada ano nas mãos dos mais ricos da população economicamente ativa e não se podia utilizar a produtividade como justificativa. Esse quadro influenciou os aspectos sócio-econômicos na Bahia. O que Geisel deixou para o seu sucessor foi um choque entre um "Brasil como uma potência emergente" com as desumanas condições de vida dos brasileiros. Essa contradição foi um dos motivos para a formação de um grupo opositor forte, constituído pela oposição partidária legal, através do MDB, somava-se à oposição realizada pela Igreja Católica, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), dentre outras entidades sociais.

A oposição institucional contribuiu de forma considerável na (re)conquista de alguns direitos individuais e políticos (fim do AI-5, do decreto 477 – sobre as entidades estudantis, greves, Anistia, eleições). Grandes contestações se apresentam no quadro político, em maio de 78, quando surgem as primeiras greves em São Bernardo do Campo (SP).

De uma forma ou de outra, as ações dessa oposição ajudaram na publicação da Emenda Constitucional nº 11, em outubro de 1978, que declarava extinta a autoridade presidencial para decretar o recesso do Congresso, cassar parlamentares ou privar

cidadãos de seus direitos políticos, restabelecia o *habeas-corpus* para as pessoas detidas por motivos políticos, suspendia a censura prévia aos meios de comunicação, abolia as penas de morte e prisão perpétua e restaura a independência do judiciário. Essa emenda, deve ser entendida como uma conquista dos movimentos sociais nesse período, que, após a sua publicação, tiveram uma base jurídica menos desfavorável contra as suas ações.

Ao fim de seu governo, o General Geisel tinha proclamado o seu sucessor para a Presidência da República: o General João Baptista Figueiredo. A sociedade tinha conquistado o direito de *habeas-corpus* para o que se considerava crime político. Conquistaram ainda o direito elementar de não ser preso, sem acusação ou ordem judicial. Os juízes conquistaram o direito de julgar, sem passar por maiores pressões.

Outro passo importante para a “abertura” e que, de certa maneira, ajudou o aumento dos números de protestos nos anos seguinte foi a extinção do Ato Institucional nº 5, exigida por todos os movimentos de oposição, porém o seu fim foi parcial ou melhor, fora substituído por um conjunto de medidas denominadas “salvaguardas constitucionais”. Na realidade,

A reforma revogava o AI-5 e algumas leis mais ostensivas da ditadura – como as que instituíram a pena de morte, a prisão perpétua, o banimento político, a censura prévia, as cassações de mandatos, a suspensão dos direitos políticos – mas mantinha a Lei de Segurança nacional, a Lei de Greve, o SNI, o aparato repressivo, a legislação sindical. As “salvaguardas constitucionais” que substituíram o AI-5 eram medidas que permitiam ao Executivo instituir o “Estado de Emergência” em casos de “Segurança Nacional”, durante o qual o governo poderia, entre várias atribuições, suspender as garantias individuais e públicas e atribuir amplos poderes às Forças Armadas. (HABERT, 1992, p. 51)

Dessa forma, os movimentos de oposição continuariam lutando por dias melhores, as lutas sociais tornaram-se instrumentos imperativos para novas conquistas. A crise econômica, porém, continuava avançando, comprometendo a renda do trabalhador, aumentando o custo de vida e as desigualdades sociais.

No dia 15 de março de 1979, escolhido por um colégio eleitoral, o General João Baptista Figueiredo substituiu o General Geisel no cargo de Presidente da República. O novo presidente atribuía o exercício de seu mandato à continuidade do processo iniciado em 1964. Instituiu-se, portanto, ao longo dos anos, a eleição indireta onde jamais a oposição pôde ter êxito. Na Bahia, essa eleição já vinha sendo aplicada, ACM que foi governador duas vezes por essa via, também nomeou o Prefeito de Salvador em 1979 (Mário Kertész) dessa mesma maneira.

O General João Baptista Figueiredo assumiu a Presidência da República, reafirmando as promessas de campanha: garantia de uma sociedade livre e democrática, de conciliação, combateria a inflação e equilibraria as finanças e, ainda, trabalharia para garantir remuneração justa ao trabalhador. Isso refletia apenas um lado do momento da posse e do que foi o “Governo Figueiredo”; o outro, nos é lembrado aqui por Nadine Habert em seu trabalho sobre a década de 70:

O general João Batista Figueiredo tomou posse em março de 1979, em plena greve dos metalúrgicos do ABC. Mais de 100 greves o aguardariam só nos próximos dois meses. A resposta do governo seria o recrudescimento da repressão paralelamente à reordenação política da ditadura na linha de “abertura lenta e gradual” iniciada no governo Geisel.

No ano de 1979, o governo Figueiredo enviou ao Congresso dois projetos, que foram aprovados: o da anistia (restrita e parcial) e o da reformulação partidária. (HABERT, 1992, p. 67)

Mais uma vez, a realidade brasileira caminhava em sentido contrário. Em geral, as reformas políticas realizadas no curso do governo de Figueiredo tiveram sempre caráter limitado, não correspondendo às exigências da maioria da população. No caso da Anistia Política, cuja lei foi promulgada em 1979, tal fato ficou evidente, pelas restrições que apresentou, figurando como um acordo entre as solicitações da oposição e os interesses dos militares, não respondeu às reivindicações, existentes desde 1964, para que atingisse todos os punidos.

Dentre as reformas do governo Figueiredo, evidenciamos aqui duas: a Lei de Anistia e a Reforma Partidária. Essas duas medidas, embora não aprovadas como a oposição política ao regime desejava, ajudaram a criar o quadro conjuntural de disputas no campo das leis e muita pressão popular nas ruas, nas fábricas, nos bairros e nas universidades.

A luta dos anos 70 foi marcada pela participação de amplos setores que reivindicavam a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Ou seja, a Anistia devia ser para todas as pessoas que resistiram ao autoritarismo e se rebelaram, participando de diferentes formas de luta para pôr fim à ditadura militar. Eram adeptos da Anistia, mulheres e homens, estudantes, intelectuais, religiosos, trabalhadores das fábricas e do campo, artistas, advogados, familiares de presos políticos e dos mortos e desaparecidos políticos.

No ano de 1975, mais precisamente, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, com a participação de mães e familiares de desaparecidos, presos políticos e exilados. Essa luta ganhou mais adeptos nos anos seguintes com a adesão da Igreja,

OAB, ABI, sendo criado um CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), no Rio de Janeiro. A campanha da anistia se espalhou pelo Brasil e ganhou apoio internacional. Diante da organização da sociedade brasileira, lutando, denunciando e pressionando, forçando uma posição do Governo, esse por sua vez:

Enviou ao congresso um projeto de anistia restrita e parcial, que foi repudiado por todas as forças e correntes políticas que estavam batalhando pela anistia ampla, geral e irrestrita. O projeto que foi aprovado em junho de 1979 atingia os acusados de crimes políticos mas não os condenados por atentados e seqüestros políticos; atingia os cassados mas estes continuavam inelegíveis; atingia os servidores públicos e militares punidos pelos Atos Institucionais e Lei de Segurança Nacional, mas subordinava sua reintegração à decisão das autoridades de cada setor; e, ponto-chave para os militares, a lei anistiava automaticamente os torturadores. (HABERT, 1992, p. 67)

A Anistia não foi concedida a quem participou da luta armada, tendo praticado "crimes de sangue", permitindo, apenas, a volta dos exilados ao Brasil, devolvendo-lhes os direitos políticos, o que lhes deu condições de lançarem-se candidatos nas eleições.

A Lei de Anistia não foi aprovada como queriam as oposições, o mesmo podemos falar da reforma partidária. O governo conseguiu implementar as leis e as reformas políticas necessárias para a manutenção do seu grupo político no poder. Extinguiu-se o MDB e a Arena, criados pelo Ato Institucional n.º 2, de 1965, aprovou a reforma partidária que trouxe como inovação a exigência de colocar-se a palavra "partido" em qualquer título de agremiação, além de estabelecer exigências para o registro de um novo partido político. Exatamente no dia 29 de novembro de 1979,

O Congresso aprova a lei de reforma partidária que extingue o sistema bipartidário e, conseqüentemente, os dois partidos existentes, Arena e MDB. Novos partidos serão formados: O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Ivete Vargas, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, o Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula, o Partido Popular (PP) de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, o Partido Democrático Social (PDS), o novo partido do governo e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que congregou a maior parte dos emedebistas. (SOARES, 1995, p. 299)

Apesar das dificuldades, novos partidos foram criados, porém, com velhas resistências, o PCB e o PC do B continuavam na clandestinidade. As reformas eleitorais de 1981 proibiam alianças para escolha de candidatos aos governos dos Estados; faziam com que o eleitor indicasse nomes de um mesmo partido: de vereador, prefeito, deputado estadual até governador, deputado federal e senador. Aí estavam, neste "voto vinculado", um exemplo da criatividade do governo Figueiredo. Outra reforma eleitoral consistia em somente permitir a renúncia de qualquer candidato, caso o seu partido

também abandonasse as eleições. O Governo de Figueiredo tomou outras providências, sempre tendo em vista as eleições de novembro de 1982

Olhando por outro ângulo, alguns dos principais acontecimentos entre os anos 1978 e 1985, tiveram como palco as ruas das cidades brasileiras.

Tomadas por manifestações de protestos e reivindicações específicas e gerais como as dos estudantes, do Movimento do Custo de Vida, dos movimentos populares dos bairros, das mulheres, da anistia, e, destacadamente, pelo movimento grevista que colocou a classe operária no centro do cenário nacional em 1978.

Pelas suas novas características e pelo seu significado político, ao apontar um outro caminho de classe para a luta contra a ditadura em confronto com a “abertura lenta e gradual”, o movimento operário que emergiu nas lutas de 1978-1980 representou o fato histórico mais importante da década. (HABERT, 1992, p. 46)

A tomada das ruas representou uma via de oposição latente ao regime militar, trazendo novos e velhos atores para o papel de protagonista no jogo chamado “abertura”. Vários atores e um inimigo em comum, contudo, a diversidade dos movimentos populares não atrapalhou as lutas em comum.

Os movimentos populares na década de 70 eram lutas isoladas, por água, luz, transporte, creches. Eles se aglutinaram em organizações locais no final da década. Tinham o apoio de facções da esquerda e de setores liberais, que lutavam contra o regime militar. O opositor era um só: o Estado. (GONH, 1981, p. 9)

As greves que balançaram o regime em maio de 78 e que prosseguiram durante os anos seguintes, trouxeram à tona, não apenas a oposição ao regime militar ou a luta por melhores condições de salário. Trouxeram também, novos elementos de participação - as comissões de fábrica, as assembléias como espaço de decisão e a emersão de uma certa autonomia – sem uma direção explícita que conduzisse o processo (MARONI, 1982, p 18).

Na grande maioria das fábricas paradas entre maio e junho de 1978, os grevistas repudiaram a direção sindical e reconheceram a liderança da oposição (SADER, 1988, p. 251). Para se ter uma idéia da importância das greves do fim da década de 70, que revelaria Lula como liderança dos metalúrgicos no ano de 79, ano em que a sociedade brasileira assistiu

à generalização do movimento grevista por praticamente todos os estados do país envolvendo milhões de trabalhadores da cidade e do campo. Além dos metalúrgicos, pararam motoristas e cobradores de ônibus, professores, funcionários públicos, lixeiros, médicos e enfermeiros, jornalistas, trabalhadores da construção civil, mineiros, bancários, canavieiros etc. Segundo o Dieese, neste ano mobilizaram-se 3.2415 milhões de trabalhadores, num total de 430

greves gerais de categoria, maciças e de longa duração, reivindicando o aumento salarial, 40 horas semanais, estabilidade no emprego, direito de greve e organização nos locais de trabalho, liberdade e autonomia sindicais, anistia, fim da ditadura militar. (HABERT, 1992, p. 67)

Esse “novo sindicalismo”, que valorizava a organização, a luta na fábrica, a recuperação do sindicato como espaço próprio do operário, as greves e assembléias de massa como formas de afirmação política, deve ser entendido dentro do surgimento dos novos sujeitos sociais. Além dos sindicatos do ABC paulista, Sader ressalta a importância do Movimento Custo de Vida (MCV) que,

em uma assembléia de 5 mil pessoas lançou uma campanha, visando a coleta de 1 milhão de assinaturas reivindicando o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento de salários acima do custo de vida e um abono de emergência. A campanha mobiliza, além dos clubes de mães, comunidades de base e associações de bairros, grupos de oposições sindicais, estudantes, parlamentares, militantes do MDB e de grupos de esquerda, criando uma intensa agitação sobre o tema. (...)  
(...) no dia 27 de agosto (78), cerca de 20 mil pessoas se reúnem na Sé (SP) e levam os abaixo-assinados, com o nome de 1.250.000 pessoas. (SADER, 1988 p. 220)

Desse modo, os movimentos sociais tiveram participação decisiva, juntamente com outros setores, na transição política ocorrida entre 1978 e 1985, foram igualmente importantes em acelerar a crise do regime e em apontar um sentido de transformação social, construída a partir das questões da vida cotidiana. Os movimentos sociais foram um elemento importante na transição política. Da mesma forma, a conjuntura da “abertura” foi um elemento motivador para os movimentos sociais. Para Maria da Glória Gonh,

As péssimas condições de vida das classes populares no Brasil, nas últimas décadas (70 e 80), aliadas à crise de participação através dos canais tradicionais, tais como partidos e sindicatos, impostos pelo regime político vigente, abriram espaço para a emergência de formas novas de manifestações e participação popular no urbano, nas quais se destacam os movimentos populares urbanos.  
(...) De fato observamos que, no caso brasileiro, a conjuntura política repressiva foi o grande detonador da aglutinação dos interesses populares dispersos e fragmentados. Estes se constituíram como atos de resistência conjunta. (GONH, 1985, pp 73-4)

A autora evidencia a unidade das oposições contra o regime militar. Por outro lado, o quadro das oposições ao governo não estaria completo sem o chamado “fogo amigo”, para usar uma expressão militar. É de dentro dos próprios quartéis que saiu mais um “inimigo” do governo Figueiredo. Inimigo já conhecido, porém, com mais força destrutiva, que trazia uma bomba, literalmente, para o processo de “abertura”. A

“linha dura”, como era conhecida, não mediu esforços para frear ou parar de vez o ritmo do processo de redemocratização. O governo tinha então uma “oposição militar” (“os duros”) que colocava-o em um grande dilema:

Ou aceitava os “duros” e congelava o processo, ou atacava a pressão da oposição mais acirrada e era derrubada pelos “duros”. Com isso, nenhuma abertura seria viável. Para garantir o sucesso do projeto, teria sido necessário conciliar ambas as tendências e reprimir tanto os “duros” como a oposição. A autonomia do projeto era garantida pelo governo a partir das respostas favoráveis ou desfavoráveis produzidas na dinâmica do processo. (SOARES, 1995, p. 38)

O quadro apresentado evidencia as contradições desse processo de abertura. Podemos simplificá-lo da seguinte maneira: o governo combatia, tanto os “duros” como as oposições e da mesma maneira sofria pressão dos dois. Para apresentar melhor essa idéia observemos alguns números:

Nos 8 primeiros meses de 1980, 25 atentados deixariam um saldo de 1 morto e 15 feridos. Em 1981, houve o mais importante de todos eles, o do Riocentro, que terminou desvinculando o general Golberi do governo Figueiredo mas, ao mesmo tempo forçou um entendimento para que os radicais da “linha dura” se enquadrassem nas diretrizes governamentais. É desnecessário lembrar que, àquela altura, os custos deste enquadramento já eram muito alto para uma sociedade traumatizada com as ameaças a bomba. Um IPM, feito sob medida para não apurar nada, foi concluído, inocentando os autores do atentado, provocando a renúncia de Golberi e importantes protestos no STM, por parte de ministros que se negaram a aprovar aquela “história oficial”. (SOARES, 1995, p. 40)

O governo militar deve ser avaliado como um governo de coalizão entre os militares de várias matrizes. Isso dificulta ainda mais as conclusões definitivas sobre essa conjuntura. A não ser uma: a que foi um momento de grandes disputas, em vários terrenos, que acabou influenciando a conjuntura no estado da Bahia como também foi influenciada por ela. Veremos a seguir, o caso baiano.

### **A Bahia não vai bem, Salvador também!**

Influenciada pela conjuntura nacional, a Bahia vivia, do mesmo modo, suas tensões sociais e políticas. Passava por transformações que marcariam suas história econômica e social, como a construção do Pólo Petroquímico de Camaçari, inaugurado no final da década de 70. No período que vai de 1979 até 1983, a Bahia foi governada pela segunda vez, por Antonio Carlos Magalhães, político influente no regime militar. Não obstante, dificuldades não faltaram ao então governador, pois o espectro das

mobilizações e protestos não deixaram de marcar presença na terra onde “nasceu o Brasil”.

Político conservador, de “pulso forte” e conhecido também pelo seu autoritarismo, foi prefeito de Salvador indicado pelo regime militar, da mesma forma foi escolhido para governar o Estado da Bahia no quadriênio 1971-1975, no governo do presidente Médici. Pela indisposição política dentro do seu próprio partido (ARENA), perdeu a possibilidade de indicar seu sucessor, assumindo, neste mesmo período, a presidência da Eletrobrás. Este cargo representou o seu grande trampolim para a sua política nacional. Segundo Paulo Fábio Dantas Neto.

O salto foi dado em 1975, a partir da ocupação, por ACM, da Presidência da Eletrobrás. Datam daí as relações doravante próximas entre ACM e segmentos do empresariado nacional; o início da constituição de um grupo econômico, a princípio regional, a ele ligado diretamente; as suas primeiras incursões importantes na burocracia estatal brasileira; a recuperação – sob Geisel e na indicação do General Figueiredo para sucedê-lo – do grau de influência palaciana que desfrutara durante o Governo Castelo Branco e a reconciliação, sob sua supremacia, dos diversos grupos da ARENA baiana, antes conflagrados contra si, por conta da política expansiva de seu grupo, adotada durante o seu primeiro governo. (DANTAS NETO, 2003, pp 15 e 16)

É notório o empenho de ACM pelo poder, sua relação com o Governo Militar lhe garantiria ainda muitas conquistas políticas e pessoais. Por um lado, valorizava esse trânsito fácil, em Brasília, como um trunfo para a aquisição de recursos para as melhorias sociais. Por outro, utilizava este mesmo recurso para destruir adversários e, ainda, para reunir em torno de si, um grupo econômico forte, capaz de dar sustentação aos projetos do seu grupo político.

É justamente essa proximidade com o centro do poder nacional, que facilitou a recondução de ACM a mais um mandato de governador do Estado da Bahia, sendo, mais uma vez, indicado para quatro anos, 1979-1983, à frente do executivo baiano. Dessa vez, para conseguir tal feito, ACM fez um acordo político dentro da ARENA, o que garantiu sua indicação para o cargo.

Um amplo acordo arenista garantiu, em 1978, o retorno de ACM ao governo do Estado, revelando, sem meios termos, o quanto as posições políticas dos vários grupos arenistas eram condicionadas por uma convergência de fundo da elite à qual eles se reportavam, em torno da liderança carlista. Acirradas rivalidades pessoais passavam a plano secundário, desautorizando interpretações de que o “personalismo” impedia o exercício da “grande política”. Ao contrário, o poder pessoal a viabilizava em contexto político autoritário, garantindo aos “interesses baianos”, situados nos vértices entre política, administração pública e mercado, a continuidade de um tratamento diferenciado, por parte do Estado nacional, pacto do qual ACM era o fiador. Aos demais grupos políticos da ordem sobrava a partilha de fatia cada vez mais exígua do varejo político, ou o isolamento, pois



na Bahia do exitoso conservantismo moderno objeções ao carlismo havia apenas em ambientes privados. O espaço público era surdo e quase mudo. (DANTAS NETO, 2003, p. 16)

No mesmo dia da posse do Presidente Figueiredo, ACM também tomou posse. No discurso se apresentou como defensor “número 1” da Bahia e do Nordeste demonstrando, entretanto, que tinha o apoio do Presidente da República para colocar a região e o estado no lugar de destaque no cenário nacional. Falou ainda em nome da Bahia, que, segundo suas palavras, ela desejava “desenvolver-se com liberdade, progredir com ordem, crescer com tranquilidade e segurança” (MELLO 1986, p 140)

Essas palavras atribuídas a ACM em seu discurso de posse, demonstram o seu alinhamento ao processo de abertura política, vigente na ocasião de seu segundo governo. Liberdade com ordem e crescimento, com tranquilidade e segurança compunham o perfil do seu governo e a defesa do próprio governador do seu ritmo de “abertura política”. Veremos na ocasião do quebra-quebra em Salvador, no seu terceiro ano de governo, qual será sua posição quanto à velocidade da “transição democrática”. Só para adiantar, ele foi um dos maiores estimuladores de uma abertura mais lenta.

Deixaremos, por ora, o seu discurso e passaremos a observar as perspectivas econômicas e sociais anunciadas no início do seu governo. Em resumo: a participação do Estado nos grandes projetos de investimento; ampliação do programa de implantação de indústria de base, além de consolidar o Pólo Petroquímico; apoio agroindústria; criação do Programa Cesta do Povo e a retomada da restauração do Pelourinho, como alternativa para alavancar o turismo. Para uma boa análise da eficácia dessas metas passaremos traçar um panorama do momento sócio-econômico da Bahia durante o final da década de 70 e início da de 80, que servirá para avaliar à nossa situação conjuntural.

O quadro sócio-econômico baiano no período em questão, constituía-se numa grande contradição, onde o crescimento econômico se dava sem a devida divisão da riqueza para a sociedade. Estudos do próprio governo (como veremos citado a seguir), revelam que a Bahia da década de 70 experimentou um grande processo de industrialização, principalmente na área da indústria pesada, se urbanizou cada vez mais, aumentou sua arrecadação estatal, aumentou seu PIB, desenvolveu a agroindústria e obteve grande crescimento nas suas exportações. Por outro lado, todo esse crescimento econômico não foi capaz de diminuir as desigualdades sociais. Pelo contrário, o que se observou foi um grande crescimento demográfico, sem nenhum planejamento, problemas sociais graves como: favelização, déficit de moradia, carência

na infra-estrutura no quesito de serviços públicos (transporte, saneamento, educação, segurança e saúde).

Enfim, o quadro social da Bahia caminhou em direção oposta ao econômico. A resposta para essa situação está longe de ser um período de estagnação, como é comum se pensar, em nossa análise ela é, também, fruto do desenvolvimento. O Centro de Estatística e Informação da Bahia (CEI), órgão oficial do governo do estado, que em publicação sobre os indicadores sociais na década de 80, afirmava:

O que se verifica é que, apesar de ser um período de maior dinamismo ao longo da última década (70), o quadro social não apresenta avanços compatíveis. Este fato não surpreende na medida em que o agravamento das disparidades sociais e regionais constitui marca característica do modelo de desenvolvimento implantado no País há algumas décadas, tornando-se particularmente visível na etapa de seu esgotamento. Os recursos do trabalho revelam que a crise econômica e social se abate sobre todos os segmentos da sociedade e regiões, porém de maneira desigual, penalizando particularmente os setores e regiões mais pobres. (CEI, 1992, p. 4)

E ainda,

As atividades dinâmicas que contribuíram para uma performance menos negativa do PIB baiano contribuindo também para reforçar o quadro de extrema desigualdade já vigente nos anos 70, agravando-o, reduzindo (ou até mesmo anulando) os efeitos socialmente positivos deste crescimento do PIB. Tem-se portanto que, de maneira geral, os dados sobre as condições de vida no estado comprovam as assertivas de que “nem só de PIB vive o homem” e sua quantidade não pode ser avaliada independentemente de sua distribuição. (CEI, 1992, p. 8)

Nesse sentido, podemos afirmar que os indicadores sociais encontrados na Bahia em 1980, apontam para o agravamento das condições de vida no estado, tendo como um elemento dificultador o perfil do emprego e renda. Não adianta o PIB crescer sem que seus resultados sejam traduzidos em melhorias sociais. No plano do emprego o que se observou é o aumento da informalidade e de uma “inserção precária” no mercado de trabalho. Onde torna-se grandiosa a fração da população vivendo com até 2 salários mínimo (SM), em 1980 enquanto no Brasil, há 64,5% da População Economicamente Ativa (PEA) ganhando entre 0 e 2 SM. Na Bahia esse percentual atinge o espantoso número de 77,8%. No sentido inverso está a concentração de renda na Bahia, enquanto no Brasil 1,5% da PEA ganha mais de 20 SM, na Bahia esse número é de apenas 0,7%.(OLIVEIRA, 1982, CEAS 79, p. 61).

Concentração de renda, baixa remuneração do trabalhador, apesar do crescimento industrial existente no estado durante toda a década de 70. Essa é uma

questão a ser investigada, o crescimento econômico, industrial e do número de empregos não conseguiram alterar positivamente os indicadores que estamos apresentando. Para termos uma idéia melhor sobre a força da economia baiana durante os anos 70, comparamos o crescimento do PIB baiano com o do Nordeste e o do Brasil. No final de 1978 temos o PIB baiano crescendo 11,6%, entre os anos de 1970 a 1978, o Nordeste, por sua vez, atingiu um crescimento de 7,7% enquanto o Brasil alcança 9,2%. O ritmo de incremento econômico continuou nos dois anos seguintes. (OLIVEIRA, 1982, CEAS 79 p. 57). O crescimento da receita do Estado era proveniente dos investimentos na industrialização nos Centro Industrial de Aratu (CIA); Centro Industrial de Subaé (CIS) e, principalmente, o Pólo Petroquímico de Camaçari.

É essa performance que permitiu a Bahia construir uma infra-estrutura adequada às necessidades da acumulação capitalista na região. Permitiu também, a atração de mão de obra em grandes proporções, ao mesmo tempo em que acelerou o processo de urbanização do estado, contribuiu para o rápido crescimento demográfico. A população do Estado da Bahia, segundo o Censo de 1980, era composta de 9.472.253 habitantes. Se compararmos com o censo anterior (1970), verificamos um crescimento, no total da população, de 26,4%. (...) Enquanto a área rural cresceu em torno de 9%, a urbana registrou um crescimento de 51% (OLIVEIRA, 1982, CEAS 79 pp. 58 e 59), que contribuiu para a formação de um grande número de desempregados, de moradias precárias, evidenciando que, por mais que a Bahia crescesse, se não existisse um projeto governamental para absorver as conseqüências desse rápido crescimento demográfico, a sociedade baiana amargaria problemas estruturais contraditórios aos resultados econômicos. De certo modo foi o que aconteceu. O analfabetismo chegou ao número de 49,65% enquanto a média nacional era de 30,9%. Apenas 32,2% do total dos domicílios possuíam água encanada, e 5,9 estão ligados à rede de esgoto. A energia elétrica chegava a 41,5% da população, bem inferior ao índice Brasil de 67,4%. São esses dados que nos leva a concordar com Nelson Oliveira: “a Bahia não vai bem”. (OLIVEIRA, 1982, CEAS 79 p. 65)

O quadro sócio-econômico baiano para ser mais bem compreendido necessita de uma rápida digressão sobre o papel da indústria entre as décadas de 40 até 1981. A Bahia que, na década de 40, era o único produtor de petróleo do Brasil, não conseguiu tirar proveito dessa “vantagem”, pois o estado não reunia tecnologia e nem investimento para que isso fosse diferente. Por outro lado, o Centro-sul tirava todo o proveito porque detinha indústrias que utilizava a matéria prima baiana como insumo. Essa realidade

passou, gradativamente, a ser modificada já na década de 50 quando entrou em operação a RLAM (Refinaria Landolfo Alves), em 1967 foi inaugurado o CIA (Centro Industrial de Aratu), “que no período de 1970-1976 se torna pólo dinâmico da industrialização baiana, atraindo 123 empresas nacionais e estrangeiras.” (CEAS, 70, p 61).

A Bahia tornou-se durante a década de 70 forte candidata a sediar o segundo pólo petroquímico do Brasil. A favor da Bahia, segundo o Plano Diretor do Pólo, havia os seguintes fatores favoráveis à implantação na RMS (Região Metropolitana de Salvador): A RMS detinha as maiores reservas de petróleo e gás natural do país; detinha a RLAN, como também disponibilidade de infra-estrutura econômica, urbana e social. Assim, o Pólo veio “substituir o CIA no papel de motriz do desenvolvimento ‘baiano e regional’.” (CEAS, 70, p 61).

No plano nacional, o Pólo representa uma integração da Bahia à industrialização brasileira, essa integração só foi possível com investimentos volumosos da esfera estatal (Petrobrás, Chesf, Banco do Nordeste do Brasil e, destacadamente, a SUDENE), tudo isso baseado no projeto do regime militar de “desconcentração das indústrias” na tentativa de diminuição das desigualdades regionais. Porém, essa política industrial é contestada por vários estudiosos da questão.

A política federal tem sido esta: fazer das indústrias de base do Nordeste uma espécie de enclaves, quer dizer, indústrias contribuidoras do desenvolvimento nacional, mas não necessariamente do desenvolvimento regional. É errado pensar que o desenvolvimento regional decorra da implantação de uma grande indústria. Essa grande indústria tem realmente papel motor de desenvolvimento; mas esse papel não é automático, sobretudo se é retardado por medidas de políticas econômicas que beneficiam o Centro-sul. (CEAS, 70, pp 64-65).

E outra:

A industrialização baiana (...) manifesta claramente a sua função *complementar* à do Centro-sul do País, dentro de um novo processo da divisão nacional do trabalho. A região se especializava em produção de bens de consumo intermediários, utilizados em mais de 70% para a expansão da indústria do sul do País e, ao mesmo tempo, a Bahia se convertia em um dos estados com maior volume de importação de bens de consumo. (ANDRADE, 2000, p 145)

As duas citações demonstram olhares diferenciados aos apontados no Plano Diretor do Pólo e nas propagandas políticas. Indústria de “*enclave*” ou “*complementar*” evidenciava as contradições do processo de industrialização baiano, ora tido como promotor da liderança regional baiana, ora como fonte de desenvolvimento social. O

que mais nos interessa aqui é analisar os impactos sociais dessa industrialização, principalmente do Pólo, na conjuntura que moldura nosso objeto de estudo.

As expectativas e propagandas em torno da geração de empregos no Pólo e nas empresas a ele ligado indiretamente, não foram capazes de se traduzir em realidade. Cerca de 20 mil empregados existiam em 1979, mostrando um número expressivo para uma região carente de emprego. Por outro lado, esse número não foi suficiente pra diminuir a elevada taxa de desemprego, por dois motivos que explicam essa contradição: o primeiro está relacionado com o crescimento da imigração para a RMS em busca de emprego, pois o Pólo era o grande chamariz da população que migrou; e, segundo, o Pólo e as indústrias que surgiram nesse período não foram capazes de encadear uma rede de geração de empregos para absorver a crescente procura. Esse último motivo talvez possa ser explicado pelo caráter *complementar* das indústrias baianas. Nessa mesma perspectiva, utilizaremos as palavras de Andrade:

Esse desenvolvimento industrial tardio na Bahia e nordeste, em decorrência da sua especialização em *ramos intensivos em capital*, com poucos efeitos germinativos de postos de trabalho, não conseguiu responder ao crescente aumento da população economicamente ativa da Bahia e, especificamente da RMS, acrescido ainda pela emigração que emergia diante da perspectiva de emprego nas novas plantas industriais. (ANDRADE, 2000, p 145)

É por esse caminho que chegaremos ao quadro social vivido na Bahia e, em especial, sua capital. Salvador no ano de 1981, esteve entre as capitais campeãs em desemprego no Brasil. Entre os motivos do título; recessão econômica, inflação, crescimento populacional, falta de qualificação. Para o CPE – Centro de Planejamento e Estudos – em sua análise de conjuntura, Salvador chega ao *topo do desemprego* com essa explicação:

Os sintomas de recessão que vem apresentando a economia brasileira resultante da política de equilíbrio da balança de pagamento e da contenção do ritmo inflacionário vem refletindo nitidamente sobre o comportamento do mercado de trabalho das principais capitais brasileiras. O ritmo acelerado de desaquecimento que se constata em alguns setores da economia, principalmente aqueles mais vinculados às áreas urbanas como a indústria; a construção civil e o comércio vêm delineando um quadro fortemente recessivo no mercado de mão-de-obra. A Região Metropolitana de Salvador que em junho de 1980 apresentava um índice de 7,84% de desemprego da força de trabalho teve a partir de janeiro de 1981 um contínuo crescimento do percentual de pessoas desocupadas atingindo em julho desse mesmo ano a mais alta taxa de desemprego. (CPE 1981, p 23)

O título soteropolitano de capital do desemprego vem reforçar nossa idéia inicial de que Salvador não ia bem. As transformações ocorridas criaram um cenário nebuloso:

um espaço urbano marcado pela precariedade das condições de moradia, saúde e saneamento básico; crescimento da economia informal, mal-remuneradas e instáveis; 30% da sua população ocupada vivia com rendimentos abaixo de 1 SM e mais;

Num quadro em que os gastos alimentares representam 78% do orçamento das famílias situadas na faixa de renda de até 2 SM, e como tanto as necessidades de alimentação como de moradia não podem ser substituídas, o constante surgimento e expansão das invasões resultam como um subproduto “normal”. [Das 444 ocorrências de invasões na cidade entre 1946 e 1989, 54% são registradas nas últimas duas décadas, e ainda devemos observar que], em meados da década de 80, o número de domicílios ligados à rede de esgoto correspondia a apenas 13,6 do total de domicílios existentes na RMS. (KRAYCHETES 1994, p 42)

Diante desses dados torna-se preciso fazer uma pergunta. De que maneira a população de Salvador comportou-se nessa realidade? Além da simples resposta de uma possível reação, estamos diante de um momento frutuoso da mobilização popular em Salvador. A população se mobilizou nos bairros, fazendo suas reivindicações às autoridades, produziu inúmeros abaixo-assinados, fizeram passeatas demonstrando suas indignações. Enfim, questionavam a exclusão de forma variada, a maioria delas são questionamentos pacíficos e, em alguns momentos, faziam seus questionamentos e reivindicações na forma de rebelião – como no caso do quebra-quebra entre agosto e setembro de 1981.

Dessa maneira passaremos a analisar algumas manifestações políticas, greves e protestos em Salvador. Veremos os movimentos de bairro, estudantes, trabalhadores entidades e a população em ação.

### **A cidade e seus protestos**

Uma série de dados anteriormente apresentados nos apresenta uma cidade cheia de problemas e uma população cheia de dificuldades para sobreviver. Esse quadro poderia ser pior se essa mesma sociedade não estivesse em constante mobilização, passando a questionar seus direitos e melhores condições de vida.

Dessa forma, analisaremos dois fatos importantes para a compreensão da conjuntura. Escolhemos o Congresso da UNE em 1979, por ter sido um exemplo de retomada dos movimentos sociais e a Greve da PM na Bahia, pois foi um forte golpe para o governo do estado. Não é possível estabelecer uma ligação direta entre esses dois fatos e o quebra-quebra. Porém, a relevância, para nós, está no sentido de demonstrar as

movimentações sociais na cidade de Salvador. Um congresso de reorganização do movimento estudantil na Bahia governada por ACM e uma greve no aparelho repressivo baiano, bastante utilizado contra os movimentos sociais, inclusive, contra a multidão durante as manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus em Salvador.

Começaremos examinando a greve de soldados e oficiais da Polícia Militar da Bahia em abril de 1981, “o mais grave incidente do segundo governo de Antônio Carlos Magalhães” (TAVARES, 2001, p 490). Acredito que o melhor seria afirmar que o Governo ACM enfrentou vários incidentes graves, a exemplo, do quebra-quebra de 1981. Esse, inclusive, teve uma grande repercussão no cenário nacional e complicados desdobramentos políticos (os jornais estamparam nas manchetes que o processo de “abertura” estava ameaçado), como veremos nos próximos capítulos.

Cerca de 10.500 policiais militares do Estado – de oficiais a soldados – cruzaram os braços, reivindicando equiparação salarial às forças armadas. A situação salarial da polícia era crítica, 65,9% dos soldados tinham renda familiar até 3 SM, 87,5% chegavam até 5 SM (SOARES, 1983). Através desses dados presumimos que era necessária uma segunda atividade para que o policial pudesse sustentar sua família. Essa perspectiva ganhou força no meio da corporação militar.

Verifica-se que 44,9% dos soldados desempenham, regularmente ou não, uma outra ocupação. Analisando estas ocupações, constata-se que a principal atividade complementar é a direção de táxi e outras modalidades de transporte, com 46,1%. Em segundo lugar, aparecem ocupações com vigilantes, vigias, especialmente em casas comerciais e condomínios residenciais (até mesmo, esporadicamente, como protetores de cordões carnavalescos), com 25,3%. Em terceiro lugar, eles complementam seus soldos realizando diversas atividades, sobretudo como pedreiros, barbeiros, marceneiros, etc. (SOARES, 1983 p.53)

Uma polícia mal remunerada, que não ofertava outra saída a seus praças a não ser outras ocupações para complementar a renda de sua família. Por outro lado, essa prática nos remete a um outro problema – a quebra do regime de exclusividade – ao qual está submetido qualquer policial militar. Essa “desobediência” ao que parece, era do conhecimento dos superiores, que não pode e não fizeram nada diante da situação sócio-econômica precária de seus liderados.

O grau de insatisfação salarial chegou ao nível crítico, levando os policiais a se organizarem para reivindicar o aumento dos soldos. Em uma entrevista ao jornal *Movimento*, um oficial da PM revelou um pouco dos motivos e objetivos da greve. Perguntado pela reportagem sobre os motivos e quando começou a movimentação, o oficial respondeu:

O motivo principal da paralisação é a luta pela equiparação salarial com as Forças Armadas. Ganhamos muito pouco e o Estado da Bahia tem condições de pagar mais. As polícias militares de outros Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, estão recebendo quase igual às forças armadas.

No ano passado (1980). O problema chegou a um ponto em que um soldado ganhava igual a um sargento da PM. Surgiu, então, naturalmente, um descrédito na corporação e isso levou os sargentos a realizarem uma reunião, que foi proibida, mas resultou em vantagens, com o aumento de salários. (MOVIMENTO, 299 p 04)

Os questionamentos salariais já vinham sendo feitos, mesmo antes da greve. Após a conquista dos sargentos apareceram vários movimentos isolados: no 6º Batalhão as diárias extras não foram pagas e o batalhão não saiu do quartel; a Polícia de Choque parou as atividades pelo mesmo motivo. Nesses dois casos não foram aplicadas punições. Porém, a “Greve dos 70” do 7º Batalhão foi duramente reprimida.

Aconteceu em julho do ano passado (1980). Foram todos os 72 soldados que estavam trabalhando que se recusaram a sair às ruas, reivindicando aumento de salário. Além do problema salarial, essa greve também foi provocada por causa de uma entrevista que o governador deu aos jornais do Sul. Na época Antonio Carlos garantiu que demitiria qualquer soldado que seguisse o exemplo das movimentações que estavam ocorrendo em outros estados. Revoltada, a tropa parou. O governador pediu a relação do pessoal do 7º batalhão que estava em serviço no dia da paralisação e mandou demitir todo mundo. O Comandante da PM Silvio Mattos tentou argumentar com o governador mas não adiantou. No princípio os coronéis do Estado Maior não aceitaram que qualquer soldado fosse punido ou expulso. Aí, então, ficou um impasse, porque o governador exigia a demissão dos soldados ou então a do comandante do 7º Batalhão. Obviamente, os coronéis optaram pela demissão dos 72 soldados para satisfazer o governador. A maioria dos coronéis preferiu preservar seus cargos em detrimento da corporação. (MOVIMENTO, 299 p 04)

Diante dessa atitude, os laços que ligavam os comandados ao comandante de cada corporação ficaram fragilizados. É possível que esse aspecto tenha contribuído ainda mais para a greve de abril. Na sexta feira 13, de abril de 1981, foi deflagrada a greve da PM, com a participação de poucos coronéis e quase a totalidade de capitães e tenentes e, sobretudo, com a participação dos sargentos e soldados. Um ano antes os oficiais (capitães e tenentes), baseados em dados de jornais do Sul, onde existia uma tabela de reajuste das forças armadas (102%), passaram a se reunir no clube dos oficiais para discutirem a questão. “Fizemos uma primeira assembléia no início do ano e elaboramos um documento reivindicando a equiparação salarial com o exército. O documento foi entregue ao comandante geral da PM, Silvio Mattos.” (MOVIMENTO, 299 p 05). O documento foi recebido pelo comandante e encaminhado para o



governador que não se manifestou. Outras assembléias foram realizadas até que decidiram pela greve de 3 dias.

Com a greve da PM, as forças armadas tomaram as ruas da cidade, soldados do exército, marinha e aeronáutica, inexperientes nesse tipo de atividade e com armamentos pesados, passaram a patrulhar as ruas da capital baiana. No trânsito, nas esquinas, o que se via era armamento pesado, veículos das forças armadas e mais de 2 mil agentes da Polícia Civil.

Por outro lado, vários setores da sociedade baiana demonstraram apoio a mobilização da PM, embora os grevistas fizessem questão de reafirmar que a greve era meramente salarial e queriam evitar interferência de “pessoas estranhas” no movimento. Por exemplo, em uma atividade dos grevistas, estudantes que fizeram um documento de apoio aos grevistas, foram impedidos de distribuí-los, pelo motivo acima mencionado.

Na realidade, os PMs estavam satisfeitos, embora não demonstrassem, com o apoio recebido dos estudantes, do CBA (Comitê Baiano pela Anistia) e dos partidos políticos de oposição – PMDB, PP, PDT e PT. Esse apoio tentava transformar a greve salarial dos PMs em algo mais, e, na verdade, o governador acabou tendo um desgaste na categoria. Para se ter uma idéia do papel do policial na estrutura política implantado pelo grupo carlista, o oficial da PM, em entrevista já citada, afirmou:

Em todo o interior do estado, o problema político é que determina o preenchimento das vagas de delegados ou simples chefes de posto policial, em cidades pequenas. Um simples soldado, que seja, num pequeno arraial, representa muito politicamente para o esquema do governador. (...) A PM esta a serviço de Antonio Carlos Magalhães. (...) ACM se desgastou muito com a greve e com a repressão, porque perdeu o apoio e muitos votos que os PMs conseguem. (MOVIMENTO, 299 pp. 04 e 05)

É questionável se esse apoio realmente foi perdido, mas uma coisa é certa, o sentimento do oficial entrevistado, que podemos estender aos grevistas, é do orgulho ferido, e isso pode ter afetado o apoio dos PMs à política do governador. De outro modo, é importante observar a interiorização da PM e da greve, com um apoio à greve no interior em: Alagoinhas, Feira de Santana, Barreiras, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro e em outras cidades menores.

Os grevistas como era de se esperar, foram duramente reprimidos, além das várias ameaças feitas pelo governador, ocorreram várias prisões, alguns grevistas feridos a bala e o Tenente Valmir Alcântara, oficial da PM, acabou metralhado e morto por fuzileiros navais. As circunstâncias da morte do Tenente e a repressão

implementada contra o movimento reforçam a importância dada pelo regime a essa greve. O episódio da morte do tenente não foi explicado pelo governo, ganhando assim duas versões: a dos militares que afirmaram não ter reconhecido os PMs que estariam sem fardas e pensaram que se tratava de assaltantes. Na versão de um PM que participou do ocorrido o relato é bem diferente:

Nosso propósito era pacífico e pretendíamos apenas recolher a viatura. Estávamos os cinco fardados e em hipótese alguma poderíamos ser confundidos com marginais. Dentro da viatura havia quatro fuzileiros, um cabo, um sargento e dois soldados. Quando encostamos no veículo eles manobram os fuzis como se já estivessem esperando. Nossa reação então, foi sacarmos as armas para obrigá-los a desengatilhar os fuzis. Imediatamente eles concordaram e abandonaram o carro. Já estávamos nos preparando para entrar no veículo e ir embora quando surgiram mais fuzileiros em outra viatura e recebemos a saraivada de balas. Saímos correndo, procurando abrigo e vimos os tenentes Valmir e João Mario caírem. Não disparamos um só tiro. (MOVIMENTO, 299 p 04)

Guerra de versões à parte, o fato principal foi que o tenente Valmir recebeu tiros pelas costas e caiu quase morto, vindo falecer em pouco tempo e o tenente João Mario foi atingido pelo lado correndo o risco de ficar paralisado. A morte do tenente poderia ser mais um motivo para a continuação da greve, porém o que se viu foi o contrário. Na segunda-feira (16/05/1981) estava convocada uma assembléia, marcada para o clube dos oficiais, que não ocorreu, porque o governo proibiu. O Exército ocupou o espaço depois da morte do tenente. O clima e o “psicológico dos PMs mudaram” e a mobilização já não era grande. Por outro lado, a repressão tinha aumentado, levando, conseqüentemente, ao fim da greve.

Numa reunião de coronéis da PM, “o General Moraes Rego prometeu encontrar uma solução para o problema (dar aumento) e arquivar o IPM” (MOVIMENTO, 299 p 05). Se dentro das forças policiais existiu espaço para os protestos, em outros setores sociais não foi diferente. Trabalhadores, associações de bairros, estudantes, dentre outros setores da sociedade, fizeram desse período um rico espaço para a contestação.

Outro momento de contestação que contribuiu para a volta dos movimentos sociais às ruas, foi o XXXI Congresso Nacional da UNE, ocorrido em Salvador em maio de 1979, poucos meses após a extinção do AI-5, mas, nem por isso, deixou de sofrer uma forte repressão por parte dos militares. Os estudantes, que tiveram papel fundamental nas lutas contra a ditadura na década de 60, foram também um dos segmentos sociais mais reprimidos e perseguidos pelo regime nos anos seguintes. O

congresso, de certa forma, marcou o fim do processo que levou à reorganização da UNE, sendo um fato marcante na conjuntura estudada.

Para termos uma idéia de como esse congresso foi visto por parte dos movimentos sociais da época, citaremos a opinião do CEAS:

A volta da Une, além do significado específico que tem para os estudantes, representa a abertura de mais uma brecha no regime e um alento para as classes trabalhadoras, por ser a primeira entidade representativa de um setor a se rearticular a nível nacional. Considera-se, assim, a realização do Congresso, uma vitória importante não só para os estudantes, mas para todo o povo brasileiro, cujo apoio, expresso de diferentes formas, foi aliás decisivo, neutralizando afinal as tentativas do regime no sentido de reprimir, tumultuar e esvaziar o acontecimento. (CEAS 62, 1979, p. 65)

Ainda construindo esse cenário, devemos fazer referência às tentativas anteriores de realização do Congresso e que acabaram sendo frustradas. No ano de 1977, na PUC do estado de São Paulo, ocorreu uma tentativa de realização de encontro no intuito de discutir a reorganização da UNE. Para os militares, a reorganização da entidade era um fato que não poderia ocorrer, pois se esse setor fosse reorganizado, seria um instrumento de pressão que eles não desejavam que existisse. Por isso mesmo, essa tentativa foi fortemente reprimida com a invasão da Universidade. A polícia atirou diversas bombas ferindo vários estudantes, impedindo, assim, a realização do evento. Outra tentativa, ocorreu no ano seguinte em Minas Gerais, igualmente uma forte repressão seguida de um grande número estudantes presos. Essa foi a segunda tentativa que não deu certo. Existia à época uma comissão Pró-UNE que articulava e procurava dar continuidade a tarefa de realizar o congresso de reconstrução.

A terceira tentativa foi pensada para ocorrer em Salvador, as tarefas de realização e organização estavam sob a responsabilidade da recém eleita diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA, na realidade cabia aos estudantes da cidade-sede organizar o evento. Assim nos revela o presidente do DCE – Ruy Cezar Costa Silva – em depoimento ao Projeto Memória do Movimento Estudantil.

Veja que coisa interessante! Quando fui eleito, no dia da posse, recebi a notícia de que a Comissão Pró-UNE havia indicado a Bahia para sediar o próximo congresso. Aí foi um conflito muito grande, porque nós tínhamos a história de todas as tentativas anteriores, fortemente reprimidas. Quem recebia, organizava o congresso, então, era eu. Eu era o responsável. Até aquele momento eu não havia participado da direção de nada. Eu fazia farra, eu era da “periferia” e fazia arte. Pensei: “Que negócio é esse?” (SILVA, 2004, P. 6)

Coube ao DCE da UFBA e, ao que parece, a um militante estudantil sem experiência assumir a responsabilidade. É muito provável que não tenha sido uma tarefa

individual, o mais provável é a participação de várias pessoas não só da diretoria do DCE da UFBA, mas também de outras entidades estudantis e setores da sociedade na construção do congresso. Registros apontam nesse sentido, pois percebemos a participação do Trabalho Conjunto, do MDB e do próprio Governador da Bahia – ACM – que, por sinal, foi objeto de muitas divergências dentro do Regime e do próprio Movimento Estudantil.

Segundo relato de Ruy Cezar, a ajuda do Governo do Estado foi necessária, na medida em que não existia espaço que acomodasse a expectativa de participantes que chegava a ser de oito mil pessoas e acabou em volta de dez mil. Seguiremos com um trecho do depoimento do estudante, que ajuda elucidar a questão:

Eu disse assim: “Onde nós vamos fazer esse congresso? Na universidade não há nenhum espaço, o maior auditório é o da Escola de Direito, onde cabem 400 pessoas.” A expectativa era receber seis, sete, oito mil pessoas. Então, eu pensei: “Já que não cabe essa gente toda, tem que ser em algum outro espaço fora da universidade.” Pensei no ginásio de esportes administrado pelo Estado. E pensei também no Centro de Convenções, que também era do Estado. Veja a maluquice, a ousadia: o Estado, indicado pela ditadura, e nós resolvendo que queríamos fazer aquilo. Eu decidi que pediria ao governo a cessão do espaço, e foi aquela confusão. Diziam que eu não poderia fazer porque poderia ser preso, por estar entrando em contato com elementos da ditadura. “Não faça uma coisa dessas...”, diziam os militantes mais organizados e ligados a partidos. Todos foram completamente contra essa experiência “tresloucada” e maluca que eu resolvi empreender. Lembro que eu comprei umas fichas, fui a um telefone público e liguei para a governadoria. Pedi para falar com o governador, que gostaria de uma entrevista com ele. Perguntaram quem eu era. Respondi que era estudante, o presidente do DCE, e gostaria de falar com o governador Antônio Carlos Magalhães. A voz do outro lado perguntou o assunto. Respondi que queríamos fazer o congresso de reconstrução da UNE em Salvador e que eu precisava de um espaço – eu queria o Balbininho ou o Centro de Convenções. Argumentei que nós não tínhamos espaço na universidade e que eu precisava falar com o governador. Quem me atendeu pediu que eu ligasse no dia seguinte. Eu liguei, e ele falou que o governador me receberia. Realmente, uns 15 dias depois, tive uma entrevista com Antônio Carlos Magalhães. Ele me recebeu com uma gravata vermelha e disse assim: “Olha, vim de gravata vermelha para mostrar que eu estou em paz.” Foi como se ele dissesse assim: “Estou recebendo os comunistas.” Antônio Carlos sempre teve umas coisas assim, umas tiradas muito estranhas, e essa foi uma delas. (SILVA, 2004, p. 7)

Na realidade o Governo deu o apoio à realização do evento, cedeu o Centro de Convenções da Bahia, que foi inaugurado com o XXXI Congresso da UNE. Como havia alertado antes, o fato do apoio do executivo estadual repercutiu em grande polêmica. Como veremos abaixo:

Isso gerou uma polêmica muito grande dentro do movimento estudantil e fora também. Porque o ministro da Justiça proibiu e disse que cercaria a cidade, mas, de alguma forma, a gente já tinha um termo de compromisso de que o Centro de

Convenções estava cedido. Como garantir a chegada dos estudantes? Como garantir a hospedagem deles? No final, a gente já tinha 10 mil pessoas em Salvador. Então, fizemos uma campanha junto à população da cidade e conseguimos todos os alojamentos em casas de família. As famílias fizeram filas na porta do MDB para se cadastrar. Houve uma experiência inusitada. Na véspera, nós resolvemos anunciar para a cidade que o congresso da UNE se realizaria em Salvador e fizemos uma maluquice, que foi tomar o alto-falante do Estádio da Fonte Nova, durante um jogo do Bahia, e falar para 80 mil pessoas. A gente invadiu a sala, segurou o cara, e eu peguei o microfone e falei para a Fonte Nova. Enquanto isso, alguém passava com uma faixa, no meio do estádio, anunciando o congresso. Isso tudo provocou um efeito muito grande na imprensa – atos como esse, mais de performance mesmo. (SILVA, 2004, p. 7)

Fatos inusitados não faltaram na realização do congresso. Mas nosso foco ainda continua sendo a polêmica do apoio de ACM. Na tentativa de trazer outra visão para o episódio, veremos a manifestação de um concorrente do ME (FLE – Federação Livre dos Estudantes), que não poupou na acidez de suas faixas expostas no congresso. “A reconstrução da UNE está sendo feita de forma infeliz. Primeiro num cálido mês das noivas, das mães, nesta aprazível cidade-turismo criada pelo capitalismo nacional, Salvador. Centro de Convenções, governo Antonio Carlos Magalhães, vinte ônibus cedidos por este último que de fato (não de direito) é patrono da UNE” (BAHIA, 1997 p. 322).

Justas ou não, as críticas estiveram presentes no Congresso da reorganização da UNE e, na verdade, o estranho seria se elas não estivessem presentes. Até porque no universo de 10 mil participantes, onde estavam presentes diversas correntes do ME, militantes de partidos e, também, de inúmeros setores sociais, criando um grande caldo cultural, se as divergências não ocorressem fugiria da normalidade do que foram os outros congressos da entidade.

O fato do apoio do Governo da Bahia, não eliminou a existência de repressão ao congresso. Muitas delegações não conseguiram chegar a Salvador, muitas foram as prisões nas estradas brasileiras. E, ainda, tentativas organizadas da repressão, fizeram parte do dia-a-dia do encontro, nos três dias de sua realização.

Lançaram algumas bombas com pós químicos, e todas as luzes se apagaram. Caiu a força elétrica, e muita gente, inclusive eu mesmo, na hora em que a bomba explodia, olhava para cima, e a bomba caía nos olhos. Fiquei numa situação muito difícil, lacrimejando, olho vermelho, quase sem enxergar. Mas eu não podia sair dali naquela hora. Sem energia elétrica e sem microfone, resolvi organizar um coro de 100 pessoas. Pedi a elas que repetissem, palavra por palavra, o que eu ia dizer. Então, a gente falava assim: “Pessoal...” E todo mundo: “Pessoal...” “...Vamos ficar calmos, ninguém vai levantar do seu lugar.” Era um jogral, era interessante. Aí, nós fomos orientando e pedindo, primeiro, que os cineastas dessem alguma luz com as baterias. Depois, quem tinha carro

na periferia acendia os faróis e iluminava a plenária. Então, essas luzes lançadas sobre a plenária começaram também a lançar um pouco de luz sobre que unidade aquela turma reunida ali poderia conquistar naquele congresso. (SILVA, 2004, p. 10)

Embora existisse no congresso a continuidade das divergências, fatos como esse ajudaram, ao menos, a facilitar os trabalhos de votação, elaboração de resoluções e conclusão do congresso. De fato, a UNE saiu de Salvador reorganizada, entretanto, sem uma diretoria eleita. Foram marcadas pela primeira vez, uma eleição direta para a entidade, que foi realizada no mês de outubro de 1979, de onde saiu eleita a chapa encabeçada pelo baiano Ruy Cezar. Com exceção da votação da diretoria, foram aprovadas várias resoluções que refletem bem as lutas do período em questão.

Realizado, dele permanecem algumas resoluções concretas. Foram aprovadas, por exemplo, as campanhas de lutas que os estudantes empreenderão, a nível nacional: 1) contra o ensino pago; 2) por mais verbas para a educação; 3) pela anistia, ampla, geral e irrestrita; 4) pela filiação da entidade de base (diretórios e centros acadêmicos) à UNE; 5) por uma Assembléia nacional Constituinte, soberana e livremente eleita; 6) pela defesa da Amazônia. (CEAS 62, 1979, p. 65)

Ao mesmo tempo em que a UNE foi reconstruída, as greves no ABC estavam acontecendo, o Movimento pela Anistia fazia suas atividades, os movimentos de bairros ganharam as ruas, o Movimento Contra a Carestia ganhou força com seus abaixo-assinados e reivindicações. Em Salvador, o Trabalho Conjunto contribui para o fortalecimento do campo democrático, o 1º de Maio Unificado passou a acontecer, levando os trabalhadores às ruas de Salvador.

Voltando ao setor estudantil, os alunos da UCSal (Universidade Católica do Salvador), realizam uma greve que resultou na queda do reitor, expondo a crise financeira da entidade e levando a intervenção do MEC. Enfim, o crescimento dos movimentos sociais nesse período é notório, contribuindo para as conquistas democráticas e para o processo da abertura política.

Seguiremos no próximo capítulo analisando a transformação das passeatas organizadas e pacíficas contra o aumento das tarifas de ônibus em quebra-quebra.

## CAPÍTULO II

### DE PASSEATA A QUEBRA-QUEBRA: OS MOVIMENTOS PACÍFICOS E A EXPLOSÃO POPULAR

A Bahia é conhecida por abrigar um povo hospitaleiro, alegre e festeiro. Mas, basta olhar com um pouco mais de calma para ter certeza de que algo está errado, ou pelo menos, algo está faltando. Ao observar a história da Bahia, logo no primeiro contato com os portugueses, os primeiros habitantes não receberam com hospitalidade com os que chegaram, pelo contrário. No 2 de julho de 1823 temos mais um exemplo de outra característica do povo baiano que deveria concorrer com os adjetivos pacíficos inventados para os baianos – a luta faz parte do dia-a-dia desse povo. Senão vejamos, para isso citaremos outros exemplos para caracterizá-lo como um povo lutador: as Resistências Escravas, a Revolta dos Alfaiates, a Revolta dos Malês e o Movimento de Canudos.

A capital baiana que foi palco de muitas lutas com a participação dos grupos populares, que não mediu esforços para lutar por melhores condições de vida. Os protestos de rua, as manifestações, passeatas, comícios- relâmpagos, faziam e fazem parte do cotidiano dessa cidade. Em outros momentos a população levantou sua voz, através de ações pouco convencionais. Quando foi possível, os soteropolitanos usaram a força e a violência para reivindicar seus direitos.

Um dos esforços exemplares desta luta, na forma de rebelião, foram os fecha-fechas, os quebra-quebras e, principalmente, o quebra bonde no início da República, analisado por Mario Augusto da Silva Santos<sup>11</sup>. O autor estudou um período de quarenta anos (1890 a 1930) da história social da Bahia, evidenciando os protestos populares. Especificamente em julho de 1917, após um comício, onde se protestava contra o custo da alimentação, os baixos salários, o custo de vida em geral, a ira popular emergiu de forma mais agressiva e violenta, destruindo alguns bens públicos.

Em setembro de 1919, populares irritados pela falta de veículos de condução e excesso de lotação dos que funcionavam, destruíram e incendiaram vários bondes. Em novembro de 1927, pelo mesmo motivo, novamente os bondes foram alvo dos protestos

---

<sup>11</sup> SANTOS, Mario Augusto da Silva. *A República do Povo: Sobrevivência e tensões* Bahia, EDUFBA, 2001.

da população. No início de 1930, os bondes, mais uma vez, foram alvo do protesto popular. Naquele momento o motivo foi o aumento dos preços das passagens o que motivou a destruição de 83 bondes e instalações da empresa responsável pelo serviço.

A história de luta dos baianos permite acrescentarmos mais um adjetivo a esse povo. E a luta contra a carestia, os maus serviços e os preços dos transportes coletivos em Salvador possuem uma longa história. Neste capítulo trataremos da origem do movimento ocorrido na cidade entre agosto e setembro de 1981, seus atores, o perfil da multidão do quebra-quebra, o início dos protestos violentos na *quinta-feira da explosão popular* e o seu radicalismo.

### **As movimentações antes dos protestos violentos**

No início de agosto de 1981, ao surgir os primeiros rumores de uma possível majoração nos preços das tarifas de transporte coletivo, a população passou a sentir o “sabor amargo” das dificuldades que viriam. No capítulo anterior evidenciamos as condições precárias de vida da população, principalmente dos mais pobres, onde a falta de moradia, baixos salários e informalidade no mercado de trabalho eram a tônica do cenário de Salvador, colocando a cidade como a capital do desemprego no Brasil.

Paralelo ao quadro sócio-econômico, podemos afirmar – que a exemplo de todo o Brasil – Salvador passava por um momento de crescimento dos movimentos sociais. Enquanto os sindicatos se fortaleciam, outras iniciativas dos “de baixo” ganhavam espaço: os movimentos que lutam por moradias em várias áreas da cidade (ex. Comunidade do Marotinho); o Movimento Estudantil (M.E.) – universitário e secundarista; como também as organizações de Bairros, que somavam força na FABS (Federação das Associações de Bairros de Salvador).

Não obstante, um personagem merece destaque nesse momento. O recém criado Movimento Contra a Carestia (MCC). Originário de uma outra organização que reunia algumas associações de bairro, esse movimento surgiu para lutar contra as dificuldades advindas da política econômica vigente no Brasil. A inflação era o principal problema que afetava a população, com uma constante alta nos preços e, conseqüentemente, elevação do custo de vida.

Do Trabalho Conjunto de Bairros, uma entidade que aglutinava dezenas de Associações de Bairros em Salvador, surgiu o embrião do MCC, em 1978, como resposta a uma campanha nacional pedindo o congelamento dos preços dos produtos alimentícios. Na época, o Trabalho Conjunto realizou uma



pesquisa em Salvador, constatando que as principais reclamações da população que se concentravam em torno de problemas de saúde, baixos salários, falta de infra-estrutura (água, esgoto etc.) e principalmente transportes. Por divergências internas e dificuldades diante do “baixo nível de organização popular em Salvador”, o trabalho conjunto foi desarticulado, mas algumas pessoas – como o vigilante Laurentino Alves e a médica Jane Vasconcelos, que participavam anteriormente da Comissão (embrião do MCC) decidem continuar o trabalho da mesma, e assumem como uma das bandeiras do movimento a luta contra o aumento das tarifas de ônibus. (JORNAL MOVIMENTO, 20/08/81).

Em entrevista, a médica e líder do MCC, Jane Vasconcelos, descreveu assim, o surgimento do Movimento:

Foi um momento de transição entre o movimento de bairro e o movimento do sindical entre as décadas 70 e 80. Estávamos neste processo de transferência de algumas bandeiras de luta do movimento de bairro para o movimento sindical, onde a consciência de classe ela está mais presente. No movimento de bairro as bandeiras eram muito imediatas e nós pudemos acrescentar na mesa de negociação em alguns momentos as bandeiras contra a carestia. Contra a carestia já dizia exatamente o que era o movimento. Era um período de juros altíssimo em que todos os produtos aumentavam absurdamente, e o transporte coletivo acompanhava esses aumentos em percentuais exorbitantes, e isso era uma coisa palpável do dia a dia do morador de bairro. Então o Movimento contra a carestia tinha uma pauta grande, mas naquele momento: a luta contra o aumento do transporte coletivo é que deu maior amplitude ao movimento.<sup>12</sup>

Dessa forma, podemos dizer que o MCC, teve a sensibilidade de aglutinar entre suas bandeiras as reivindicações que sensibilizava a maior parte da população. Estavam no lugar certo e na hora certa, mobilizados com os que sofriam mais com a carestia. Para alcançar seus objetivos, o Movimento lançou mão de variadas formas de mobilização, como: “solicitações de audiência, as passeatas, movimentos reivindicatórios, presença junto aos meios de comunicação, panfletagem em terminais de ônibus, reuniões em plena praça, assembléias geralmente em sindicatos”. (JANE VASCONCELOS)

Nos primeiros dias de agosto de 1981, o Conselho Interministerial de Preços (CIP)<sup>13</sup>, passou a discutir os índices de aumento para a tarifa de transporte em Salvador. Prevendo um grande aumento, o MCC tratou de criar estratégias para evitar a majoração dos preços. O Movimento convocou uma passeata para o dia 10 de agosto. Equipes de militantes, no horário da volta do trabalho, iam para os terminais de ônibus para colher

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada no dia 03 de julho de 2008.

<sup>13</sup> O CIP era um órgão técnico que avaliava os preços no País. No caso em questão, o CIP intermediou as negociações entre os empresários do setor de transporte coletivos e a Prefeitura de Salvador.

assinaturas contra o aumento, ao mesmo tempo em que colavam cartazes com o slogan “NÃO PAGAREMOS O AUMENTO!”.<sup>14</sup>

Sem nenhuma preocupação com os preparativos para a manifestação, o “CIP” divulgou o resultado do acordo, autorizando os reajustes nas tarifas em 61%. Apesar da autorização, os empresários do setor não se deram por satisfeitos. Alegavam que o reajuste correspondente às suas necessidades seria de 78%. Uma matéria do jornal Tribuna da Bahia, nos ajuda a entender essa insatisfação.

O presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Salvador, Ival Figueiredo disse que está recebendo pressões dos associados, que alegam prejuízos, pelo fato de a CIP ter autorizado a majoração na última semana de julho e até o momento não entrou em vigor.

As alegações de prejuízos dos empresários estão baseadas na elevação dos custos de manutenção dos ônibus além do reajuste de salários dos seus trabalhadores honrarem em muito as suas despesas provocando uma considerável defasagem.

Com a definição dos novos aumentos salariais dos motoristas, cobradores e despachantes (...) não haverá outra saída senão o repasse com aumento das passagens, o que já provocou manifestação pública do Movimento Contra a Carestia. (TRIBUNA DA BAHIA, 10/08/81, p. 3)

Do outro lado da balança estava a população, que, na mesma semana, havia apresentados seus reclamos isolados contra a política do governo: “que sempre dá um jeitinho para atender os empresários e a gente é sempre quem leva a pior”<sup>15</sup>, protestava Dona Cora Lima, no terminal do Campo Grande. Outra usuária, Lucila Silva, reclamava do aumento, observando que pessoas como ela, que ganhava salários razoáveis e com pouca despesa, não sentiria muito o acréscimo no orçamento, “mas os que ganham salário mínimo ou nem isso, com certeza vão passar por dificuldades se não quiserem se arriscar a sair pela traseira”<sup>16</sup>. A mesma usuária ainda chegou a propor uma solução para amenizar o problema, ela acreditava que

“para os bairros populares, a Prefeitura deveria estudar uma forma para que os moradores fossem beneficiados, ou concedendo passe ou colocando ônibus da Transur com preço mais baixo, o que seria uma maneira de concorrer com os empresários que visam sempre mais lucros. O Prefeito tem que buscar soluções equilibradas para atender as partes reivindicantes, já que todos são vítimas da política de preços do governo e com maior desvantagem para os trabalhadores assalariados. (TRIBUNA DA BAHIA, 10/08/81, p. 3)

É possível verificar, nos depoimentos registrados anteriormente, que antes mesmo do anúncio oficial, que deveria sair da Prefeitura, a população já mostrava

---

<sup>14</sup> Tribuna da Bahia, 7/08/81, p. 7

<sup>15</sup> Tribuna da Bahia, 10/08/81, p. 3

<sup>16</sup> Tribuna da Bahia, 10/08/81, p. 3

descontentamento. Pessoas simples arriscavam-se a propor soluções que poderiam ajudar a vida dos mais necessitados. Enquanto isso, a balança ganhava mais um “peso” e não era do lado da população. O prefeito foi à público avisar que as novas tarifas não tardariam em entrar em vigor, atendendo aos reclames dos empresários que alegavam estar em dificuldades para pagar os novos salários dos seus empregados em face do aumento tarifário não ter sido liberado até aquela data.

Para tentar equilibrar o jogo, como havia anunciado, o MCC conseguiu levar às ruas os protestos da população, que não aceitava mais um aumento no custo de vida.

No dia 10 de agosto de 1981, houve mais uma passeata organizada pelo Movimento Contra a Carestia (MCC), protestando contra o próximo aumento do transporte coletivo. O percurso foi do Campo-grande ao terminal da Barroquinha, a passeata reuniu cerca de 500 populares no seu início, sendo incorporados, ao longo do percurso, mais simpatizantes.

“Os manifestantes portavam inúmeras faixas, com dizeres: “Abaixo o aumento das passagens de ônibus, pelo congelamento dos preços”. “Queremos melhor qualidade nos ônibus”. A passeata chegou na Barroquinha por volta das 19 horas e como os pontos de ônibus cheios o movimento tornou-se mais representativo, com populares aplaudindo as palavras dos oradores: Todos unidos podemos lutar e dizer não a mais esse aumento”. Disse um orador enquanto a massa respondia “O povo unido jamais será vencido”. O movimento contra a carestia aproveitou para passar o abaixo-assinado que será novamente entregue na Prefeitura exigindo o congelamento dos preços das passagens de ônibus. Hoje, às 19h30min, na sede do Sindicato dos Eletricitários, localizada entre o Aquidabã e a Sete Portas, o Movimento Contra a Carestia, (MCC) realizará uma reunião com a participação de populares, quando serão definidos novos encaminhamentos para o movimento reivindicatório. Além do MCC, a manifestação de ontem teve o apoio da Federação das Associações de Bairros de Salvador e de outras entidades populares da capital. (JORNAL DA BAHIA, 11/08/81, capa)

De forma organizada, democrática e descontraída a população de Salvador mostrava a sua insatisfação. O sentimento de união e força eram a tônica naquele momento, os ventos da democracia sopravam, as eleições para o Governo do Estado estão já estava marcada para o ano seguinte. Encontramos esse sentimento de mudança, de novos ares, em uma coluna de jornal, como no exemplo abaixo.

Ultimamente, têm sido freqüentes as manifestações populares, em praça pública, ou nas ruas da cidade. Como a de ontem, do Movimento Contra a Carestia, que começou no Campo Grande e terminou com uma passeata pela avenida Sete de setembro, até a sede da Prefeitura. Não faltaram os panfletos, cartazes e os gritos de protesto.

Tudo como antigamente. Só que agora não mais repressão como antes (ontem, um único carro-patrula da PM acompanhava a passeata à distância, discretamente).

E sem repressão as manifestações não alcançaram a repercussão do passado. Sinal dos tempos. (TRIBUNA DA BAHIA, 11/08/81, p. 2)

O colunista não sabia que estava errado. Nas semanas seguintes o tempo mudaria para pior. Todo o seu saudosismo seria saciado, as manifestações iriam aumentar de tamanho como, igualmente, aumentariam as das forças de repressão, o “sinal dos tempos” parecia que não chegaria.

Voltando a falar da manifestação do dia 10, o Movimento Contra a Carestia e a luta contra o aumento das passagens ganharia mais um apoio. A passeata contou com a participação do Deputado Domingos Leonelli. Convidado pelos líderes do movimento, tentava demonstrar, com sua participação, que o PMDB estava engajado no movimento. Ao discursar, o Deputado denunciou que o “governo implantando desde 64 somente contribuiu para aumentar a inflação sendo que, de acordo com seu pensamento, quem deveria pagar por isso não paga”<sup>17</sup>. Se o deputado utilizou a oratória, alguns manifestantes utilizaram outras estratégias para criticar o governo. Carregavam cartazes reclamando contra os reajustes e afirmando que “o alto custo de vida é mais uma ação de terror do governo”, ao mesmo tempo em que gritavam que “se o ônibus aumentar o povo não vai pegar”. Aos poucos, o movimento tomou conta da Praça Municipal, enquanto alguns distribuía panfletos que diziam “vamos dizer não ao aumento dos transportes coletivos, exigindo do prefeito Mario Kertész o congelamento dos preços”<sup>18</sup>.

A participação do deputado Domingos Leonelli indicava uma certa vinculação do partido ao movimento. Nesse momento essa relação parecia ser harmônica, onde um apoiava o outro. Não obstante, o apoio de um parlamentar somaria para movimento no quesito denúncia, como veremos adiante, alguns parlamentares utilizando as tribunas para apontar os erros do governo e a ganância dos empresários.

Jane Vasconcelos, inclusive, participava de partido político (PCdoB/PMDB). Quando perguntamos sobre essa relação entre partido/movimento e se existia essa ligação com o MCC, a resposta foi enfática:

Era ligado e tinha um respaldo político, não existiu um movimento surgido do nada, ele surgiu dessa ebulição. Existiam as condições, existia o movimento político, daí surgiu algum elemento do movimento democrático, eles se reuniram e levaram a prática o Movimento Contra a Carestia a nível nacional. Eu era do Partido Comunista do Brasil assim como outros companheiros, existiam outras pessoas sem partido e do PT. Eram pessoas do movimento político.

---

<sup>17</sup> Tribuna da Bahia, 11/08/81, p. 3

<sup>18</sup> Tribuna da Bahia, 11/08/81, p. 3

Talvez a conjuntura de luta pela democracia tenha contribuído para essa relação. No decorrer do capítulo poderemos perceber o crescimento dessas duas vertentes democráticas, as movimentações populares, sindicais e o surgimento e fortalecimento dos partidos políticos.

No dia 12 de agosto de 1981, mais uma vez, o presidente da Associação das Empresas de Transporte Rodoviários de Salvador, Ival Figueiredo, foi a público desempenhar o seu papel enquanto representante dos empresários, pressionando a prefeitura e defendendo a idéia de que seria “imperioso que a prefeitura libere, no menor tempo possível, as novas tarifas de transportes coletivos”. Sem perder tempo continuava sua argumentação apresentando a situação financeira das empresas. Disse ele: “os empresários não suportam mais operar em vermelho e terão que pagar aos seus funcionários este mês os salários reajustados, conforme acordo assinado no ultimo dia 7 entre as duas partes”<sup>19</sup>.

O argumento de Ival Figueiredo de que, se o aumento das passagens dos ônibus não fosse liberado de imediato, as empresas não teriam condições de cumprir com o compromisso, prejudicando toda uma classe trabalhadora, colocava mais lenha na fogueira. Na realidade essa era uma forma de pressionar o Executivo que, apesar da insistência dos empresários, não tinha autorizado o reajuste e, por outro lado, servia para fortalecer a população no seu objetivo que era não pagar pelo aumento.

Essa posição evidencia a luta de classes dentro do episódio, as forças perfiladas, tentavam a todo modo, conquistar seus objetivos. De um lado, o MCC queria a não implementação do aumento; do outro, os empresários, de qualquer jeito, lutavam para tê-lo o quanto antes. No meio do fogo cruzado, estava a Prefeitura, que apesar de ter declarado que não demoraria em autorizar o reajuste ainda não tinha data para que o mesmo fosse efetivado.

Podemos considerar, de início, que ao se passar mais de dez dias entre a decisão do CIP e o não vigoramento do aumento, que o Movimento Contra a Carestia já tinha conseguido uma passageira vitória, evidenciado no fato de que o Movimento não parava de receber mais apoios. O vereador Antonio Pinto do PMDB utilizou-se do plenário para criticar o reajuste, considerando injusto o aumento preterido pelos empresários, por considerá-lo “completamente fora da possibilidade do usuário”<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Tribuna da Bahia, 13/08/81, p. 2

<sup>20</sup> Tribuna da Bahia, 11/08/81, p. 3

Ao tomar conhecimento do discurso do vereador, Ival Figueiredo declarou ser este um ponto de vista dele, “que pouco entende do transporte coletivo”. Novamente acentuou que os empresários também eram contra o aumento, até porque sabiam que o povo não teria condições de acompanhá-lo, mas, frisou que se não aumentasse as tarifas do transporte, as empresas iriam à falência.

Sem se acanhar nas críticas, ainda na mesma oportunidade, o Vereador Antonio Pinto, criticou a ação da CIP que, para ele, só servia pra dizer “amém” às reivindicações dos empresários, “cabendo ao Prefeito a decisão final de conceder o reajuste nas bases solicitadas”<sup>21</sup>.

Com a força dos apoios recebidos o MCC não cruzava os braços. No dia 14 de agosto de 1981, foram novamente tentar uma audiência com o Prefeito Mário Kertész e levava em suas mãos mais um trunfo, uma parte do abaixo assinado com milhares de assinaturas exigindo o congelamento das tarifas de ônibus.

Integrantes do Movimento Contra a Carestia tentaram ontem, mais uma vez, falar com o Prefeito Mario Kertesz para lhe entregar mais uma parcela do abaixo assinado exigindo o congelamento dos preços das passagens de ônibus – o aumento esta anunciado para o início da semana – e não conseguiram. Contentaram-se em protocolar (nº 2.141/81) o documento – somando agora 16.260 assinaturas – e voltarão à prefeitura na próxima quarta-feira [20/08/81] à tarde, para saber se já está marcada a audiência com o prefeito, prometida desde 31 de julho, quando da entrega do primeiro bloco de assinaturas.

Ada Gonçalves Soares e Nei Jorge Campelo, membros da Coordenação Provisória do MCC, asseguram que a disposição é continuar a mobilização e, realmente, não pagar o aumento. E lembram que o Movimento Contra a Carestia pretende marcar uma reunião com todos os setores democráticos da Bahia – entidades profissionais, sindicatos, entidades estudantis e populares, parlamentares – para uma tomada de posição conjunta não só em relação ao aumento de ônibus como à carestia em geral.

Além da Federação das Associações de Bairros de Salvador, estão participando do movimento grupos de bairros populares. Hoje às 15h, haverá uma concentração no Beira Mangue. Amanhã, também as 15h, no Alto do Binóculo, na Federação, as duas reuniões para a criação de núcleos do MCC, que estão gestando em outros locais: Tororó, Liberdade, Ribeira, Santa Mônica, Nordeste de Amaralina, Nova Dinéia, Mussurunga, São Caetano, Formiga, Rocinha da Sabina, Calabar. (JORNAL DA BAHIA, 15/08/81, p 3)

A nota evidencia mais uma tentativa de audiência sem sucesso. Porém, ficou patente, a persistência e o esforço de mobilização do movimento, que, de forma antecipada, anunciou o dia da próxima tentativa de um encontro com o prefeito, (20/08/81). Essa data seria importante para os novos rumos que tomaria o movimento. Outro fato registrado que nos chama a atenção, foi a boa inserção do MCC nos bairros

---

<sup>21</sup> Tribuna da Bahia, 11/08/81, p. 3

espalhados pela cidade e isso, nos sugere que o Movimento crescia enquanto força reivindicatória em Salvador.

Em meio a todo esse esforço a Prefeitura de Salvador anuncia o aumento do valor das passagens, ratificando o preço proposto pelo CIP – 61% de reajuste. A população que já andava em dificuldades passava a ter mais uma pedra no caminho. Subiam os preços dos alimentos, a educação, o aluguel da casa e agora o transporte coletivo. O novo aumento dos ônibus entraria em vigor dois dias após o anúncio, causando revolta entre usuários. Ao saberem do reajuste, a população da cidade não ficou nada satisfeita começando a dar sinais de insatisfação. Esse sentimento pode ser melhor entendido observando os depoimentos de alguns populares nos jornais.

Linda Carvalho, comerciária: - “Trabalho no Shopping Center Iguatemi e moro na Ribeira. Tomo dois ônibus para vir ao trabalho e para voltar. Eu pagava 10 e agora passarei a pagar 16 cruzeiros cada vez. Portanto, em lugar de gastar 40, gastarei 62 cruzeiros todos os dias. Como é que vou poder com esta despesa? É isso que o governo não leva em consideração quando concede esses aumentos. Sobem aluguel, transporte e alimentação. Até parece que o propósito é acabar com o povo.”

Aristides Santos, empregado num posto de gasolina: “o povo vai acabar andando a pé e os ônibus vão ficar aí, parados como os táxis. Eu mesmo vou usar o landopé”.

Sebastião Pereira Silva: “Como é que vamos agüentar esses aumentos com este salário mínimo? Não sei o que está passando pela cabeça dos nossos governantes.”

Natival Amaral, estudante: “Este governo está tão ruim que nem o Golbery, com toda mordomia e tudo, suportou. Quanto mais nós, o povo. Só podemos mesmo é esperar as eleições do próximo ano para dar nossa resposta, que é o repúdio a seus candidatos”.

Hermínia Silva, empregada doméstica: “Durmo fora do emprego e com este aumento vou gastar a maior parte do ordenado. Mas, o que a gente pode fazer? Temos que nos conformar até quando Deus quiser. E ainda há quem diga que Deus é brasileiro...”.

Henrique Fernando dos Santos, operário: “O governo está no firme propósito de perder as eleições de 82 ou evitar que elas se realizem. Só assim se pode explicar este aumento dos ônibus, que não será o último deste ano, porque novo aumento de combustíveis já foi desmentido e é sinal evidente que virá em breve”. (A TARDE, 16/08/81 p 3)

Estava posta, aí, a insatisfação popular. Apesar do bom humor e descontração dos depoimentos, a tônica marcante é desilusão, principalmente em relação ao governo. A ameaça de repúdio nas eleições e a dúvida sobre a sua realização, nos levam a crer que a população colocava o governo como o culpado pelo aumento, transformando-o

em alvo de suas críticas. Outra marca nos depoimentos é a relação feita entre salário e o peso que o valor do transporte tem no orçamento do trabalhador. Essa serviu de ferramenta para o deputado Domingos Leonelli, que elaborou um estudo sobre o caso e apresentou na Assembléia Legislativa da Bahia, gerando um debate caloroso entre deputados governistas e de oposição. Como nos indica a notícia abaixo:

Revogação imediata do ultimo aumento de ônibus, a exemplo do que fez o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner; estabelecimento da meia passagem para os estudantes; melhor racionalização das linhas urbanas que não devem mais ficar restritas aos gabinetes e as “mágicas” dos tecnocratas municipais que se reúnem com donos das empresas para “decidirem no interesses destes”, mas submetidas a amplas e democráticas discussões entre as associações de bairros de Salvador. Estas foram propostas apresentadas ontem pelo deputado Domingos Leonelli (PMDB), em pronunciamentos na Assembléia Legislativa. (JORNAL DA BAHIA, 19/08/81, p 4)

Em respostas às críticas ao prefeito Mario Kertész, o líder do PDS, José Lourenço, classificou o discurso do opositor como coisa repetida da oposição.

A verdade, assinalou, o PMDB está preocupado com o crescimento do partido do governo na capital, o que somente engrandece a legenda. Admitiu que existem graves problemas sociais, mas não se pode deixar de reconhecer a melhoria das condições de vida do povo baiano. Defendeu o prefeito quando este reivindicou o óleo diesel a preço de custo para o transporte urbano e disse que a oposição misérias para produzir votos, mas o PDS vai eliminá-las do País. Segundo Domingos Leonelli, hoje Salvador apresenta números nada alentadores nos seus indicadores sociais: dez por cento de desempregados e 25 por cento de subempregados para os quais, esses últimos, os economistas encontraram a expressão bonita de “mercado informal de trabalho”, um universo composto por garotos que vendem amendoim na madrugada, prostitutas e vendedores de coco nas praias. Os aluguéis subiram 82 por cento, o BNH majorou as prestações da casa própria em 72,8 por cento; cresce a mortalidade infantil e os “governos jogam o dinheiro do povo pela janela”.

Soma-se a tudo isso o aumento do transporte coletivo, em 61 por cento, sob responsabilidade exclusivamente da prefeitura. E os trabalhadores do salário mínimo são os mais prejudicados. Por exemplo, pagando o ônibus ao preço do dia dispendem Cr\$ 2.200 mensais ou 75 horas de trabalho; a energia elétrica lhes custa Cr\$ 692 mensais (em média 23 horas de trabalho); o gás de cozinha Cr\$ 410 (13,48 horas de trabalho); a água, Cr\$ 600 mensais, em média (20 horas de trabalho).

Pra comer esse mesmo homem precisa dispor Cr\$ 12.962, por mês, se tem uma mulher e dois filhos pra alimentar. Isso com referencia a chamada ração mínima, que a este preço, consome um mês e 24 horas de trabalho, sem queijo, uísque, vinho, etc. Então, juntando as demais despesas de transporte, se o cidadão quiser se vestir, ter acesso a educação e à saúde, desistindo de comer, serão necessários Cr\$ 26.500 por mês, ou três meses e 23 dias de trabalho. (JORNAL DA BAHIA, 19/08/81, p 4)



O quadro apresentado pelo deputado Leonelli comprovava as dificuldades geradas pelo aumento na vida dos trabalhadores, cujo impacto do reajuste para os desempregados a situação seria muito pior. Porém, os governistas não deixavam as proposições da oposição sem respostas.

Na opinião de José Lourenço, se o deputado oposicionista tratou do quanto custa a luz e a água, isso significa obviamente, que os extratos mais baixos da população já dispõem desses serviços e daí se pode concluir que houve, para essa gente, uma melhoria nas condições de vida. “Esses números correspondem a uma mutação no quadro social da Bahia que a oposição não compreende”.

E não compreende, continuou ele, só lhe convém criticar tudo, qualificar o governo de incapaz. Ora, ponderou o líder pedessista, se um operário paga mensalmente cerca de 20 mil com despesas básicas, claro que ele possui esse dinheiro. A oposição esquece de ponderar sobre a renda familiar. E mais, ao invés de arrolar produtos de primeira necessidade, o representante do PMDB se ateve ao alho que não pode ser mais tomado como elemento do aumento do custo de vida como arroz, feijão e farinha. (JORNAL DA BAHIA, 19/08/81, p 4)

O debate dos deputados torna-se importante, em primeiro lugar, pela incorporação do legislativo nas reivindicações das ruas da cidade. Mais uma vez o tema ganhou relevância em Salvador, antes mesmo dos conflitos violentos que veremos mais adiante. Em segundo lugar, demonstrar o caráter político dessa luta contra a carestia e o aumento das passagens dos ônibus. Político no sentido de ser combustível para a luta política, como as acusações aos comunistas por parte do Governador Antonio Carlos Magalhães, ou como colocar os acontecimentos em Salvador como uma ameaça ao processo de abertura política e, conseqüentemente, as eleições do ano de 1982. Ambos os casos abordaremos mais a frente.

Na tentativa de achar um culpado para o aumento das tarifas, que não fosse o governo, já eleito como o responsável pela população, o prefeito Mario Kertész, viajou para Brasília e com mais nove prefeitos de capitais sugeriram ao Governo Federal, que a “venda diesel às empresas de transporte coletivo a preço de refinaria e não a preço de mercado”,<sup>22</sup> como forma de evitar as altas crescentes nas passagens de ônibus com as conseqüentes e graves repercussões sociais entre as classes mais pobres, que é quem utiliza o ônibus no Brasil. Ao mesmo tempo, o prefeito aproveitou para descartar qualquer medida da Prefeitura no sentido de atender às reivindicações de setores da população em conceder meia passagem para os estudantes e para pessoas de baixa renda, mostrando que isso iria causar mais prejuízos a Prefeitura que não poderia isentar

---

<sup>22</sup> Tribuna da Bahia, 17/08/81, p. capa.

as empresas de transporte de determinadas obrigações de impostos, como vinha fazendo para manter os benefícios.

Apesar de ter reconhecido as dificuldades das camadas mais baixas, “que são mais atingidas pela inflação”, argumentava: “não sou eu o responsável por ela, e nem a Prefeitura, o governo, e nem o Delfim Neto, e sim a política internacional de petróleo com constantes elevações nos preços dos combustíveis”<sup>23</sup>. Mario Kertész criticou, ainda, o propósito da oposição em levantar a bandeira na defesa da meia passagem como “uma demagogia e medida ilusória. A oposição vai se aproveitar disso, mas vamos enfrentá-la de frente e não estamos com medo de nada disso”<sup>24</sup>, mostrando confiança nas suas posições.

Já o Vereador Newton Macedo Campos rebatia o prefeito. “A questão dos combustíveis se tornou um bode expiatório de tudo, mas o mal maior está na política econômica do governo que fracassou no seu milagre”<sup>25</sup>. Enquanto o prefeito e a oposição discutiam sobre o “bode”, o MCC tratava de mobilizar a população, como podemos observar em seguida.

A decisão da Prefeitura em conceder aumento das tarifas para as empresas de transporte coletivos de Salvador – de acordo com a orientação do Conselho Interministerial de Preços – não arrefecera os ânimos do Movimento Contra a Carestia que durante mais de um mês lutou para impedir a majoração, apesar de ter conseguido adiá-la por um período de 15 dias. Pelo contrario, o trabalho de mobilização em todos os setores da população, principalmente nos bairros, vem sendo intensificados, afim de que na próxima quinta-feira, as 15h seja realizada uma caminhada do Campo Grande até a prefeitura para exigir a revogação do aumento. Ontem, o movimento circulava em cinco pontos centrais da cidade (Campo Grande, Barroquinha, Aquidabã, Praça da Sé e Terminal da França) distribuindo uma nota convocatória, influenciando aos usuários a não pagar a nova tarifa através de rápidos pronunciamentos com megafones dentro e fora dos ônibus. Hoje à noite, haverá uma mini-manifestação no bairro da Santa Mônica e, amanhã, na Ribeira e Liberdade. Também, entidades de classe estão sendo solicitadas a dar o seu apoio constituindo uma comissão, formada basicamente para atuar junto com o movimento. Em termo da luta pela revogação do aumento, os estudantes desenvolverão uma específica em favor da meia passagem tendo a frente a comissão Pró-EUB (União dos Estudantes da Bahia) formada pelos DCE's da UFBA, UCSal e entidades do interior. (JORNAL DA BAHIA, 18/08/81, p 3)

Ao incorporar na luta pela revogação do aumento lutas específicas dos estudantes ligadas ao transporte, o movimento passou a contar com um segmento

---

<sup>23</sup> Tribuna da Bahia, 17/08/81, p. 3

<sup>24</sup> Tribuna da Bahia, 17/08/81, p. 3

<sup>25</sup> Tribuna da Bahia, 17/08/81, p. 3

mobilizado e mobilizador como era o movimento estudantil naquele período<sup>26</sup>. Esse apoio viria a se traduzir em números durante outras manifestações do movimento.

O apoio solicitado pelo MCC, às entidades de classe logo foi atendido. Diversas entidades sindicais manifestaram o apoio em uma nota publicada em jornal e assinada pelos sindicatos: Sindipetro, Eletricitários, Sindiquímica, APUB, STIEP, Sindimed, Fetag, Assufba, Vigilantes, Aposentados, do Petróleo, Ferroviários, Músicos, Médicos e Veterinários. Com o seguinte conteúdo:

“Todos os trabalhadores baianos reunidos na Unidade Sindical, expressam o seu firme protesto contra o absurdo aumento de 61% nas passagens de ônibus urbanos que começou a vigorar neste último domingo. Este ato torna-se mais grave se levarmos em conta que há mais de quinze dias o povo baiano, através de manifestação e abaixo-assinado com cerca de 10 mil assinaturas, expressou o repúdio a este aumento. Por fim, exigimos respeito a esta tão sofrida população, revogando o aumento e congelando o preço dos transportes urbanos”.  
(JORNAL DA BAHIA, 19/08/81, p 3)

A nota nos ajuda a compreender a formação de um grande bloco democrático que, na verdade, já tinha estado juntos em alguns momentos desse período, como no 1º de maio unificado no início da década de 80 e na luta pela democratização do país. Porém, a relevância dessa nota para o momento que estudamos é o caráter público do apoio a uma luta específica de um movimento que ganhava grandes proporções, na medida em que envolvia vários atores sociais. Além dos sindicalistas esse bloco contava, como já vimos, com o apoio dos estudantes, moradores de bairros e suas associações.

As manifestações populares não davam trégua na luta, mesmo com as novas passagens em vigor, os protestos de rua continuavam. Saindo do roteiro tradicional de passeatas (geralmente realizada no centro da cidade), uma caminhada chamou a atenção. Com aproximadamente duzentas pessoas, o grupo saiu do largo da Madragoa até o largo de Roma protestando contra o recente reajuste dos transportes coletivos. As faixas e cartazes eram conduzidas por manifestantes que, durante o trajeto, gritavam palavras de ordem como, “é roubo, não pague”<sup>27</sup>, recordando as antigas passeatas estudantis.

---

<sup>26</sup> Em vários momentos durante a pesquisa nos periódicos, pudemos observar uma boa quantidade de notícias sobre as ações do Movimento Estudantil, principalmente os universitários. Só para citar dois exemplos, os estudantes da UFBA, apareciam mobilizados pelas bandeiras da assistência estudantil (reivindicando, restaurante universitário e melhorias nas condições das residências universitárias). Os estudantes da UCSal, apareceram reivindicando o não aumento das mensalidades, ameaçando entrar em greve.

<sup>27</sup> Tribuna da Bahia, 20/08/81, p. 3

Os estudantes formavam a maioria no início da passeata, mas ao pegar a rua Visconde de Caravelas, ganharam o apoio de crianças e donas de casa. Com mega-fone, um dos líderes do cortejo, chamava a população para “entrar na luta”, colocando o último reajuste como “mais um ato de opressão contra de um povo esmagado pelos aumentos de tudo o quanto é coisa”<sup>28</sup>.

Em nota distribuída ao longo do percurso, o Movimento Contra a Carestia – organizador da passeata – considerava o aumento “criminoso” e “imposto na raça”, e pedia a sua revogação imediata porque “não encheremos os bolsos dos donos de ônibus, continuaremos juntos até a vitória”<sup>29</sup>.

Uma nova concentração já estava marcada para o dia seguinte com destino a Praça Municipal. A idéia do movimento era mobilizar um número expressivo de pessoas, dos mais variados bairros de Salvador, e falar diretamente com o prefeito. Não existia audiência marcada, no entanto, um membro do MCC, anunciava a estratégia para conseguir o diálogo: “Nós vamos chegar e dizer que o povo exige uma explicação; ele tem que nos atender”<sup>30</sup>.

O prefeito Mario Kertész, embora preocupado com o problema, afirmava que alguns políticos estavam incitando o povo a tais protestos e considerava que, no meio de tudo isso, estava havendo muita demagogia. Como podemos verificar na notícia abaixo.

O Prefeito de Salvador reconhecendo as dificuldades do povo, “que vem sofrendo com constantes aumentos” disse que não aceita a demagogia de alguns políticos em cima de um problema tão angustiante, advertiu: “vamos parar com tanta demagogia e subversão, vamos evitar que o povo se torne cada vez mais revoltado, não queiram levar o povo a revolta, porque, na realidade, o que devemos é propiciar melhores salários, através de reajustes semestrais”. (TRIBUNA DA BAHIA, 20/08/81, p. 3)

Mario Kertész já prevendo os protestos do dia seguinte, tentou conseguir um “*Habeas Corpus* preventivo” se isentando do problema e colocando a culpa nos seus opositores. O clima esquentava e os ânimos estavam exaltados, porém, o MCC queria uma audiência com o prefeito para abrir um canal de diálogo, entretanto, o prefeito com suas declarações, demonstrava não estar disposto a atendê-los.

Os preparativos para a manifestação do dia 20 de agosto de 1981 estavam encaminhados. Através de pronunciamento nos jornais, diretores do DCE da UFBA prometeram engrossar as fileiras do Movimento Contra a Carestia, durante a caminhada

---

<sup>28</sup> Tribuna da Bahia, 20/08/81, p. 3

<sup>29</sup> Tribuna da Bahia, 20/08/81, p. 3

<sup>30</sup> Tribuna da Bahia, 20/08/81, p. 3

programada para esse dia, com o objetivo de protestar contra o aumento do transporte coletivo e reivindicar a meia passagem para estudantes.

O Jornal da Bahia vinculava em sua capa a notícia da manifestação sem criar alardes como os do prefeito.

Para pressionar o Prefeito Mario Kertész à revogar o último aumento das dos coletivos de Salvador, o Movimento Contra a Carestia volta hoje as ruas da cidade para protestar contra a majoração. A caminhada sairá às 15 horas, do Campo Grande em direção a Praça Municipal, com faixas e cartazes chamando a atenção do povo para aquela manifestação. Bem em frente ao gabinete do prefeito será feita uma concentração para a entrega de documentos pedindo não só congelamento das tarifas, como a meia passagem para estudantes. O Movimento que está ganhando corpo em Salvador, distribuiu milhares de folhetos junto à população, convocando-a para a passeata de hoje. O Prefeito Mario Kertész afirmou, ontem, que a prefeitura não tem competência para fixar tarifas para os ônibus, mas, sim, o Conselho Interministerial de Preços, que determina a majoração após estudar os custos operacionais das empresas de ônibus. (JORNAL DA BAHIA, 20/08/81, capa)

Todos a postos, a seguir analisaremos as manifestações da *quinta-feira da explosão popular* como chamaremos o dia 20 de agosto de 1981. Por ter sido o marco da mudança de postura nos protestos populares, saindo das manifestações pacíficas (panfletagens, comícios, passeatas) para os quebra-quebras.

### **A quinta feira da explosão popular**

Como prometido, na quinta-feira dia 20 de agosto de 1981, o MCC estava a postos no Campo Grande, às 15 horas, para mais uma manifestação que tinha como destino a sede da Prefeitura de Salvador. Os manifestantes imaginavam encontrar o Prefeito Mario Kertezs e entregá-lo mais uma parte do abaixo assinado pedindo a revogação do aumento das tarifas de transporte coletivo em Salvador.

Aos poucos, centenas de pessoas iam chegando ao ponto marcado para a saída da manifestação, eram pessoas simples: desempregados, donas de casa, trabalhadores, estudantes, juntos contra o alto custo de vida dos soteropolitanos.

Chovia forte por volta das 16 horas e 30 minutos quando os baianos atendendo a convocação do MCC, saíram em passeata protestando contra o aumento, exigindo a volta da tarifa anterior e seu congelamento por um ano. Como também, meia-passagem para estudantes e trabalhadores e passe livre para os desempregados. Durante o trajeto, os manifestantes, pouco mais de mil pessoas mostravam à população que estava nas

ruas o porquê do protesto, várias palavras de ordem eram gritadas, como nos revela os jornais:

“abaixo a carestia que a panela está vazia” – e cantavam, ao som de atabaques e pandeiros – “pega a massa faz o pão/ bota na mesa do meu povão/ minha gente e agora tem que ter revogação” – sendo apoiadas por funcionários das lojas comerciais, escritórios e transeuntes que paravam para assistir a manifestação. “Há muito tempo que deveria ter ocorrido isso. Isso é uma falta de respeito do Governo aumentar assim o ônibus para o povo que já passa fome”, dizia Lauriano Francisco Oliveira, vigia, oito filhos, residente em Castelo Branco no momento que observava do lado de fora do Forte de São Pedro os protestos. (JORNAL DA BAHIA, 21/08/81, p. 3).

O Jornal da Bahia trás o depoimento de outro observador do protesto, um trabalhador, seu José da Conceição, afirmava: “Eles estão certos. Eu pago 64,00 (cruzeiros) por dia, na economia, e só não ando a pé porque moro em Paripe” – bairro suburbano distante do local da manifestação e do trabalho desse cidadão. Por outro lado, figuras importantes na política baiana daquele momento estiveram presentes nas manifestações, foi o caso do Deputado Filemon Matos (representando o candidato ao Governo do Estado pelo PMDB, Waldir Pires). Outros acompanharam até o final da manifestação, como o vereador Agenor de Oliveira do PMDB e o engenheiro e representante do Comitê do Povo Desempregado e, também, membro do PMDB, Haroldo Lima. Destaque também, para as várias associações de bairro presentes e os DCEs da UFBA, UCSal e os secundaristas.

A passeata seguiu pela Avenida Sete e, ao longo do percurso, foi aumentando de tamanho,

seguindo pacificamente pela Avenida Sete, com os participantes gritando palavras de ordem contra o aumento de 61 por cento dos transportes coletivos, ora em vigor, e exigindo a implantação da meia passagem para os estudantes e do passe operário. No jardim da Piedade, o número de pessoas foi aumentando consideravelmente com a adesão maciça de estudantes. (A TARDE, 21/08/81, p. 3)

Com mais participantes do que no início, a manifestação chegaria ao seu destino por volta das 17 horas e 10 minutos. Mas, pouco antes de chegar, mais uma demonstração de apoio popular pôde ser vista. Na altura da rua Chile a manifestação foi “ovacionada com papel picado”, segundo o Jornal da Bahia (21/08/81 p. 3).

Ao chegar a Praça Municipal, os manifestantes tiveram mais uma surpresa, “três caçambas estavam estacionadas para impedir a invasão do prédio. Os [manifestantes] subiram numa delas transformando-a em palanque improvisado de onde fizeram

pronunciamentos”, *Jornal da Bahia* (21/08/81 p. 3). Jane Vasconcelos, liderança do MCC, relatou como foi essa chegada: “nós fomos para a prefeitura, quando chegamos lá, tinha um caminhão, impedindo a entrada, botaram com esse objetivo, para agente servir de palco, então nós entramos e tentamos a audiência”.<sup>31</sup>

Apesar das dificuldades, as lideranças tentavam a todo custo à audiência com o Prefeito, dentro do Palácio Rio Branco, estavam presentes a PM e a Polícia Civil, ao que parece, até esse momento, sem nenhuma interferência na manifestação. Vários funcionários da prefeitura acompanhavam os protestos, das janelas do Palácio, o Prefeito Mário Kertész não estava presente, para frustração dos manifestantes. Dessa forma, as lideranças do movimento foram recebidas pelo Chefe da Casa Civil.

O Chefe da Casa Civil que, através do secretário particular do Prefeito, Pedro Godinho, deu uma resposta à comissão do Movimento que conseguiu entrar no prédio para tentar marcar uma audiência. A informação, no entanto nada agradou, “ele estaria disposto a atender, mas como o grupo chegou com tanta agressividade, não teve clima para tal”. Os manifestantes após tomarem conhecimento do resultado da conversação com assessores do prefeito, decidiram permanecer na praça fazendo pronunciamentos condenando a saga dos empresários pelo lucro o que culminou na concessão do aumento das tarifas. (*JORNAL DA BAHIA*, 21/08/81 p. 3)

As tônicas dos pronunciamentos iam pela crítica ao Prefeito em ter cedido às pressões dos empresários de transporte. Algumas falas reafirmavam a luta contra o aumento do custo de vida, colocando a culpa na política econômica do governo que não tinha um olhar para a população pobre. Todavia, a questão central era o aumento de transporte coletivo. Haroldo Lima, comparou as condições de vida entre os trabalhadores brasileiros e os italianos mostrando o exemplo do transporte para o trabalhador na Itália: “na Itália (Florença) um operário ganha o equivalente a Cr\$ 80 mil (cruzeiros) e só paga 50 por cento da passagem de transporte coletivo que equivale a Cr\$ 14,00, e aqui o povo passa fome”<sup>32</sup>.

Por outro, a pesquisa nos jornais nos mostram que para finalizar o ato, os líderes do Movimento recomendavam a volta para casa em grupo, em ordem, sem aceitar provocações. Essa preocupação das lideranças tinha um fundamento. Em alguns momentos, durante as falas, ainda na Praça Municipal, pequenos grupos chegaram a gritar que era hora de quebrar, porém, esse desejo não ganhou força naquele momento.

---

<sup>31</sup> Entrevista com Jane Vasconcelos, 03/07/2008

<sup>32</sup> *Jornal da Bahia* 20/08/81, p 3.

A população estava descontente e a ausência do prefeito mostrava a falta de um canal de negociação e os próximos passos do movimento não estavam ainda confirmados. Chegou-se até a especular a possibilidade de mais uma manifestação, na semana seguinte, dando tempo assim de agendar uma audiência com Mario Kertész. Esses elementos foram estimuladores para o passo seguinte durante a noite de quinta-feira, segundo Jane Vasconcelos, “a manifestação foi dispersa e depois houve pontos da cidade onde as pessoas passaram então a desenvolver um movimento de quebra de ônibus, ou seja, nós não construímos quebrar o ônibus, foi, digamos assim, uma consequência do povo mobilizado.”<sup>33</sup>

As riquezas de detalhes aparecem nos jornais, eles apontam que logo após o término do ato, ainda próximo à praça municipal, os gritos de “quebra” foram ouvidos.

Imediatamente, os manifestantes partiram contra alguns ônibus, que circulavam pelas proximidades jogando pedras, pedaços de madeira outros objetos, dirigindo-se para a Praça da Sé. Na rua da Misericórdia, mais cinco ônibus foram atacados pelos manifestantes e tiveram os vidros quebrados, enquanto os comerciantes fecharam as portas de suas lojas, temendo que elas fossem invadidas, o que não ocorreu. Na Praça da Sé, pouco menos das 18h30min todos os ônibus que se encontravam estacionados, foram depredados, deixando os passageiros em pânico, que abandonaram os veículos às pressas. (A TARDE, 21/08/81, p. 3)

Outro periódico detalhou da seguinte maneira:

De repente – tudo começou por volta das 18h20min, entre a rua da misericórdia e a Praça Municipal – motoristas e passageiros dos diversos ônibus – linhas Praça da Sé que se destinavam aos bairros, se viram em meio a uma gritaria e forçados a descer dos veículos. Era início de uma revolta da população pelo recente aumento dos preços dos transportes coletivos que culminou na depredação de mais de 200 ônibus – sete deles destruído pelo fogo – dezenas de pessoas feridas, uma, inclusive, por tiro disparado por policiais do 6º Batalhão que invadiram o Colégio Central às 19h30min. (JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3)

As notícias de jornais evidenciam que, de forma inesperada, a manifestação pacífica acabou transformando Salvador em um campo de batalha. Difícil saber ao certo se alguém esperava aquele desfecho. A transformação repentina na forma de reivindicar, nos aponta para uma questão necessária: como uma ação planejada pelo MCC, aparentemente bem elaborada, perdeu o controle da situação?

“Foi um movimento espontâneo, em nenhum momento, houve da minha parte ou dos colegas que estavam presentes a incitação a isso, mesmo porque, quebrar o bem público não somos favoráveis, o que nós queríamos é que o bem público fosse tratado, dando qualidade ao serviço, nos brigávamos por qualidade e por

---

<sup>33</sup> Entrevista com Jane Vasconcelos, 03/07/2008



preço, por um valor possível de ser pago. Então, foi algo que surgiu, na mobilização. Houve um tomada de posição por parte da população, que decidiu quebrar os ônibus”.<sup>34</sup>

Um pouco mais adiante, no Terminal da Barroquinha, todos os ônibus tiveram os seus vidros quebrados, enquanto os policiais distribuía socos, pontapés e cassetetadas contra as pessoas que se encontravam nas proximidades. A multidão seguia quebrando os ônibus que estavam circulando ou estacionados nos pontos. A essa altura a cidade já estava parada.

Um monstro engarrafamento se formou, mesmo porque em alguns cruzamentos, ônibus impediam a passagem – eram abandonados pelos motoristas em qualquer condição. Após depredarem os veículos que estavam na Sé, homens e mulheres na maioria jovens, desceram pela Ladeira da Praça com sentido ao terminal da Barroquinha onde cerca de dezenas de ônibus já saíam com destino aos bairros ou esperavam a autorização do fiscal para iniciar a viagem. E só ali é que a polícia (6º Batalhão as PM) chegou, 18h35min. (JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3)

Os manifestantes não se cansavam. Da Barroquinha, onde foram realizadas algumas prisões e já contavam com a presença do pelotão da Polícia de Choque, a opção foi pela separação da multidão, quando parte seguiu em direção à Baixa dos Sapateiros; outra parte, subiu pela Mouraria até a Joana Angélica. Os que foram pela Baixa do Sapateiro, levaram pânico para os comerciantes, que temerosos resolveram baixar as portas. Durante o trajeto, os ônibus que eram encontrados não eram poupados e os passageiros saíam de qualquer jeito dos coletivos, levando alguns a se ferirem.

Da Barroquinha, eles rumaram por toda Baixa dos Sapateiros, depredando todos os ônibus, inclusive alguns de empresas que fazem transporte para as indústrias. Aos gritos de “quebra, quebra” os manifestantes chegaram até o terminal do Aquidabã. (TRIBUNA DA BAHIA, 21/08/81 p. 3).

No terminal do Aquidabã, motoristas e passageiros foram surpreendidos por pedras, tijolos e latas arremessados de todos os lados. Enquanto os passageiros – alguns feridos em decorrência dos vidros partidos – deixavam apressadamente os veículos, populares que se encontravam à espera de transporte encamparam o protesto, ajudando a depredar os coletivos. (A TARDE, 21/08/81, p. 3)

Na outra direção, parte dos manifestantes saiu da Barroquinha em direção a Avenida Joana Angélica. Os revoltosos atearam fogo em um ônibus nessa avenida, próximo ao antigo Instituto de Letras da UFBA. Vejamos o relato do Tribuna da Bahia:

Nesta artéria o quadro foi dos mais violentos e o aspecto era que a cidade estava em plena guerra civil. Próximo a Faculdade de Letras da UFBA, os

---

<sup>34</sup> Entrevista com Jane Vasconcelos, 03/07/2008

manifestantes fizeram barreiras com os próprios ônibus, que eram abandonados rapidamente logo que os motoristas pressentiam o que já estava acontecendo, junto com os cobradores e passageiros, que tentavam se salvar a qualquer custo. (TRIBUNA DA BAHIA, 21/08/81 p. 3).

Com a Barroquinha controlada pelos policiais, o objetivo, naquela altura, era acabar com o quebra-quebra na Avenida Joana Angélica, basicamente nas proximidades do Colégio Central. Segundo os jornais, nesse local, o movimento ganhou apoio de estudantes de outros colégios próximos como o Teixeira de Freitas e alguns cursinhos, além dos universitários.

A polícia passou a reprimir violentamente a multidão, invadindo o Colégio Central e transformando-o em uma praça de guerra. “Alunos e funcionários foram violentamente espancados, portas arrombadas e vidros estilhaçados”.<sup>35</sup> Esse foi o momento mais crítico da depredação dos coletivos, quando o trecho que vai da Mouraria ao Colégio Central se transformou num campo de batalha. De um lado, a população depredando os ônibus, do outro, soldados da PM e do Batalhão de Choque tentando conter a multidão utilizando-se de todos os meios de agressão. O trecho do Jornal da Bahia, retratado abaixo nos ajuda a entender melhor.

Eram 19h30min, e os primeiros a chegar foram soldados da PM comandados pelo tenente Peixinho. Escondidos atrás do ônibus da Vibemsa da linha Stiep/conjunto bancários, eles começaram a atirar em direção ao interior do Colégio Central onde muitas pessoas foram buscar abrigo, depois de o terem feito para o alto. Pessoas que iam passando, sobretudo, rapazes jovens, eram espancadas, presas, diante do descontrole dos policiais da situação. Pouco depois, correndo, surgiu o Pelotão de Choque na área interdita aos transeuntes, por cerca de uma hora. Aí a coisa esquentou, ocorrendo mais prisões, espancamentos e tiros – e mais uma vez, bombas de gás lacrimogêneo foram atiradas para conter manifestações. E os soldados da PM acabaram invadindo o Colégio Central sob disparos de revólver que atingiram o estudante Edno dos Santos Silva, 22 anos, 2º ano de Eletricidade, residente em San Martins, que, segundo supervisor do curso noturno, Aristeu Viera Jr. atravessava de um pavilhão para o outro. O rapaz que nada tinha tido com o problema foi atingido na barriga (lado direito) tendo a bala se alojado nas costas. Na invasão do estabelecimento, cujas aulas foram suspensas imediatamente após os conflitos, foram também agredidos professores, funcionários, num autêntico “salve-se quem puder”. (JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3)

Dessa forma, é possível que o comando da repressão estabelecesse o centro da cidade como prioridade, para evitar justamente que as ações se espalhassem para outras localidades. Então essa repressão deveria ser eficiente para os objetivos da PM, a

---

<sup>35</sup> A Tarde, 21/08/81, p. 3

exemplo de responsabilizar alguém no meio dessa multidão movida de maneira espontânea, fazendo sua voz de indignação ser ouvida. É provável que a dificuldade em responsabilizar alguma liderança, pelo menos nesse dia, levou a polícia a prender mais de 30 pessoas, muitas injustamente, sendo transformadas em bode expiatório.

A violência policial evidenciava, de um lado, a falta de preparo para conter a multidão, como também, a grande agressividade das ações policiais. Por outro lado, o fator surpresa do quebra-quebra, contribuiu para que os protestos se espalhassem, ainda na noite de quinta-feira, por outros bairros sem que existisse o impedimento da polícia.

O fato é que vários bairros foram mobilizados. Ainda nesse dia, o quebra-quebra se arrastou pela Sete Portas, pelo bairro do Barbalho onde dois ônibus foram incendiados e vários outros foram quebrados. No Terroró e em Nazaré, não foi diferente, a qualquer sinal de um coletivo, pedras eram arremessadas.

O local mais distante do centro dos conflitos atingidos pela multidão foi o do Barros Reis. Em toda a avenida os ônibus foram quebrados por populares sem que existisse nenhuma força policial organizada. Na verdade, havia apenas um policial que acabou sendo personagem de um fato desconcertante. Morador do bairro, o policial não sabia qual atitude tomar, estava sozinho e à sua frente dezenas de pessoas, com paus e pedras, lançando em direção aos ônibus. Após um breve momento, tomou a decisão de, sozinho, conter a avalanche de protestos.

Para seu azar, agarrou justamente um garoto de menos de quinze anos que transitava na rua. Imediatamente, todos se revoltaram e partiram para linchar o PM, que foi salvo pela chegada de sua mãe, que o tirou do meio do povo, dizendo-lhe “não se meta a herói, que você tem dois filhos para criar”. Convencido pelos argumentos dos populares e também com medo de ser linchado, o soldado desistiu de sua perseguição, sendo em seguida carregado nos braços do povo, que assim se mostrava seu contentamento por ter ganhado mais um aliado entre os assalariados. (A TARDE, 21/08/81, p. 3)

Essa história do soldado, motivou algumas reflexões. A primeira vai de encontro à idéia de encarar a multidão como irracional. Isso ocorre na medida em que se a homogeneiza, tornando-a estereotipada, cheia de rótulos, tirando a sua dimensão “carne e osso”. Segundo Krantz, o erro é encarar a multidão como “uma abstração desencarnada e personificada do bem e do mal”.<sup>36</sup> Dessa forma, a melhor saída para essa cilada, seria humanizar a multidão, transformando-a em atores seus objetivos, mostrando, se possível, sua origem social, ou seja, mostrando os “rostos da multidão”<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> KRANTZ, 1990, p 11

<sup>37</sup> RUDÉ, 1991, p. 211

Neste episódio da Barros Reis, alguns atores são integrantes da multidão e, portanto, praticantes dos atos atribuídos a ela. Nesse episódio, a maioria dos “rostos da multidão” são de moradores de bairro. É possível identificar um jovem, o que foi detido, mulheres, a principal delas, no retrato observado, era uma mãe que desesperada repreendeu seu filho (policial), na frente de todos, evitando que ele fosse linchado. Portanto, são pessoas de carne e osso, pessoas que estavam sujeitas às dificuldades daquele momento, não só ao custo da tarifa, mas a falta de um canal de diálogo e oportunidade para uma vida melhor. Não queremos aqui vitimizar multidão. Queremos apresentar as condições em que viviam, as suas formas de luta para melhorá-la e o seu caráter humano. Um multidão que consegue identificar seus opressores e no calor do momento na Barros Reis, soube ponderar e relevar a tentativa do militar.

Após o quebra-quebra a volta para casa não foi nada fácil, milhares de pessoas tiveram dificuldades para se deslocar até as suas casas. Em pior situação ficaram os que moravam longe, no subúrbio, pois como a distância era imensa, a opção de ir a pé era dolorosa.

Naquele momento, um bom número da frota de ônibus de Salvador esteve fora de circulação durante a noite de quinta-feira, levando dificuldade para os usuários do sistema. A população que sofria com os constantes aumentos das tarifas dos ônibus, que tinha visto nos últimos dois anos a passagem subir em 259%, estava insatisfeita com a falta de ônibus, na volta pra casa, porém, não existia revolta, como podemos ver abaixo:

No terminal da França por volta das 21:30 horas, eram quilométricas as filas para Brotas, IAPI, Nova Brasília. O povo queixava-se que estava ali desde as 17 horas esperando ônibus. E acreditava que aparecessem ainda porque ali os dois ônibus da Suburbana estacionavam para pegar centenas de passageiros. Não havia nenhum contingente policial. Não havia revolta do povo, mas apenas queixa. (TRIBUNA DA BAHIA, 21/08/81 p. 3).

Em duas horas, o centro da cidade, principalmente se transformou num verdadeiro pandemônio. Passageiros choravam, entravam em desespero, desorientados, sem saber para onde ir. Para quem circulava a pé nos trechos tomados por policiais a situação era vexatória – o medo tomava conta de todos. No entanto, se indagados sobre a depredação, consideravam justas “por causa dos preços altos das passagens” e os que se mostravam contra, mesmo assim culpavam o governo pelo problema gerado, como Regina Célia Xavier, artesã, grávida de 7 meses, que vinha de Brotas para o centro no ônibus da Joevanza alvejado. (JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3)

As opções para sair desse desconforto eram poucas. Ir a pé dependia do limite físico e da distância. O táxi era uma boa opção, quando se encontrava um disponível e se tinha dinheiro para pagar. Mesmo assim, alguns taxistas se aproveitavam da situação

para cobrar mais carro, outros fizeram lotação. O caso de D. Maria Martinez que morava no Bairro de Nazaré, chamou nossa atenção, ela pagou 800 cruzeiros da rodoviária até a sua residência. Disse ela ao Jornal da Bahia: “o motorista disse é oitocentos cruzeiros, se não quiser fique aí”.<sup>38</sup> O Jornal da Bahia, por sua vez, nos revela algo semelhante:

No Terminal da França não havia nenhum veículo e os táxis desapareceram da praça, pois os motoristas estavam amedrontados além do risco de terem os pneus dos carros estourados pelo tapete de vidro em que se transformou o asfalto.

Os que se arriscaram, “assaltaram o bolso” da população cobrando Cr\$ 300 [cruzeiros] por pessoa (lotação) e, em vista disso, muita gente ainda, preferia se aglomerar na parte baixa do Elevador Lacerda para esperar um ônibus que por ventura viesse do Campo Grande ou outro local. Na calçada, debaixo de forte chuva, algumas pessoas foram, transportados por caminhões e carretas, que não foi possível identificar a procedência e na Barroquinha, por viaturas da PM. (JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3)

Apesar das dificuldades, a principal reclamação da população era contra a violência policial, o povo que estava na rua, ficou horripilado com os métodos da PM, a exemplo do ocorrido no Colégio Central quando este estabelecimento de ensino foi invadido sendo disparados vários tiros. Em outros locais da cidade a polícia agiu com tamanha violência que a população se posicionou contra a ação policial. Um estudante estava no Terroró deu o seguinte depoimento a imprensa: “vi quando os PMs chegaram aqui e começaram a distribuir indiscriminadamente as suas fantas com todo mundo que passava, é revoltante a violência policial que não respeitou ninguém, nem as mulheres”<sup>39</sup>.

Em outro episódio a PM, chegou a invadir um pensionato no Campo da Pólvora, para desespero de uma funcionária que a perceber a imprensa gritou, “eles querem invadir isso aqui, que é um pensionato”<sup>40</sup>. A grande dificuldade da PM em restabelecer a tranquilidade se deveu exatamente ao fato de a população se mostrar totalmente favorável à manifestação, vaiando a intervenção militar. A revolta popular pode ser entendida como uma reação, a princípio pelo aumento da tarifa, logo depois pelas negativas do prefeito em atendê-la, seguindo pela violenta repressão policial. Essas podem ser respostas para entender o porquê da ação violenta da multidão.

---

<sup>38</sup> Tribuna da Bahia 20/08/81, p 3.

<sup>39</sup> Tribuna da Bahia 20/08/81, p 3.

<sup>40</sup> Tribuna da Bahia 20/08/81, p 3.

Thompson nos ajuda com a sua visão da existência de uma “ação legitimadora”<sup>41</sup>, ou seja, uma ação consciente que acaba justificando sua forma de agir. Tomando como base essa noção, é razoável supor a existência do sentimento com os quebra-quebras, pois eles seriam ouvidos, suas reivindicações seriam acolhidas, pelo menos discutidas, colocadas à mesa. Seria uma ação legitimadora do direito, das expectativas pela democracia, do diálogo e na crença de dias justos.

Um manifestante no meio dos conflitos na Avenida Joana Angélica foi flagrado pela reportagem de um jornal, no momento em que arremessava uma pedra em um ônibus parado e sem ninguém dentro. O repórter que observava tudo aproximou-se do rapaz e lhe perguntou o porquê das pedradas. O rapaz respondeu “não saber por que, mas que era preciso”<sup>42</sup>. A segunda parte da resposta é o que mais nos interessa, e reforça a visão de Thompson: era preciso!

Em meio ao quebra-quebra o MCC, na mesma noite de quinta-feira, não deixou de registrar a sua opinião sobre as ações da multidão. O Movimento publicou uma nota pública apresentando sua visão. Vejamos.

“O Movimento Contra a Carestia, dando continuidade à luta iniciada a cerca de um mês, contra o aumento dos ônibus e posteriormente pela sua revogação, levou mais uma vez as ruas, milhares de pessoas de bairros populares sofridos, com péssimas condições de transporte e este insuportável aumento.

A passeata saiu do Campo Grade em direção à Prefeitura, ganhando adesões no percurso e gritando palavras de ordem e exigindo a revogação do aumento.

O prefeito mais uma vez, não nos atendeu. Porém diante da pressão popular, seu secretário recebeu uma comissão de representantes do movimento e prometeu encaminhar ao prefeito a reivindicação de uma audiência deste com uma comissão de representantes do povo, na quarta-feira próxima.

Depois disso, a coordenação do MCC transmitiu estas informações aos populares, convocou uma grande reunião para preparar a audiência com o prefeito, segunda-feira à noite, e orientou a todos a dispersarem-se em pequenos grupos e dirigirem-se para casa.

Porém, insatisfeitos com a resposta, os populares dirigiram-se às ruas, quebrando os ônibus. Este tipo de manifestação reflete a expressão do povo, que não suporta mais as péssimas condições de vida. Tanto é que os quebra-quebras não aconteceram apenas nas imediações da prefeitura e sim em vários pontos da cidade, como Engenho Velho de Brotas, Amaralina, Rodoviária Velha e outros. No entanto, a manifestação do povo foi, mais uma vez, duramente reprimida pela polícia militar. Tal como já aconteceu em várias outras manifestações reivindicárias do povo baiano e como tem acontecido nos últimos dias, com as violências cometidas pelo GEP (Grupo Especial de Prevenção). Uma verdadeira chacina foi realizada hoje pela polícia militar.

Centenas de pessoas foram espancadas, feridas, outras presas e algumas inclusive baleadas. O Colégio Central foi completamente tomado pela PM, que espancou estudantes, professores e funcionários e até o diretor do colégio.

---

<sup>41</sup> THOMPSON, E. P, *Costumes em Comum*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998

<sup>42</sup> Tribuna da Bahia 21/08/81, p 3.

Os senhores Antonio Carlos Magalhães e Mario Kertesz mais uma vez devem uma explicação ao povo, que já não suporta mais tanta violência na cidade de Salvador.

A nossa luta pela revogação do aumento prosseguiu, sendo agora aliada a uma grande campanha que buscaremos desencadear juntos com entidades e personalidade democráticas e populares da cidade, contra a violência policial.

O MCC e várias outras entidades então convocando uma reunião ampla com todos os setores organizados de Salvador para amanhã [21/08/81] à noite, com o objetivo de discutir a continuidade da luta.

Sabemos que o prefeito Mario Kertesz e o governador Antonio Carlos Magalhães estão tentando caracterizar esse clima de tensão existente hoje, na cidade como um fruto do quebra-quebra promovido pelo povo. Porém, essa forma de luta foi adotada em função do descaso dos empresários e do prefeito frente às reivindicações que o povo vem encaminhando a muito tempo. Os responsáveis por toda essa situação, inclusive o quebra-quebra são, portanto os empresários e o senhor Mario Kertesz.

O MCC alerta toda a população para estas tentativas de descaracterização do movimento, e conclama o povo baiano a se engajar na luta pela revogação do aumento, pelo meio passe para estudantes e trabalhadores, que ganham até dois salários mínimos e pelo passe livre para os desempregados.” (nota do MCC in JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3)

O primeiro fato a ser destacado na nota do MCC, é a tentativa de ordenação dos fatos, pois a seqüência apresentada na nota coloca o quebra-quebra como uma reação às péssimas condições de vida e a mais uma tentativa frustrada de diálogo com o prefeito. O segundo fato a ser destacado em nossa análise, é a tentativa do MCC em tentar se isentar das ações violentas, ou melhor, explicitar a necessidade de diferenciação das formas de luta, visto que, no final da nota, o Movimento reafirmava quais seriam os próximos passos, convocando os “setores organizados” da cidade para uma grande reunião. Essa perspectiva ganha mais força se voltarmos a observar a fala de Jane Vasconcelos que apresentamos anteriormente, onde ela afirmou que não construiu o quebra-quebra e que ele foi uma conseqüência da mobilização popular. Por fim, o MCC registrou as tentativas de manipulação e caracterização de um clima de tensão, por parte dos governantes. E, ainda, culpava os empresários do setor de transporte e o prefeito pelo quebra-quebra.

No outro lado dessa história estavam os empresários de ônibus de Salvador. Logo após tomaram conhecimento da confusão reinante no centro da cidade, o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivos de Salvador, Ival Figueiredo, colocou o sindicato em regime de prontidão, espécie de assembléia permanente e solicitou segurança às autoridades policiais. Essa foi uma das medida tomada pelo sindicato, enquanto o presidente Ival Figueiredo recolhia informações das

perdas para a elaboração de um relatório a ser entregue ao prefeito de Salvador, Mário Kertész.

É possível, ter havido por parte da multidão uma espécie de revanchismo pelo aumento dos transportes, na lógica dos participantes, se os empresários queriam mais lucros aumentando as tarifas, eles também teriam prejuízos para colocar a frota de ônibus novamente em circulação. Parte dos prejuízos não seriam pagos apenas pelos empresários, é possível que parte deles, fosse pagos pela prefeitura, que arrecadava suas receitas através de impostos pagos pela população. Nos jornais, percebemos as queixa dos empresários:

Das empresas de ônibus o grupo Vibemsa/Beira Rio, a maior empresa do setor em Salvador, com cerca e 450 ônibus foi certamente a mais prejudicada nos acontecimentos. Em meio à confusão de ônibus chegando as garagens com os vidros quebrados, bancos e portas danificados os responsáveis pelas garagens mal podiam fazer uma checagem da situação. (TRIBUNA DA BAHIA 21/08/81 p. 3)

Ou, ainda.

O empresário Manoel Lourenzo, um dos proprietários da Empresa Sulamérica – que possui uma das maiores frotas de Salvador – calculou em mais de Cr\$ 1 milhão o seu prejuízo, alegando que o seguro cobre apenas danos contra terceiros.

Ao tomar conhecimento de que populares estavam depredando ônibus, rumou para a sede da empresa no Caminho de Areia, entrou em contato com o comando do 8º Batalhão da PM, na Vila Militar, pedindo segurança para a garagem da empresa e ordenou que todos os carros em circulação fossem recolhidos.

A partir das 20h30min, os carros danificados foram chegando à garagem debaixo de lamentações de cobradores e motoristas, alguns apresentando escoriações provocadas por pedradas ou cortes de pedaços e estilhaços de vidros dos próprios ônibus. (A TARDE, 21/08/81 p 3)

As duas maiores empresas do ramo, Vibemsa/Beira Rio e a Sulamérica foram, nesse primeiro quebra-quebra, as mais prejudicadas pela fúria popular.

A maioria dos ônibus tiveram os vidros dianteiros ou traseiros partidos por pedradas, outros tiveram destruídos portas, poltronas e acessórios. Na garagem da Sulamérica, “foram constatados danos de grande monta nos seguintes ônibus: BJ3028, BJ2059, BJ 2424, BJ 1873, BJ 2668, BJ 2058, BJ 2429, BJ 3341, BJ6067, este último abandonado pelo motorista Carlos Nen”<sup>43</sup>, no bairro de Nazaré, nas proximidade do Supermercado Unimar. O ônibus foi empurrado por populares, contra um outro ônibus da mesma empresa, provocando uma colisão e danificando os coletivos.

---

<sup>43</sup> A TARDE, 21/08/81 p. 3



O presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivos de Salvador, Ival Figueiredo, falou ao jornal A TARDE que a reposição de peças iria ser paulatina, “já que não há estoque para atender uma depredação em massa”<sup>44</sup>. Os vidros eram produzidos no Recife e, por isso, existiria deficiência na prestação de serviço ao usuário do transporte coletivo. Segundo as estimativas do sindicato 60% da frota ficara danificada.

Depois do MCC e dos empresários, se faz necessário acompanhar o posicionamento das autoridades. O governador que viajava naquela noite para Brasília, tomou conhecimento do ocorrido pouco depois de desembarcar na capital federal. Por meio da Secretaria Extraordinária de Comunicação Social do Governo do Estado, divulgou uma nota oficial com o pronunciamento do governador Antonio Carlos Magalhães, cujo título dizia: “Governador: desordeiros já mostraram até onde podem ir”<sup>45</sup>.

O governador, ao que parece, não descansou durante sua estada em Brasília, mantendo contato direto e ouvindo as explicações do secretário de Segurança Pública e do chefe da Casa Militar, Coronel Camerino de Araújo Filho. Segundo a nota, depois de ouvir as declarações dos seus subordinados, Antonio Carlos Magalhães declarou que ele “desejava mostrar ao povo a tolerância das autoridades e até onde ia a sanha dos desordeiros”, pois ele havia autorizado a manifestação popular em direção à Praça Municipal, e, ainda, pediu que a polícia agisse “com as cautelas possíveis, fazendo, entretanto, a prisão dos depredadores do patrimônio público”. De Brasília, ACM declarou que a partir deste acontecimento o governo iria ter mais autoridade para reprimir outras tentativas de perturbação da ordem, “pois os agitadores já demonstraram até onde podemos chegar”<sup>46</sup>. A notícia do Jornal da Bahia caminha na mesma direção.

“O Governo tem agora mais autoridade para reprimir outras tentativas de perturbação da ordem, pois os agitadores já mostraram até onde podem chegar”, disse ontem, o Governador Antonio Carlos Magalhães, que se encontra em Brasília, ao ser informado das manifestações de violência, ontem em Salvador.

O Governador esclareceu que apesar de ter sido avisado pela manhã do que poderia acontecer, com a realização da passeata, não quis adotar preventivamente medidas repressivas, tendo recomendado que a polícia agisse com as cautelas possíveis, fazendo, entretanto, a prisão dos depredadores do patrimônio público.

Depois de ter ouvido um relato completo dos acontecimentos, através do Secretário de Segurança Pública e do seu chefe da Casa Militar, o Governador

---

<sup>44</sup> A TARDE, 21/08/81 p. 3

<sup>45</sup> TRIBUNA DA BAHIA, 21/08/81 capa.

<sup>46</sup> TRIBUNA DA BAHIA, 21/08/81 capa.

afirmou que “desejava mostrar ao povo a tolerância das autoridades e até onde ia a sanha dos desordeiros”. (JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3)

Por outro lado, o prefeito Mário Kertész, mostrava sintonia com o governador, afirmando que os incidentes ocorridos “não passava de uma manipulação política de pessoas que têm interesse em conturbar a situação num momento extremamente difícil”<sup>47</sup>. O prefeito assegurou um dia seguinte normal porque os empresários garantiram colocar os ônibus reservas para rodar no lugar dos coletivos que foram depredados e incendiados. Kertész defendia a idéia de que o povo era o maior perdedor de todo no episódio, porque o número de ônibus fora reduzido, paralisando praticamente o transporte. “Fazer passeata pelo aumento é uma coisa, ferir pessoas e quebrar ônibus já é selvageria”<sup>48</sup>, disparava o prefeito.

A Secretaria de Segurança Pública emitiu, também, uma nota oficial sobre o ocorrido, com o seguinte teor:

“Seguindo orientação do Governador Antônio Magalhães, a Secretaria de Segurança permitiu hoje uma passeata embora haja proibição desse tipo de manifestação, pelos transtornos que causa para a cidade, impedindo a locomoção de quantos desejam trabalhar e realizar tarefas do cotidiano. Havia mesmo uma ordem para que não se usasse repressão de qualquer espécie. A passeata se realizou com cerca de 300 pessoas, portando cartazes, faixas e slogans ofensivos às autoridades federais, estaduais e municipais, culminando com uma concentração em frente à Prefeitura de Salvador. Nessa ocasião, conhecidos agitadores insuflaram o povo a quebrar vitrines automóveis e transportes coletivos. Ao final da concentração, grupos agitadores à frente se dirigiram à Praça da Sé, Viaduto da Sé, Ladeira da Praça, Praça dos Veteranos, Terminal da Barroquinha, Avenida Joana Angélica, entrada do Tororó, Largo de Nazaré, Barbalho, Sete Portas, Baixa de Quintas, onde depredaram dezenas de ônibus e incendiaram vários. Duas dezenas de pessoas foram atendidas no Pronto-socorro feridas em conseqüências das pedradas dos agitadores a Polícia Militar, com todo cuidado, cumprindo determinação do senhor Governador e do Secretário de Segurança, inicialmente tentou impedir ocorrências mais graves porque recebera expressa recomendação de não usar os meios de que dispões para ocasiões como essas. Forçadas pela gravidade da situação, a Polícia Militar foi obrigada a usar a força para restabelecer a ordem seriamente perturbada, efetuando prisões.” ( nota da SSP-BA in JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3)

A avalanche de notas públicas e declaração dos governantes apontavam para a gravidade da situação em Salvador. Cabe-nos aqui analisar o conteúdo dessas declarações. Havia uma tentativa evidente de criminalização da multidão, usando dos adjetivos “agitadores, desordeiros”. As lideranças eram taxadas como manipuladoras do povo e o governo tentava mostrar que já sabia o que iria acontecer, mas,

---

<sup>47</sup> JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3

<sup>48</sup> JORNAL DA BAHIA, 21/08/81 p. 3

propositalmente, deixou a manifestação ser realizada “para mostrar ao povo”, que era tolerante e perceber até onde iriam os desordeiros. Então, porque não evitar? A resposta foi dada pelo governador: “agora teremos mais autoridade para reprimir”, era o que o governo necessitava para legitimar os seus atos de repressão.

O reflexo dessa legitimidade ficou constatada nas páginas anteriores onde tratamos da violência policial. O resultado foram a prisão de, pelo menos, 30 pessoas – “na sua maioria estudantes” – que foram levadas diretamente para o Quartel dos Aflitos, onde fica a sede do comando geral da PM.

Entre as 30 pessoas detidas para a triagem, estavam três jovens e um deles, Carlos Alberto Ferreira de Araújo disse que nada fez, apenas vinha chegando em sua casa na Mouraria, vindo do trabalho, sendo agarrado por soldados da PM e conduzido para a Primeira Delegacia, junto com seu irmão Luiz Fernando, um estudante de 18 anos. (TRIBUNA DA BAHIA 21/08/81 p. 3)

O perfil dos jovens estudantes presos foi também constatado entre os feridos atendidos nos hospitais de Salvador. Esses dados servem, mais uma vez, para buscar a identificação dos “rostos da multidão”, daí podemos afirmar que ela era constituída em bom número por estudantes.

Para finalizar esse capítulo utilizaremos dois recortes de duas revistas de grande circulação nacional, com dois objetivos: o primeiro para mostrar a repercussão do quebra-quebra a nível nacional. O segundo e, mais importante nesse momento, é o de fazer um balanço final das ações da multidão. Vejamos.

Em menos de meia hora, mais de cinquenta ônibus apedrejados – o fogo que reduziu dez deles a um monte de ferro retorcido estava a escuridão de meia dúzia de ruas que ficaram sem luz elétrica por causa da derrubada de postes. Pouco depois, contavam-se os escombros de mais oitenta ônibus e o rastilho de violência espalhava-se por bairros a quinze quilômetros de distância do centro. O saldo final da batalha noturna entre depredadores e uma polícia surpreendida pela explosão de violência urbana contabilizou 750 ônibus destruídos, um estudante baleado na barriga, mais de sessenta pessoas feridas nos hospitais e cerca de sessenta presos. O número de detidos aumentou no dia seguinte. (VEJA, 26.08.81. p 20)

Salvador praticamente parou – e parada continuou na sexta-feira, quando o quebra-quebra prosseguiu, já agora enfrentando uma severa repressão policial. Ao cair da noite, contabilizavam-se alguns números incertos: 4 ônibus incendiados, 400 depredados e parcialmente destruídos, de uma frota de 1200, um posto do INAMPS, vários supermercados, agências do Banco do Estado da Bahia e caminhões da limpeza urbana apedrejados, cerca de cinquenta pessoas presas, um número incalculado de feridos, sendo um a bala, o estudante Edno Santos Silva. (ISTOÉ, 26.08.81. p 22)

Embora as próprias fontes nos forneçam dados quantitativos desencontrados, pois envolvem dados também da sexta-feira, não impede que tenhamos uma noção da força do protesto popular. “O maior quebra-quebra urbano já ocorrido no país, desde 1968”, segundo a revista VEJA. Nesse sentido, passaremos para o terceiro capítulo, onde iremos analisar mais treze dias dos 14 que abalaram Salvador naquele ano de 1981.

### CAPÍTULO III

#### POR DENTRO DO QUEBRA-QUEBRA – CRESCIMENTO E PERDA DE CONTROLE DO MOVIMENTO

O dia seguinte à quinta-feira da explosão popular começou com poucos ônibus disponíveis aos usuários, reflexo do quebra-quebra ocorrido na noite anterior, que levou os empresários a temerem colocar os ônibus nas ruas. A ida ao trabalho e as escolas tornaram-se tarefa difícil sem o transporte coletivo. Muitas escolas tiveram um número reduzido de alunos presentes; no comércio, a falta dos funcionários não era o principal problema. Apesar de faltar vendedores, os que conseguiram ir ao trabalho não tinham para quem vender, a população temerosa não arriscou-se a sair de casa naquela sexta-feira 21 de agosto.

No meio da tarde, chegava a Salvador, sem “cerimônias” e com um ar de preocupação, o governador Antonio Carlos Magalhães. Ao desembarcar no Aeroporto 2 de Julho, em Salvador, logo mostrou para que veio: “cheguei para assumir o controle da situação”<sup>49</sup>. ACM não imaginava que os quebra-quebras nas ruas da cidade se prolongariam por mais duas semanas. Mas, sem perder tempo, tratou de mostrar o que tinha em mente e acusou, de imediato, os partidos clandestinos pelos incidentes: “são os comunistas os responsáveis por tudo. Não os do PC”, alertava referindo-se ao PCB, “mas os que querem a desordem, os do PCdoB e o MR-8”<sup>50</sup>.

Os acontecimentos em Salvador tornaram a situação política de ACM complicada, pois aconteceu justamente no momento em que ele lançava a idéia de que deveria existir um governador para o Nordeste, como nos indica a nota abaixo:

Como é que pode, logo na sua terra, nos seus domínios, ocorrer uma balbúrdia dessas. E logo na semana que ele lança a tese de um governador para o Nordeste – ele mesmo é claro! Está certo; até que lhe é útil uma certa agitação, um quebra-quebra, para acabar de vez com a “Abertura”, que nunca apoiou, desde as manobras do falecido Portela. Mas, acontecer isso na Bahia, não! Tinha que ser lá em São Paulo, nas costas do Maluf. Assim, ele, que também aspira o lugar do presidente do endurecimento, terminava saindo enfraquecido. (MOVIMENTO 322 p. 4)

Pior do que a situação política de ACM estava a do seu indicado ao cargo de prefeito – Mário Kertész. ACM questionava o porquê da recusa em receber a comissão

---

<sup>49</sup> MOVIMENTO 321 p. 4

<sup>50</sup> idem

da carestia? Após uma rápida passada pelo Palácio de Ondina, ACM convocou uma reunião emergencial na prefeitura.

No carro oficial, com bandeirola e tudo, o governador chega *arrochado* à prefeitura: “Autoridade tem que demonstrar força”, afirma, dirigindo-se ao prefeito e ao secretário da Segurança, Durval Mattos, que havia sugerido que não fosse de carro oficial. São chamados a reunião também o comandante da PM, coronel Ruda Cavalcanti, alguns secretários e assessores de mais confiança.

Do lado de fora, tropas de choque, armadas com fuzis e cassetetes garantem a conspiração de Antonio Carlos Magalhães contra a população. A reunião é fechada à imprensa. (MOVIMENTO 322 p. 4)

Cobranças à parte, a reunião tinha como objetivo a tomada de conhecimento da situação por parte do governador e a decisão sobre os passos a serem tomados para devolver a cidade a normalidade. Na reunião, o governador ouviu o seguinte relatório: “São 343 ônibus danificados até o momento, 10 incendiados e prejuízo de Cr\$ 200 milhões.” Após ouvir o relato dos prejuízos, o governador queria saber sobre a prisão dos comunistas.

Comunista mesmo só tem dois engaiolados, lhe dizem: Haroldo Lima e Jairo Santos, mas esses não participaram do quebra-quebra. Foram presos em casa, sem mandado de prisão. E os outros, as quase 100 pessoas presas nas últimas 24 horas é tudo gente do povo, sem qualquer vinculação política. Estão presos sob acusação de estarem apedrejando ônibus nas ruas. Foram presos mais de 20 [motoqueiros]<sup>51</sup>, até oficial das Forças Armadas caiu na operação pente fino. Foram soltos depois; não existe prova. (MOVIMENTO 322 p. 4)

A todo custo ACM queria caracterizar os quebra-quebras como obra dos “agitadores comunistas”, na tentativa de justificar uma repressão mais agressiva, criando a imagem da existência de um “perigo comunista”. Seriam todos comunistas? Se fosse, a situação seria bem pior, pois a cidade estaria refém e sob o domínio deles. Em tom editorial, destacado na capa, o Jornal da Bahia questionou a idéia do governador :

É fazer um julgamento superficial dizer que os acontecimentos verificados nas últimas 48 horas em Salvador decorreram exclusivamente da ação de costumeiros agitadores.

Pode-se admitir até que o quebra-quebra de ônibus, as notas de repúdio, tudo possa ter sofrido a influência de costumeiros conturbadores da ordem pública.

Mas, e o povo, onde ficou em tudo isso? O povo participou direta ou indiretamente dos incidentes?

Do contrário, seria admitir que os agitadores profissionais podem tomar a cidade de assalto, quando bem entendessem. Tomá-la e rendê-la. [...]

---

<sup>51</sup>Segundo a tese da PM, motoqueiros foram utilizados como informantes aos manifestantes da chegada da polícia, ajudando, também, na expansão do quebra-quebra por outros bairros próximo do centro.

A verdade é que o povo está fazendo justiça com suas próprias mãos. Condenem-se os excessos, e os condenamos com veemência, embora não estejamos em condições de julgar quem atirou a primeira pedra. [...] Aceitemos todos, governantes e governados, baianos e brasileiros, a lição deste momento. Restabeleçamos a ordem, com toda a energia necessária, mas tenhamos o bom senso, boa fé e o patriotismo para reconhecer que a violência desencadeada não foi obra apenas dos agitadores ou de baderneiros, mas sim do desespero e da desesperança. (JORNAL DA BAHIA, 22/08/81 capa)

O recorte de jornal nos leva à reflexão. Analisamos, primeiramente, que o clima de “perigo comunista” favorecia à ação de repressão ordenada por ACM, além de ampliar o clima de tensão na cidade. Por outro lado, como iremos verificar mais adiante, as implicações políticas que essa idéia poderia causar na oposição. Seria toda a oposição formada por comunistas? Será que toda a oposição queria essa vinculação?

Em outro sentido, podemos questionar a nota do jornal que não utilizou a palavra: comunista. No nosso entendimento, torna-se evidente que: “agitadores profissionais” ou, ainda, “costumeiros agitadores” são sinônimos utilizados em referência aos “comunistas” do governador, para não assumir um vínculo com o governo, mas sem perder de vista a manutenção do *status quo*.

Como já falamos na Introdução, não existe um estudo específico sobre imprensa baiana relacionada ao período estudado nessa pesquisa. Dessa forma, nos arriscamos a afirmar que, dos três jornais utilizados como fontes, o Jornal da Bahia era o menos “governista” ou o mais independente. Prova disso é a posição nesse editorial. O Tribuna da Bahia e o A Tarde, nos parece mais ligados às idéias dos governantes, pois divulgavam em primeiro plano, a voz dos que estavam no poder. Mas, nada é definitivo, e não é fácil diferenciá-los. No sentido contrário, fica mais fácil a diferenciação do jornal Movimento em relação aos três anteriores. Primeiro por ser um jornal de circulação nacional; segundo por ser declaradamente um jornal oposicionista, onde sindicalistas e intelectuais apresentava como seus conselheiros e colaboradores, vinculados, naquele momento, ao campo de oposição. Mesmo assim seria oportuna uma pesquisa aprofundada sobre os jornais impressos na Bahia republicana, o que não é nossa prioridade nesse trabalho.

Voltando a reunião da sexta-feira, o governador saiu definindo medidas “secretas”, que não poderiam ser divulgadas, para garantir a eficiência do plano de repressão. Porém, afirmava que os ônibus iriam voltar a circular em comboios, escoltados por guarnições da PM. Um dos primeiros comboios que saiu, foi atacado de surpresa por populares na Avenida Vasco da Gama. “As pedras partem do escuro, de

todos os lados, jogada por uma pequena multidão, sem que a polícia pudesse fazer nada”<sup>52</sup>.

A realidade era que a cidade parecia um campo de batalha. Existindo um grande contraste: de um lado, o aparato militar, com soldados do Batalhão da Polícia de Choque destacado para a proteção dos terminais de ônibus, fortemente armados com revólveres e fuzis; e, do outro, os pontos de ônibus vazios, sem passageiros, nem ônibus.

Nos terminais da Praça da Sé, Campo Grande, da França, Barroquinha e Aquidabã, num clima tenso, centenas de pessoas esperavam os ônibus que, no entanto, e sobretudo pela parte da tarde, deixaram de trafegar. Na Barroquinha, por exemplo, apenas os da viação Beira Rio e uns poucos da Transur, atendiam a população, (até as 16 horas), mas assim mesmo em número insuficiente para servir aos seus usuários normais. (JORNAL DA BAHIA, 22/08/81 p 3)

O vazio observado no centro da cidade era repetido nos bairros, onde os pontos de ônibus foram totalmente abandonados. Apesar da garantia de escolta policial poucos veículos foram para as ruas. Os poucos que se arriscaram tiveram muito trabalho, ou para levar uma multidão para os seus destinos ou para voltar para as garagens sem nenhum vidro quebrado. Ao meio-dia, no Largo de Roma, ocorreu um apedrejamento que resultou na quebra do pára-brisa dianteiro de um ônibus:

Eram 12 horas precisamente, quando populares apedrejaram um ônibus da empresa Sul América, ontem [21/08/81], no Largo de Roma, Cidade Baixa, o que motivou uma parada quase que completa de todo o tráfego até o bairro da Calçada. Imediatamente, centenas de pessoas se aglomeravam para assistir a cena, principalmente os alunos dos colégios [próximos], que naquele momento dirigiram-se para as suas casas. (JORNAL DA BAHIA, 22/08/81 p 3)

Esses apedrejamentos não foram os únicos da sexta-feira. Logo pela manhã nos bairros de Sete de Abril, Bom Juá e Pau da Lima, outros ônibus foram quebrados pela multidão, motivada, em princípio, pela demora e falta de ônibus. Os que apareceram não escaparam da revolta popular sendo, em seguida, recolhidos para as garagens. Ainda foram verificados outros incidentes que ocorreram na Vasco da Gama, Barroquinha, Ladeira da Praça, Retiro, São Caetano, Sete Portas, Brotas, Avenida Joana Angélica, San Martin, na Avenida Cardeal da Silva e no Largo do Tanque.

A cidade passou, mais um dia, sob a ação da multidão. Enquanto isso, várias prisões foram efetivadas e o forte esquema policial conseguiu prender muita gente. Dois casos chamam a atenção. A prisão de um seminarista, que, segundo os jornais, olhava a ação da multidão na Praça da Piedade e foi detido pelos policiais e levado para o xadrez.

---

<sup>52</sup>



O segundo caso, na Ladeira da Praça, foi preso um estudante que tentava lançar um “coquetel Molotov” em um ônibus parado e que tinha sido depredado.

No final da tarde, mais uma surpresa, a multidão modificou o seu alvo. No lugar dos ônibus, os supermercados, uma agência do BANEBA (Banco do Estado da Bahia) e uma agência do INAMPS foram apedrejadas.

Já não havia ônibus nas ruas, recolhidos às garagens, o povo começou a apedrejar lojas, agências bancárias e supermercados da cidade. [...] No Relógio de São Pedro, os manifestantes quebraram a pedrada a agência da Casa-forte, a do BANEBA e o prédio do INAMPS. (TRIBUNA DA BAHIA 22/08/81 p 3)

Pode inicialmente, parecer falta de opção diante da inexistência de ônibus para serem depredados. Todavia, esta mudança pode sugerir outra questão. É possível que a escolha de órgãos do governo, como o BANEBA e o INAMPS, indiquem o descontentamento contra o próprio governo. E as pedradas nos supermercados fossem um repúdio aos preços altos, que aumentavam dia-a-dia em decorrência da inflação.

Enquanto o clima de tensão aumentava na cidade, as lojas da Baixa dos Sapateiros fechavam as portas mais cedo e algumas protegiam as vitrines com tapumes. Um pouco distante dali, mas, ainda no centro da cidade, na Avenida Sete de Setembro, “pequenos grupos vão chegando ao prédio da sede do PMDB para uma reunião de partidos políticos de oposição, entidades e sindicatos, convocados pelo Movimento Contra a Carestia. Todo mundo está incrédulo com o que aconteceu”<sup>53</sup>. Ninguém imaginava a dimensão da ira popular. A maioria dos opositoristas acreditava que o MCC falou a linguagem do povo e, por isso, merecia o apoio de toda a oposição.

“Acertaram em cheio o sentimento popular”, comentam os presentes. Os militantes do PT são os mais entusiasmados, querem interferir no processo.

A sede do PMDB continua fechada. Uma viatura da PM encosta próxima ao prédio e seus ocupantes ficam observando o movimento. O ambiente está tenso. Na ausência do pessoal do PMDB, o economista José Sérgio Gabrielli, do PT, arrisca: “Estão correndo do pau”.

Alguns momentos depois, chega ao local, com ar de preocupação, o advogado Inácio Gomes e o deputado Domingos Leonelli, do PMDB. Informam que os partidos políticos de oposição (PT, PMDB, PDT e PP) estavam reunidos até aquele momento preparando uma nota sobre a situação.

Fica acertado, por precaução, transferir a reunião para o outro dia, às 10 horas. (MOVIMENTO, 322 p 5)

Um misto de empolgação e preocupação pode ser percebido no trecho acima. Cada sentimento pertencia a uma corrente política. Parte do PT estava empolgada, pois buscava participar dos próximos passos do Movimento. Parte do PMDB, principalmente

---

<sup>53</sup> MOVIMENTO 322 p. 5

o grupo liderado por Leonelli, demonstrava-se preocupado com os rumos das manifestações. Isso se justificava pela espontaneidade da multidão que organizava de forma autônoma as ações diretas, do tipo quebra-quebra, sem a influência direta das lideranças.

## **Tensão e negociação**

Após mais um dia de conflitos, Salvador amanheceu, no sábado, dia 22 de agosto de 1981, aparentemente tranqüila. O lugar mais agitado era a sede do PMDB, onde estudantes, sindicalistas e militantes políticos discutiam o quebra-quebra. Como se portar diante do povo que resolveu apedrejar ônibus era o tema das divergências. A nota dos partidos de oposição (PT, PMDB, PDT e PP), elaborada na véspera, provocava polêmica. Mais uma vez, optamos por transcrever a nota na íntegra, diante da riqueza do texto.

O aumento da tarifa dos transportes coletivos de Salvador foi apenas uma gota d'água nesse grande cálice de amargura representado pela vida do nosso povo.

A mais grave profunda e violenta manifestação do povo desta cidade, nos últimos 50 anos tem suas raízes profundas nestes 17 anos sem liberdade, nesses 17 anos de medidas econômicas antipopulares e brasileiras, nestes 17 anos de violência e principalmente nestes 17 anos de impedimento do povo de se organizar e ter sua organização respeitada pelos poderes públicos.

Uma origem da explosão popular é a velha revolta do povo, recalcada em longo tempo, contra a precariedade intolerável do transporte coletivo em Salvador, conseqüente, por sua vez, dos erros de uma política urbana manipulada em benefício dos ricos pelo atual governador em sua gestão na Prefeitura e na sua primeira delegação do sistema no governo do Estado.

O quebra-quebra que se verifica hoje em Salvador é o grito sufocado do povo que explode cega e desordenadamente em lamentável violência.

Os partidos de Oposição reunidos hoje em caráter de emergência dirigem à Nação, aos governos Federal e Estadual a advertência de que não será com a violência policial que se conterà a insatisfação popular.

Exigindo serenidade e compreensão por parte do governo, pois não é admissível que a explosão popular que tem causa justa, embora sob forma desnorteada, seja respondida no mesmo tom de violência e irracionalidade pelas autoridades do Estado e da Prefeitura.

Tão pouco (sic) a insatisfação e o desespero do povo não podem ser manipulados pelos setores mais reacionários do regime ora vigente no país, para servirem de pretexto a contenção do avanço institucional. E muito menos para confirmar as ameaçadoras profecias do Senhor governador do Estado de que teríamos as mais violentas das campanhas eleitorais em 1982.

Nossa proposta e nossa preferência é a transformação da sociedade com a participação popular, com eleições livre e com movimentos democráticos organizados.

A violência tem sua origem no regime, tanto nos seus casos mais diretos como nos assassinatos cometidos pelo GEP em Salvador, como nas suas manifestações indiretas e arrogantes como a recusa do prefeito em dialogar com as mais autênticas e apertadas representações populares.

Ao tempo em que exigimos a cessação da violência policial que se abate sobre velhos, adolescentes e crianças, em praticamente toda a cidade do Salvador, formulamos ao povo e aos jovens um grande apelo no sentido de que cessem também as manifestações violentas de descontentamento popular, ainda é melhor do que a pasmaceira da submissão e do medo, que só faz criar um povo de escravos.

A luta contra a carestia e por melhores condições de vida para o povo deve continuar de forma organizada e pacífica. (TRIBUNA DA BAHIA, 22/08/81, p. 5)

A nota priorizava o debate político, mostrando todas as suas divergências com o governo. Embora seja uma nota dura, com denúncias contra o governo, colocando-o como responsável pelo quebra-quebra, por ter sido insensível à reivindicação popular e não ter revogado o aumento dos ônibus, os opositores afirmavam que os incidentes eram “o grito de sufoco do povo que explode cego e desordenadamente em lamentável violência”. De um lado, os partidos de oposição exigiam do governo que cessasse a violência policial; de outro, “formulam ao povo e aos jovens um grande apelo no sentido de que cessem também as manifestações violentas de descontentamento”<sup>54</sup>.

A posição de crítica ao governo e as ações da multidão acabaram evidenciando uma distância entre os movimentos organizados e as ações diretas e espontâneas, entre os partidos, o MCC e a multidão. Porém, esse efeito de divisão, não ficou restrito apenas a multidão e aos movimentos organizados. Foi, também, verificado dentro do grupo de partidos de oposição que assinaram a nota pública. O PT, no dia seguinte, retirou a assinatura do partido na nota.

Edval tenta explicar as circunstâncias em que assinou a nota. “Sabe como é só tinha liberal na hora”. “A nota era pior ainda, porque queriam colocar que qualquer mudança política só se faz através do voto”. Um dos membros do diretório do PT sintetiza um pensamento mais geral nos militantes do PT. “O Partido dos Trabalhadores tem de se desvincular da nota. As formas que a massa adota para lutar são justas. O lamentável é a violência do Estado, e não da população. A explosão popular foi a forma que a massa encontrou para exercitar a democracia, de forma desorganizada. Nós é que devemos organizá-la e educá-la. Por exemplo, quando populares estiverem apedrejando ônibus cheios de passageiros é necessário que os partidos de oposição orientem no sentido de que os ônibus sejam esvaziados antes dos apedrejamentos, para que não se façam vítimas entre o próprio povo”. (MOVIMENTO, 322 p 5)

---

<sup>54</sup> MOVIMENTO, 322, p.5

O PT apontou suas críticas à postura “liberal” e “pacifista” dos partidos de oposição. Mas acabou mostrando a falta de estratégia para se aproximar da multidão. Apenas demonstrava a vontade de controlar a situação, organizando e educando a população.

Neste caso, parece era a multidão que estava “organizando e educando” os partidos e os movimentos organizados. Ao passo que suas ações exigiam uma organização desses grupos, ensinando como colocar o governo contra a parede. É verdade que os efeitos dessas ações eram imprevisíveis, mas os quebra-quebras serviram de exemplo para o encaminhamento de algumas lutas em outros estados brasileiros.

Mesmo assim, os movimentos organizados continuavam buscando uma forma de encaminhar a luta sob o seu controle. “Com a presença de seis entidades profissionais, 30 entidades estudantis, militantes do PT e apenas um parlamentar, o Deputado Domingos Leonelli”<sup>55</sup>, teve início uma reunião convocada pelo Movimento Contra a Carestia. Sem pauta bem definida, todos queriam participar. Enquanto a coordenação do MCC avaliava que o movimento dos transportes já era vitorioso, embora nenhuma das reivindicações tivesse sido aceita até aquele momento, procurava mostrar a necessidade de fortalecer a luta. As outras forças políticas se uniram tentando interferir no processo. Afinal, todo mundo foi tomado de surpresa, e, só naquele momento, muitos passaram a enxergar a importância da luta contra a carestia.

Através de Edval Passos, o PT anunciava que lançaria uma nova nota e se desvinculava da anterior, assinada por todos os partidos, por entender “que PMDB, PP e PDT estavam chegando à não-violência, ao pacifismo”<sup>56</sup>. O PT caracterizou a nota da oposição como “lamentável”, pois a mesma condenava o quebra-quebra e na nova nota divulgada pelo partido, ao contrário da anterior, expressa seu “total e irrestrito apoio à luta dos trabalhadores e de todo o povo baiano contra o aumento de 61% no preço das passagens de ônibus”, pois parte da “luta geral por melhores condições de vida e liberdade”<sup>57</sup>.

A tentativa de diferenciação de posição para com os outros partidos de oposição gerou polêmicas. O deputado Domingos Leonelli comentou a nota do PT da seguinte maneira: “todas as atitudes do PT [...] revelaram uma profunda imaturidade política. É,

---

<sup>55</sup> MOVIMENTO 322 p. 5

<sup>56</sup> MOVIMENTO 322 p. 5

<sup>57</sup> A TARDE 23/08/1981, p. 6

na verdade, uma tentativa de pongo no bonde andando.”<sup>58</sup> Nesse momento ficou, mais uma vez, evidente as divergências dentro da oposição e a falta de encaminhamento prático para a retomada da liderança das ações de protesto pelo MCC. Não faltavam esforços, porém o movimento não tinha mais o controle da situação. A nota abaixo nos ajuda a compreender essa questão.

A coordenação do Movimento Contra a Carestia está a todo vapor. Diz que é necessário fortalecer o movimento e deixa claro que não tem nada a ver com o quebra-quebra, embora admita que surgiram da luta e que não cabe ao MCC impedir. A reunião está sob controle. São aprovadas todas as propostas da coordenação do MCC, segunda-feira, haverá outra reunião, no Sindicato dos Eletricitários, para discutir a ida ao prefeito, na quarta. A reunião chega ao fim. Alguém informa que populares estavam apedrejando dois ônibus na Ribeira. Delírio entre a maioria dos presentes. O deputado Domingos Leonelli sai preocupado. (MOVIMENTO, 322 p 6)

Essa preocupação que tomou conta do deputado, do MCC e dos movimentos organizados, de um modo geral, tem explicação. Nos arriscamos a entendê-la como um olhar para frente. Ou seja, a preocupação estaria baseada nos riscos que os quebra-quebras pudessem provocar ao processo de redemocratização e, mais especificamente, no pleito eleitoral de 1982. Essa hipótese torna-se provável na medida em que verificamos, de um lado: a exploração desse fato pelo governador, que inúmeras vezes fez referência às eleições do ano seguinte; por outro, o PMDB recuou e passou a não apoiar as decisões do MCC, condenando publicamente os protestos da multidão, como já vimos, essa posição também foi referendada por outros partidos.

Em uma linha de preocupação aproximada com a dos movimentos organizados, estava a posição do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela. O arcebispo se posicionou contrário aos protestos violentos, alegando que os mesmos trariam ainda mais violência para a sociedade. O religioso atribuía a responsabilidade dos protestos aos grupos organizados e demonstrava preocupação quanto ao impacto dos protestos com a chegada das eleições.

Como podemos notar, após três dias de ações diretas da multidão, o movimento contra o aumento dos transportes passou a ter várias divisões: a primeira, entre o movimento organizado e a multidão espontânea; a segunda: dentro do movimento organizado, divergências entre os partidos, divergências entre partido e movimento (PMDB X MCC). Apesar das divergências pontuais entre os partidos, uma questão ajuda a colocar as divergências de lado criando uma unidade de ação: a prisão de

---

<sup>58</sup>A TARDE 23/08/1981, p. 6

Haroldo Lima. O engenheiro ainda estava preso e o seu paradeiro era desconhecido. Companheiros de militância, amigos e familiares iniciaram uma “força tarefa” para retirá-lo da cadeia.

Mais de cem pessoas já haviam sido presas durante os três primeiros dias de quebra-quebra, boa parte tinha sido ouvida e liberada, outras, cerca de vinte, que foram presas em flagrante, foram encaminhadas para a penitenciária. Apesar do número grande de pessoas presas, duas chamaram mais a atenção por terem sido feitas fora das ruas, nas casas dos detidos. No dia seguinte à *quinta-feira da explosão popular*, o membro do setor jovem ligado ao PMDB – Alfredo Jairo dos Santos e o engenheiro, membro do Diretório Regional do PMDB e ex-preso político, Haroldo Lima.

A mobilização para localizar os dois e tirá-los da prisão foi intensa. O Comitê da Anistia na Bahia foi acionado, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, saiu nas delegacias em busca de informações sobre os presos, não conseguindo muito sucesso. Os partidos estavam mobilizados, o MCC também fazia movimentações para libertá-los. A família, assustada, também se mobilizou. Após um dia de buscas, conseguiram localizar os dois presos em questão. Em carta divulgada pela imprensa, a esposa do engenheiro expressou da seguinte maneira o que estava passando:

“Mais uma vez me vejo, juntamente com minhas três filhas, atormentada na paz e na tranquilidade da nossa família. Mais uma vez nosso lar é testemunha e sofredor do clima de intranquilidade que reina em nossa pátria. Meu marido, o pai das minhas três filhas, mais uma vez foi preso, não sabemos por quem, nem por que, nem onde se encontra. De que o acusam? De estar do lado do povo sofrido da nossa terra? De falar igual ao povo da Bahia contra o aumento do transporte? Como pode um homem ser responsável por um clima de tensão generalizado? Quem vive do lado do povo, quem anda junto do povo sabe que a paciência do povo acuado está chegando ao seu limite. As calúnias dos poderosos da terra não conseguirão apagar esta verdade, nem da face de Deus, nem do coração dos homens de boa vontade.” (JORNAL DA BAHIA, 23/08/1981, p. 8)

O governador tinha esses dois presos como trunfos especiais, eram os poucos comunistas presos durante os primeiros dias de protestos populares. E, por isso, não seria fácil libertá-los enquanto não cessassem os protestos. O representante da OAB (Jaime Guimarães), responsável por acompanhar o caso, expressava preocupação diante das dificuldades “pelo que pude inferir de uma conversa que tive com uma autoridade, o problema pode estar enquadrado na Lei de Segurança Nacional”<sup>59</sup>. Ou seja, o caso

---

<sup>59</sup> JORNAL DA BAHIA, 23/08/1981, p. 8

estaria passando para a Polícia Federal e para a Justiça Federal. Embora os presos ainda estivessem em posse da polícia estadual. Essa disputa duraria ainda alguns dias.

No domingo, dia 23 de agosto, sinalizava para uma trégua. A população estava calma. Poucos ônibus foram apedrejados, cerca de treze, as prisões acabaram tendo um número maior, por volta de vinte. Na sede do PMDB continua o plantão cívico, dirigido por Rômulo Almeida, que procurava localizar e libertar os dois membros do partido que estavam presos (Haroldo Lima e Jairo Santos). Nesse dia foram localizados na Secretaria de Segurança Pública, na Piedade, e na segunda-feira seriam transferidos para a Polícia Federal. De Paris, chegou mais um reforço em forma de telegrama enviado ao governador: “Inquietos com a sorte de Haroldo e Jairo pedimos sua libertação e esclarecimentos concernentes às acusações feitas contra eles. Assinam os comitês França Brasil, Internacional pela Defesa da Amazônia e o CBA” [Comitê Brasileiro pela Anistia]. Em Salvador, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, publicou sua primeira nota pública, com o pedido de que não houvesse mais prisões.

Enquanto a luta pela liberdade dos presos continuava, o PMDB foi a público para expressar a opinião do partido quanto a presença de comunistas nas suas fileiras. O governador ACM fazia questão de passar a imagem do PMDB enquanto partido que abrigava os “baderneiros” comunistas. O partido, por sua vez, declarou que abrigava entre seus quadros os comunistas, desde que, obedecessem ao programa partidário. “Dessa maneira, temos o privilégio de somar, numa convivência construtiva, diversas correntes, desde os liberais progressistas, os trabalhistas, os socialistas, inclusive os cidadãos que foram privados do registro”<sup>60</sup> partidário.

Na segunda feira, dia 24 de agosto, o jornal Tribuna da Bahia, apresentou, em sua capa, uma manchete preocupante para todos os envolvidos: “Depredações ameaçam a abertura”<sup>61</sup>. No dia seguinte outra manchete na mesma linha: “Planalto vê ameaça as eleições.”<sup>62</sup> Estava sendo inaugurada uma fase de pressão política através da imprensa, por parte do governo, para dar fim aos protestos. Isso acabava “tirando o sono” dos movimentos organizados. Essa fase se caracterizou pelas poucas depredações, pouca ação da multidão e, mais, pelo debate político e tensões. Essa foi, então, a fase de *tensão e negociação*, onde os movimentos organizados tentaram retomar a dianteira do movimento. Nesse sentido, os estudantes secundaristas contribuíram para o acirramento

---

<sup>60</sup> TRIBUNA DA BAHIA, 24/08/1981, p. 3

<sup>61</sup> TRIBUNA DA BAHIA, 24/08/1981, capa.

<sup>62</sup> TRIBUNA DA BAHIA, 25/08/1981, capa

de tensão ao entrar em greve, protestando contra a invasão do Colégio Central, quando foi ferido, a tiros, o estudante Edno Santos. Os alunos da UFBA anunciaram greve para reivindicar gratuidade no transporte do campus, os da Católica também pararam, pedindo redução das anuidades. Misturando pautas específicas e gerais, todos reafirmaram apoio ao Movimento Contra a Carestia, buscando articular manifestações e passeatas para a quarta-feira.

Mais uma vez, o Colégio Central foi alvo de preocupação para a polícia. A notícia que chegou ao Quartel dos Aflitos era a da organização de uma passeata. Em minutos os policiais já estavam nas proximidades do Colégio com a orientação de reprimir qualquer manifestação ou tentativa de depredações. Dessa vez a polícia não invadiu a unidade escolar, ficou do lado de fora em prontidão. Por sua vez, os estudantes denunciaram que a direção estava “encaminhando uma suspensão arbitrária de toda a diretoria do Centro Cívico”<sup>63</sup>. No dia anterior, o Secretário de Educação, Eraldo Tinoco, havia se reunido a diretoria e com alguns professores do Central, para orientá-los sobre os procedimentos a serem adotados diante dos acontecimentos. A passeata acabou não acontecendo, porém os estudantes entraram em greve.

A posição do governo era a de não autorizar nenhuma manifestação de rua, a não ser que fosse solicitada por algum partido político e indicasse percurso, dia e horário. Diante da tensão estava claro que nenhum partido iria encabeçar tal solicitação. Em outra direção estava o movimento estudantil, que insistia em realizar passeatas, mas como vimos, os estudantes do Central foram persuadidos a não sair às ruas. Os estudantes da UFBA, que eram contra a realização do vestibular, queriam ir às ruas para defender essa posição, mesmo assim o governo proibiu a manifestação. O governador era enfático “na via pública qualquer manifestação será reprimida” e fazia um apelo aos estudantes: “a nossa recomendação, sobretudo aos estudantes, é para que colaborem para evitar qualquer ato que possa prejudicar o bom relacionamento existente entre a juventude e o governo.”<sup>64</sup> O governador cobrava agora a ajuda dada ao Movimento Estudantil, quando permitiu a realização do encontro da UNE em Salvador, onde foi autorizado o uso do Centro de Convenções como local para abrigar o evento, como vimos no capítulo I.

O governador colocou ainda outra questão em suas declarações. Descartou a necessidade de interferência do Exército, alegando existir autoridade da polícia estadual

---

<sup>63</sup> JORNAL DA BAHIA, 25/08/1981, p. 8

<sup>64</sup> TRIBUNA DA BAHIA, 25/08/1981, p. 2



e a dele próprio. Mas afirmou que os fatos ocorridos em Salvador “não têm, isoladamente, a capacidade de prejudicar o processo de abertura, mas se ocorrências idênticas se verificarem em todos os lugares teria conseqüências.”<sup>65</sup>. Da mesma forma o Palácio do Planalto advertiu, através do secretário de Imprensa da Presidência da República, Carlos Átila, que as depredações “têm que ser evitadas para que as eleições se realizem normalmente”<sup>66</sup>.

Durante a noite, a oposição estava em pânico, diante da possibilidade de endurecimento anunciado pelo governador. Todas as forças políticas compareceram à reunião do MCC, no Sindicato dos Eletricitários. Entre os partidos de oposição existia um consenso: era necessário parar os apedrejamentos e impedir as passeatas. O Partido dos Trabalhadores também concordara, mas queria “garantir o avanço do movimento de forma organizada”<sup>67</sup>. Eram contra a manifestação de rua e propunha a concentração dentro do Mosteiro de São Bento, no centro da cidade, na quarta-feira, enquanto a comissão vai à prefeitura.

Outras forças, como as ligadas aos jornais *Hora do Povo (HP)* e *Voz da Unidade*, não concordaram, nem com a proposta de concentração em recinto fechado e nem com manifestações de rua. Queriam, apenas, que a comissão fosse até a prefeitura e garantisse que não haveria qualquer tipo de manifestação. A reunião foi tumultuada. A coordenação do MCC propôs apenas que a Comissão da Carestia entregasse as reivindicações à Mário Kertesz e disse que não tinha vínculos com as possíveis manifestações que outros setores realizava, mantendo a mesma postura inicial de que não tinha responsabilidade nos quebra-quebras. O deputado Domingos Leonelli e o Vereador Oliveira foram os únicos parlamentares presentes, além do secretário do PMDB, Luiz Leal, Leonelli tomou, posição naquele momento, contra as depredações e propôs a negociação com a prefeitura. Não adiantou.

Na hora da votação das propostas, quase tem tapa. O plenário se divide. De um lado, os militantes do PT, apoiadores do HP e algumas entidades profissionais se abstêm de votar. Do outro, dezenas de diretórios acadêmicos e grupos de jovens aprovam, por maioria, a proposta da coordenação do Movimento Contra a Carestia: a comissão vai ao prefeito, quarta-feira, às 15 horas. Quanto às manifestações, depende dos outros setores. Domingos Leonelli, antes de se retirar, diz que o PMDB não vota em nada, porque não é entidade, não participa das decisões da reunião e não se compromete com o MCC depois dos encaminhamentos aprovados. (MOVIMENTO 322, p. 7)

---

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> A TARDE 25/08/1981, capa

<sup>67</sup> MOVIMENTO 322 p.7

Os estudantes confirmaram para o dia seguinte a passeata em direção a prefeitura. A cidade respirava o clima de tensão com o forte policiamento. No início da tarde da terça-feira 25 de agosto, na Assembléia Legislativa, o deputado Domingos Leonelli articulava uma reunião das bancadas da oposição (PP e PMDB), para tentarem negociar uma solução com o governo, porém foi o próprio Antonio Carlos Magalhães quem convidou os partidos de oposição para conversar. O PP recusou-se a ir, porque considerava que não existia indicador de que o governador fosse fazer concessões. O PMDB acreditava em uma solução negociada, apostando na reunião com o governador.

No início da noite chegam ao Palácio de Ondina os deputados Domingos Leonelli, Adelmo Oliveira, Raimundo Cafezeiro, Luciano Ribeiro e Clodoaldo Campos. O resultado da reunião é o impasse. O governador não aceita as propostas da oposição, que pede a revogação do aumento de 61 por cento como a única forma de esvaziar as manifestações, e a libertação dos presos. Com Mario Kertész ao seu lado, Antonio Carlos Magalhães tem outra forma para esvaziar as manifestações: *dar pau* em qualquer distúrbio. Descreve para os parlamentares o aparato militar preparado. Aceita, contudo, que o prefeito receba a Comissão da Carestia. Mas, às 8:30 horas, e não à tarde. No fim, promete: se não houver manifestações, solta os presos. Os parlamentares oposicionistas saem desolados. Leonelli havia tentado o último recurso. De imediato, responsabiliza o governo e o prefeito pelas conseqüências do confronto. A “abertura” está comprometida. O massacre da população parece inevitável. (MOVIMENTO 322, p. 7)

O final apocalíptico da nota não está fora da realidade, afinal o PMDB apostava em alguma concessão do governo. Recebeu, no entanto, apenas negativas, não haveria revogação, o prefeito só receberia a comissão em um horário alterado e, se não houvesse passeata, soltaria os presos. Dessa forma ACM tentava colocar a responsabilidade das conseqüências nas mãos da oposição e, por isso mesmo, Leonelli saiu da reunião bastante preocupado.

Um pouco depois do encontro em Ondina, ocorreu outra reunião, na sede do PMDB, onde, para surpresa de muitos, as decisões tomaram outros rumos: a coordenação do Movimento Contra a Carestia aceitou pela manhã ao prefeito e o pessoal do movimento estudantil decidiu suspender as manifestações. “A proposta do governo era vista como vitória parcial.”<sup>68</sup> O Movimento aparentemente sem saída, e refém do produto que ele próprio criou, demonstrando receio quanto a ação da multidão, mesmo que declarassem o contrário. A surpresa da aceitação, por parte do Movimento, das propostas do governo caminhou para confirmar essa idéia.

---

<sup>68</sup>

MOVIMENTO 322, p. 7

Apesar da existência dos diálogos ao longo da terça-feira, cerca de 30 ônibus foram apedrejados durante a noite em vários bairros da capital baiana. A Rua Lima e Silva, no bairro da Liberdade, foi a mais agitada e ficou, durante a noite, intransitável, o mesmo acabou acontecendo na Ribeira onde sete ônibus foram apedrejados.

Às 6 horas da manhã da quarta-feira- 26 de agosto (dia da audiência entre o movimento e o prefeito), a Polícia Federal entrou em cena, efetuando três prisões:

o líder da Federação de Bairros, Valdemar Oliveira (assessor do deputado Domingos Leonelli), o estudante Diego Hita, que participa do diretório acadêmico de engenharia da UFBA e o ex-presos político Artur de Paula, chefe da sucursal do jornal *Tribuna da Luta Operária*. Outras pessoas são procuradas. A Polícia Federal carrega mais de 30 mandados de prisão. Toda a diretoria do DCE é perseguida. A casa da médica Jane Vasconcelos, líder local do MCC, é invadida. Ela semi-clandestina, não é localizada. (MOVIMENTO 322, p. 8)

Jane Vasconcelos, em entrevista, nos revelou as dificuldades que ela própria enfrentou, com as perseguições policiais: “estava sendo perseguida e teve momentos em que eu ficava mudando de lugar, invadiram a minha casa essas coisas todas, eu queria me apresentar, mas de tal forma que houvesse uma defesa.”<sup>69</sup> Apesar da repressão, a coordenação do Movimento Contra a Carestia chegou às 8 horas e 30 minutos à prefeitura, para audiência com o prefeito Mario Kertész. Jane Vasconcelos assumiu a frente da Comissão, “protegida” pelos parlamentares da oposição e representantes de várias entidades ali presentes. Na reunião:

O prefeito Mário Kertész joga duro: não aceito o prazo de 8 dias sugerido pela comissão para que dê uma resposta às reivindicações, descarta a possibilidade de revogar o aumento. A Comissão fica de procurá-lo oito dias depois. Kertész está com o pessoal atravessado na garganta. Afinal quem são eles, para serem recebidos pelo prefeito como representantes dos “anseios do povo”. Para infelicidade do prefeito, pelo menos naquele momento da luta pela revogação do aumento de transporte, a Comissão a Carestia é a única legítima representante do povo. (MOVIMENTO 322, p. 8)

O recorte do jornal, nos faz refletir, teria chegado ao fim o movimento? O prefeito rejeitou todas as propostas da oposição, pois só levaria à frente a proposta dele e de outros prefeitos: a de que só existe uma saída para abaixar os preços das tarifas do transporte coletivo – a redução dos impostos sob o diesel. Mesmo assim, o canal de diálogo não foi fechado, o prefeito prometeu dar uma resposta em definitivo após 8 dias e solicitou que o Movimento indicasse um representante para manter um diálogo durante esse período.

---

<sup>69</sup> Entrevista com Jane Vasconcelos

Nos jornais do dia seguinte àquela reunião não foi possível verificar nenhuma declaração dos movimentos organizados, apenas o o MCC, que convocou uma reunião para o dia seguinte. Esse silêncio nos leva em duas direções: a primeira, e a mais provável, era a de que o movimento sentiu o golpe e preferiu garantir a libertação dos presos, vide o acordo feito no dia anterior; a segunda, era a de uma improvável censura. Improvável porque os quatro jornais que trabalhamos, não trouxeram nenhuma palavra dos opositoristas após a reunião. E, como já vimos, existiam divergências de posicionamentos dos jornais, tornando difícil uma atitude de censura.

Após a reunião, pela tarde, a cidade estava tensa com a presença de enorme contingente policial. Os estudantes secundaristas e universitários cumpriam o acordo e não foram às ruas. As manifestações foram restritas às escolas. O esquema militar do governador estava todo na rua: além dos 7 mil homens da PM da Capital, foram acionados, ainda, a Companhia de Feira de Santana, forças da Polícia Rodoviária Estadual, da Florestal e viaturas de vários órgãos estaduais.

O aparato militar chamava a atenção da população. Na Praça Municipal centenas de populares aglomeram-se pelas calçadas esperando a Comissão da Carestia aparecer para falar com o prefeito. “Ninguém sabia que a reunião fora antecipada. Durante toda a tarde e começo da noite o povo fica lá, esperando, observando a polícia, que de vez em quando lança bombas de gás para dispersar as aglomerações.”<sup>70</sup>

A circulação dos ônibus foi reduzida. A população foi ficando irritada. A partir das 18 horas, começou o novo quebra-quebra. Pelo menos 30 ônibus voltaram a ser apedrejados em bairros diferentes da cidade. O movimento popular organizado estava imobilizado, enquanto a multidão voltava a roubar a cena. O “desencontro” entre a multidão e o movimento organizado poderia ter contribuído, ainda mais, para as ações diretas nesse dia. Por outro lado, os estudantes que prometeram não fazer passeatas, fizeram uma manifestação em frente à Reitoria da UFBA, em repúdio à prisão de um colega. Pelo mesmo motivo os estudantes da Faculdade de Direito da UFBA entraram em greve. A diretoria do DCE da UFBA, alegava estar sendo perseguida por policiais e acabaram se refugiando dentro da reitoria

No final do dia, o deputado Domingos Leonelli comunicou a imprensa que havia recebido um telefonema do deputado Luiz Eduardo Magalhães, filho do governador, anunciando que o Ministro da Justiça já havia mandado soltar todos os presos.

---

<sup>70</sup>

A boa notícia do final do dia anterior refletiu no amanhecer em Salvador. Estavam soltos Artur, Valdemar (estudante preso, provocando protestos no dia anterior) e Diego Hita. Na prisão ainda restavam alguns populares. Haroldo Lima também continuava na cadeia. “Este, ACM não perdoava, vai ficar lá: “Existem provas”, diz o governo. Podem ser enquadrados na LSN.”<sup>71</sup>

Haviam se passado nove dias e a cidade continuava respirando tensão. O prefeito ganhava tempo para dar a resposta. O MCC, se concentrava para tentar se reorganizar, para sair dessa disputa com alguma vitória. Esse período foi marcado por diminuição do número de depredações e mais debates nos bastidores. Ações da multidão tornam-se isoladas, restrita a alguns bairros longe do centro, com uma média entre 10 e 20 de ônibus apedrejados por dia. A cidade estava bem vigiada no centro, a maioria dos pontos de ônibus eram guardados por policiais. Por outro lado, os movimentos organizados priorizam a questão da liberdade dos presos enquanto o prazo para a resposta do prefeito não se esgotava.

No dia 27, pela noite, o MCC, junto com outras organizações, se reuniram na sede do PMDB para avaliação da reunião com o prefeito. Uma das resoluções do encontro tratou da situação dos presos – Haroldo Lima e mais oito populares.

O Comitê da Anistia e Direitos Humanos propôs a realização de uma vigília, na próxima segunda-feira, provavelmente em uma igreja, quando seria feito um movimento em defesa de Haroldo Lima e de todas as pessoas que se encontram presas.

Uma outra decisão da reunião de ontem, foi a criação de uma comissão técnica, integrada por dois membros do MCC, um representante do IAB e um do Clube de Engenharia da Bahia, que deverá entrar em contatos com o prefeito Mario Kertész ou seus assessores imediatos, a fim de fundamentar a viabilidade das reivindicações apresentadas. (A TARDE 28/08/81, p. 5)

Outro tema debatido durante a reunião do MCC foi a demissão da médica Jane Vasconcelos. A militante fora contratada desde o dia 13 de agosto de 1981 para prestar serviço no Posto Periférico do Centro Social Urbano de Narandiba, revelando ao jornal que “fora comunicada através de uma colega de trabalho”<sup>72</sup>. Ao procurar saber do motivo de sua demissão ficou sabendo que o estado estava em “regime de contenção de despesas”<sup>73</sup>. Dias depois, a Secretaria de Saúde explicou a demissão da Médica de outra forma:

A médica Jane Vasconcelos foi demitida porque, “tendo sido contratada no dia 13 deste mês, com a função específica de prestar atendimento médico à

---

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> A TARDE, 28/08/81, p. 5

<sup>73</sup> Idem.

população assistida pelo Centro Social Urbano de Narandiba”, após feita uma supervisão no local, uma semana depois, constatou-se que “nenhuma consulta médica havia sido dada. A médica apenas havia promovido reuniões com moradores da vizinhança”. (JORNAL DA BAHIA, 29/08/81, capa)

A demissão de Vasconcelos foi mais uma forma de pressão adotada pelo governo. A forma como foi feita o desligamento acabou caracterizando uma perseguição política, apesar da justificativa apresentada pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.<sup>74</sup>

Ainda sobre a reunião do MCC, uma última questão importante foi apresentada. O prefeito Raul Ferraz, de Vitória da Conquista, cidade do interior da Bahia, participou da reunião e expôs sua experiência sobre a questão do aumento dos transportes. Apesar da determinação da CIP de reajustar em 61%, o prefeito autorizou o aumento de 16% no valor das passagens em Conquista. Diante de sua vivência Ferraz revelou que “o aumento em Salvador poderia ter sido bem menor”<sup>75</sup>, pois a cidade tinha condições de negociar em melhores condições por ser uma capital de grande porte e, por isso, teria condições especiais de negociação com os fornecedores de peças para a manutenção dos ônibus. Segundo o Raul, os preços dos ônibus eram até um pouco menores para as grandes cidades e apontou ainda duas soluções para o impasse em Salvador:

Ou um decreto, que revogue o aumento e determine o estudo de novas bases, estabelecendo outra data para vigorar, ou prorrogar a vigência das novas tarifas até após o reajuste de novembro e neste prazo examinar as propostas feitas pelo Movimento Contra a Carestia. (A TARDE 28/08/81, p. 5)

As propostas apresentadas por Raul Ferraz não agradaram em nada o prefeito de Salvador. Com poucas ações da multidão e com um clima menos tenso, os últimos dias de agosto e o início de setembro serviram para o surgimento de propostas sobre a melhoria do transporte coletivo e a diminuição da tarifa.

Ministros, prefeitos, governadores, grupos de trabalho: de todo lado surgiram sugestões, idéias e propostas. E por incrível que pareça, formou-se dentro do próprio governo uma teia de confusões, com mentidos e desmentidos que envolveram todos os responsáveis pela área de transportes, chegando mesmo a uma troca de insultos entre o prefeito menino-dos-olhos do regime – Jaime Lerner, de Curitiba – e o general Oziel de Almeida, presidente do Conselho Nacional de Petróleo.

Lerner, juntamente com prefeitos de várias capitais, resolveu fazer um documento ao ministro dos Transportes e ao CNP, apontado com solução para a crise dos transportes urbanos, um subsídio especial para o óleo diesel consumido pelos ônibus e tachou o general Oziel de “tecnocrata insensível”,

---

<sup>74</sup> Em entrevista no dia 03/07/08, Jane Vasconcelos confirma nossa análise. “Eu entrei com um processo demonstrando que foi perseguição política, então fui readmitida.”

<sup>75</sup> TRIBUNA DA BAHIA, 28/08/81, p. 3

preocupado apenas com o lucro e não com as condições de vida da população. Por sua vez o general insinuou que os prefeitos (todos do PDS) tinham intenções “demagógicas e eleitoreiras”.

Mas ainda estava apenas no começo a guerra de declarações. O ministro Eliseu Resende, dos Transportes, numa conversa com empresários no Rio de Janeiro apresentou uma sugestão para o barateamento das passagens de ônibus que atraiu sobre ele uma bateria de tiros disparados até mesmo de seu próprio lado. Segundo o ministro, uma boa solução seria dispensar os trocadores dos ônibus e substituí-los pro cobrança eletrônica, como é feito no metrô e nos trens. Isto, afirmou, baratearia em cerca de 10,7% o preço das passagens. (MOVIMENTO 322, p. 10)

As propostas para solucionar os problemas referentes às passagens de ônibus são nacionais, principalmente, capitaneadas pelo grupo de prefeitos de algumas capitais brasileiras. Porém, dentro do próprio governo as diferenças eram imensas. A questão do combustível era a aposta dos prefeitos, inclusive, a de Mario Kertesz, que não escondia em apontá-la como único caminho viável. Muitas idéias apareceram embora com poucas ações – ônibus sem cobrador, ônibus sem poltronas, mais subsídios da prefeitura, etc. A cada proposta que aparecia, surgia um grupo que seria prejudicado, provocando desconfortos e debates acalorados. Os cobradores, por exemplo, se mobilizaram logo que surgiram as idéias de extinção dos seus postos de trabalho – ameaçando organizar uma greve nacional para evitar que a proposta vingasse.

Enquanto surgiam essas propostas pouco aplicáveis, o MCC, junto com outras entidades, se reuniam com assessores do prefeito cobrando soluções de curto prazo, sem conseguir sucesso, o que aparecia visava, apenas, a evitar novos aumentos. Em Porto Alegre, em virtude do quebra-quebra de Salvador, o prefeito decidiu não implementar o aumento, demonstrando que as “prefeituras tem condições de não acatar a decisão do CIP”<sup>76</sup>, afirmava um membro do MCC aos jornais, que insistia na possibilidade da revogação do aumento.

Na Assembléia Legislativa da Bahia, os debates aprofundaram essas questões. De um lado, o PDS reconheceu que 61% de aumento é muito alto para a população, porém isentava o prefeito de culpa, pois o mesmo acatou a decisão do CIP. Do outro, lado, estava o PMDB, liderado por Leonelli, que apresentou uma série de dados para basear suas propostas.

As atuais tarifas dos coletivos de salvador representam um acréscimo de Cr\$ 240 milhões mensais no faturamento bruto das empresas. As passagens, nos últimos cinco anos, aumentaram em 2.185%, sendo somente este ano 162%, enquanto o salário-mínimo teve um reajuste de 110%. Apesar de tudo isso (ou

---

<sup>76</sup> JORNAL DA BAHIA, 01/09/1981, p.

exatamente por isso), a Prefeitura se nega a trazer a público o processo que dirigiu ao CIP com as planilhas de custo que embasou as novas tarifas. E o PDS boicotou na Câmara Municipal a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (proposta pelo vereador Murilo Leite, do PMDB) para investigar a questão, depois mesmo de sua aprovação. (JORNAL DA BAHIA, 02/09/1981, p. 4)

As denúncias do deputado tentavam pressionar o governo a tomar uma posição sobre as propostas apresentadas pelo MCC. Porém, Leonelli, apontava, ainda, em seu discurso uma nova roupagem para as propostas. A primeira foi em direção a garantir a meia passagem para os estudantes. O parlamentar argumentava no sentido de que a idéia favoreceria os empresários, na medida em que mais estudantes passariam a usar o sistema de transporte, além de garantir receitas antecipadas com a compra do passe escolar. A segunda, estabeleceria uma tarifa única em torno de 16 cruzeiros (esse era o valor da menor tarifa, a mais cara custava 23 cruzeiros), o que de fato reduziria o índice do reajuste vigente, contudo, seria vantagem para os empresários, sobretudo, nas linhas curtas.

Na dia 02 de setembro, venceu o prazo do prefeito para dar uma resposta sobre as reivindicações do movimento. O prazo foi adiado para o dia seguinte, pois Kertesz estava em Brasília, com outros prefeitos, com o pleito de conseguir o subsídio do diesel. No dia 03, portanto, ocorreu a reunião no gabinete dos prefeitos com o Grupo de Custo de Vida do IEB, formado por Jane Vasconcelos, Sandra Soares, Edval Passos e Newton Ribeiro. Na reunião, nenhuma das reivindicações apresentadas foram atendidas. O prefeito se mostrou irredutível quanto à redução das passagens e à meia entrada, entretanto, quanto ao subsídio do diesel, se mostrou confiante em uma resposta positiva.

Diante das negativas do prefeito, que teve um caráter de palavra final, o movimento se viu diante de um desafio – o que fazer? Seria o fim da luta? Não, o movimento continuava tentando organizar a luta novamente, mas sem ações de rua. O MCC apoiou a medida judicial do vereador Agenor Oliveira do PMDB que entrou na justiça contra o aumento, mas acabou não prosperando. Mais adiante analisaremos os resultados dessa luta.

Noutra perspectiva, cabe também a pergunta – e a multidão, deixou de fazer os quebra-quebras? A mesma resposta podemos atribuir a essa pergunta. Não! A multidão foi ainda protagonista de mais uma ação – dessa vez – uma ação direta contra os governantes. Mario Kertész e ACM foram alvos da multidão durante a inauguração de uma obra viária na cidade.



A seguir iremos abordar a última parte do nosso objeto de estudo. Denominamos essa fase de: *sem perdão para as autoridades – das vaias às pedradas*.

### **Das vaias às pedras**

Às 19 horas e 30 minutos do dia 2 de setembro, quarta-feira, mais de cinco mil pessoas se aglomeravam entre os Viadutos dos Arcos e Marta Vasconcelos em Salvador, atraída pelo show de Raimundo Sodré. De cima do palanque, armado desde cedo no local pela prefeitura, ele fazia com que todos dançassem em um momento de felicidade. Com tudo organizado só faltava a chegada do governador Antonio Carlos Magalhães e do prefeito Mário Kertész para a inauguração do novo Viaduto dos Arcos e a duplicação do trecho final da Baixa dos Sapateiros. Uma obra cara que serviria para melhorar o tráfego da região, mas que contribuiria para restaurar o prestígio de Antonio Carlos e Mario Kertész, seriamente abalado com os quebra-quebras de ônibus que enfrentaram em duas semanas.

A inauguração do viaduto dos Arcos poderia ter sido o golpe de misericórdia nos opositoristas. Antonio Carlos e Mario Kertész pareciam apostar na grande festa, preparada com antecipação.

Mais de 20 ônibus que servem à população foram retirados de circulação e colocados à disposição do deputado Lourival Evangelista e do vereador Castelo Branco (PDS) para transportar dos subúrbios, principalmente de Periperi, o “povo”, que iria aplaudir o governador e o prefeito.

Com o show de Raimundo Sodré, a praça vai se enchendo. O pessoal do PDS está satisfeito. De repente, Raimundo Sodré, antes de iniciar uma nova música, conta uma história ocorrida durante o governo de Getúlio Vargas – é uma história das manifestações estudantis ocorridas na época, com um português comerciante, que insiste em não fechar seu estabelecimento. Aí, vai contando Sodré, os estudantes gritam quebra, quebra... Nesse momento a massa embaixo do viaduto responde em coro ao cantor quebra-quebra-quebra. O pessoal do PDS franze as sobrancelhas. Um vereador do governo comenta “o Sodré é maluco”. O cantor então, bem descontraído puxa uma letra de carnaval emendando o coro da massa: “Oi quebra, oi quebra, quebra, quebra guariroba, quero ver você quebrar”. A platéia embaixo canta junto. O ambiente se descontraí. O pessoal do governo respira aliviado. “Esse Sodré é o maior”. (MOVIMENTO, 322, p. 10)

Parecia não haver motivos para temor. Afinal, o local estava infiltrado de policiais a paisana. Segundo os jornais, todas as 11 delegacias de Salvador foram mobilizadas, os pontos estratégicos foram guardados por viaturas de polícia e soldados do 7º batalhão da PM.

Os fogos de artifício anunciavam a chegada dos governantes. Acompanhando os fogos estava a banda do Colégio Estadual de Periperi, saudando o prefeito e o governador. Era um encontro esperado desde que começara os protestos contra o aumento da tarifa de ônibus.

Da avenida do vale de Nazaré, na ponta do viaduto Marta Vasconcelos, surgiam, então, exuberantes, o governador e o prefeito. No meio vem um baiana típica que os conduz pelas mãos. Antonio Carlos Magalhães e Mario Kertész estão de roupa esporte, descontraídos, sorridentes e prontos para dar a volta por cima, vencedor no carnaval da inauguração os revezes das manifestações do MCC. Aos poucos, o som da bateria vai sendo abafado, pelas vaias, agora fortes, cadenciadas e um coro “ladrão, ladrão”. O pessoal do governo no palanque vai ficando pálido. (MOVIMENTO, 322, p. 10)

O encontro não foi nada tranqüilo. Nesse momento, muitos trabalhadores e estudantes do centro da cidade, antes de irem para as suas residências, aproveitaram para curtir o show e não havia motivação para ouvir os governantes falando. Dessa forma, é aceitável a forma como a multidão recebeu o prefeito e o governador. Mas, sigamos com o testemunho de Oto Filgueiras, autor da matéria do jornal Movimento:

O prefeito entende e pega o microfone com as mãos trêmulas para começar o discurso. Não se houve nada do que diz. A multidão, em baixo, vaia num só som e continua gritando “ladrão, ladrão”. A patota de Periperi não consegue puxar aplauso. O prefeito faz enorme esforço e chega a pronunciar “com ajuda do povo...” Mas sua voz agora é completamente encoberta pelas vaias. O prefeito encerra sua tentativa frustrada de discurso, um minuto depois de haver começado. Passa o microfone para ACM como se fosse como batata quente. Afinal com todo seu “prestígio”, o governador ai de contornar a coisa. As vaias mais fortes ainda. O coro “ladrão, ladrão, ladrão” agora é direto para o governador. É impossível ouvir o que diz. O governador vai ficando irritado. As cascas, e bagaços de laranja, pequenas pedrinhas, réguas, cadernos são atirados pela massa em direção ao palanque. Mario Kertész recebe um bagaço de laranja no meio da cabeça, mas, continua sorrindo sem graça. O governador não consegue completar. Só se ouve vaia e “ladrão, ladrão” e as mãos da massa estendidas para o ar em gestos que parecem um obsceno. Nos cadernos dos trabalhadores que estudam à noite são escritos cartazes improvisados como “queremos comida”. Uma faixa homenageando o governador é rasgada. (MOVIMENTO, 322, p. 11)

E ainda,

A patota de Periperi encostada no palanque que quer que o governador desça para o da massa, quer carregá-lo. O resto da massa que está atrás corre em cima, vaiando e gritando “ladrão, ladrão”. O pânico é geral. O governador parece querer se dirigir para o miolo da aglomeração, onde existe um grande grupo vaiando mais forte. Os agentes de segurança o puxam pelo braço, pra lá e pra cá. O quadro é de uma briga de festa de largo em salvador com a multidão correndo para todos os lados. Agora ACM já está próximo a uma das pontes do barranco do viaduto do Arco. Populares que estão em cima do viaduto atiram terra que cai em cheio na cabeça do governador. Os bagaços de laranja agora são substituídos por pedras atiradas de todos os lados. Antonio Carlos

finalmente consegue sair do meio do povo e segue por um cordão de soldados da PM até o carro. A “festa” está encerrada. A placa de inauguração do viaduto continua coberta, não pôde ser descerrada.

A multidão enfurecida, foi para o confronto direto com policiais, subiu para o Barbalho, em direção pela Sete Portas, voltava para a Baixa dos Sapateiros e começava a apedrejar os poucos ônibus que lá estavam. A polícia tentava conter o avanço da multidão disparando tiros. A partir dali, nada mais pôde ser controlado. Simplesmente o povo foi quebrando tudo que encontra pela frente. O bairro da Liberdade acabou sendo o palco da tragédia final.

Tudo começou por volta das 21h30min, no Aquidabã, pouco depois das inaugurações do Viaduto do Arco e do corredor Martha Vasconcelos/Sete Portas, ao som do conjunto de Raimundo Sodré.

Durante um tumulto, no bairro da Liberdade, quando um grupo de manifestantes tentava depredar um posto da Polícia Militar, morreu o menor Arnaldo Elioterio dos Santos, de 17 anos e de residência ignorada, assassinado com um tiro nas costas. Elioterio já chegou sem vida no Pronto-Socorro, para onde foi transportado pela viatura de prefixo “Luna – 19”, pertencente ao 7º BPM, dirigida pelo soldado Lourival Carlos França e que tinha o sargento Juarez Ferreira Ribeiro, no comando.

Baleado na perna esquerda por um desconhecido, segundo o registro no livro de ocorrência do posto policial do Pronto-Socorro, oriundo também do incidente ocorrido na Liberdade, Ronaldo dos Santos, de 19 anos e residente na Rua Mawal, 17, Caixa D’água, chegou ao hospital Getulio Vargas, conduzido pelo taxi de placa TX-7315, dirigido por José de Arimateia. (A TARDE, 03/09/1981, p. 3)

O episódio descrito marcou um fim trágico para o movimento. Aparentemente a confusão foi iniciada com uma simples brincadeira de pegar carona na traseira de ônibus. Como a cidade estava em alerta, com o acontecimento próximo ao viaduto inaugurado, policiais retiraram os jovens dos ônibus.

Eles então passam a jogar pedras no posto da polícia, localizado na rua Lima e Silva, próximo ao Plano Inclinado da Liberdade. Os garotos teriam saído correndo por rua – travessa 13 de Maio, perseguidos pelos dois PMs. Um dos policiais atira e Arnaldo Eleotério cai mortalmente ferido. O outro rapaz, de 19 anos, Ronaldo dos Santos, recebe um tiro na perna. (MOVIMENTO, 322, p. 11)

Durante a madrugada, o governador mandou levar ao palácio de Ondina os pais de Arnaldo. O governo custeou todas as despesas do sepultamento. Dessa forma, é provável, que tenha existido uma certa precaução para que o fato não fosse explorado pela oposição e que, também, não houvesse manifestação durante o enterro. A repercussão da investida popular contra os governantes e o fato da morte do jovem no bairro da Liberdade foi tida como uma surpresa. Essa surpresa, também mostra o caráter

espontâneo das ações da multidão, na medida em que, antes desse episódio, o clima na cidade era de tranquilidade, pois não haveria mais fôlego para a continuidade dos protestos, tanto por parte dos movimentos organizados, quanto por parte da multidão.

Ao que parece não existiu nenhuma participação de opositoristas durante as festividades para a inauguração do viaduto. Do mesmo modo, os membros do MCC, afirmavam que não existia nenhuma intenção de ir ao ato e que não aconselharia que ninguém fosse, pois seria uma festa preparada pelo governo com pessoas destinadas a homenageá-los.

Apesar da publicação da nota do PMDB condenando a violência policial e o assassinato do jovem Eleotério, não houve mais exploração do fato. O problema para a oposição era maior – como canalizar a fúria popular para ações pacíficas e organizadas. Na verdade, o MCC estava perdido no contato com a Prefeitura e o máximo que acenava para retomar a mobilização do transporte pela revogação da tarifa era a realização de uma assembléia popular 10 dias depois, para organizar novas formas de luta. Após uma reunião foi agendada uma assembléia para o dia 12 de setembro, no Largo da Lapinha. Essa foi a alternativa encontrada pelo movimento.

Nesses dez dias de preparação, pouco ocorreu em Salvador no quesito mobilização e protestos. Os quebra-quebras não duraram mais do que dois dias e, a essa altura, se limitava a alguns adolescentes que logo foram identificados. A cidade passou a respirar tranquilidade. O debate sobre as tarifas apareciam nos jornais em quantidade reduzida, os poucos registros que colhemos, tratavam de propostas para se evitar um novo aumento e sobre a assembléia popular do MCC, que chegou a ser proibida pelo governador, adiada por questões de organizações, até ser realizada, no pátio de uma Igreja Católica no bairro de São Caetano, com a intermediação – para evitar conflitos – de D. Avelar Brandão Vilela.

O movimento que abalou Salvador por quatorze dias chegou ao seu fim, quando atingiu o objetivo de reduzir as passagens de ônibus. Por outro lado, o movimento capitaneou outras conquistas a longo prazo. Na verdade, conquistas indiretas, mas que tiveram relação com o quebra-quebra como: a eleição de Jane Vasconcelos para vereadora, pelo PMDB em 1985, ocasião em que ela tornou-se integrante do recém criado Conselho de Transporte; e, o racha político entre Mário Kertész e ACM, iniciado com as divergências quanto as posturas de ambos durante o quebra-quebra, aprofundado com a questão da sucessão para o governo do estado, na qual ACM não apostou na

candidatura do prefeito, escolhendo outro nome em seu lugar. Em 1985, Mario Kertész se reelegeu prefeito pelo PMDB, concretizando o racha.

Por outro lado, podemos atribuir como conquistas da multidão: em primeiro lugar, a disposição em lutar, da sua forma, pelo o que achavam justo. Na medida em que tomaram as ruas passaram a ter papel de protagonista da história. Isso, em certa medida, contribuiu para o avanço da democracia, pois sugeriram alguns canais de diálogo, mesmo que esporádico, onde fizeram ouvir a sua voz. Ainda nessa perspectiva, a ação da multidão em Salvador, serviu de exemplo de contestação contra o regime ditatorial. Podemos defender essa idéia, observando os acontecimentos que se espalharam pelo país, onde as referências foram tiradas dos protestos soteropolitanos. O pavio estava aceso.

Em Santo André, São Paulo, onde 500 candidatos a uma vaga na Enulzit Indústrias Alimentares depredaram a fachada da empresa depois de esperarem, por dezenas de horas, o início das entrevistas para preenchimento do cargo. O próprio dono da empresa constatou o desespero dos desempregados. (MOVIMENTO 322, p. 12)

O grito dos desempregados e dos oprimidos eclodiu em várias partes do país após o exemplo de Salvador. Talvez por isso a prefeitura de Belo Horizonte tenha decidido cancelar o aumento de passagens que estava previsto para o dia 1º de setembro. “Belo Horizonte, juntamente com Recife, passou a ser uma cidade bem vigiada pelos serviços de informação, por reunir quase todas as condições para uma explosão violenta: lá, perto de 120 mil pessoas encontram-se desempregados.”<sup>77</sup> Cautelosamente, portanto, o prefeito de Belo Horizonte, Maurício Campos, preferiu receber uma comitiva de 42 sindicatos e organizações populares para ouvir as reclamações e reivindicações. Em Porto Alegre, como já foi dito, o prefeito não autorizou o reajuste.

Afinal, as condições de transportes eram tão revoltantes que os incidentes poderiam se espalhar descontroladamente por todo o país, inclusive pelo interior. Não seria um absurdo defender essa hipótese, pois, em São Carlos, interior de São Paulo, estudantes universitários ocuparam pacificamente 11 ônibus e se recusaram a passar na roleta. “Presos, os estudantes foram levados para a delegacia de policia, o que serviu apenas para provocar uma concentração de populares em frente à delegacia.”<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> MOVIMENTO 322, p. 12

<sup>78</sup> MOVIMENTO 322, p. 12

É possível, através desses exemplos, entender a violenta repressão organizada nesses locais. Como também, o surgimento do debate de que não seria possível realizar as eleições do ano seguinte, se o exemplo de Salvador se espalhasse pelo país. Cabe aqui uma ressalva importante sobre essas tentativas de atribuir conquistas ao movimento. Acolhemos a sugestão de George Rudé, de observar essas “vitórias” como possibilidades, pois segundo o autor “nesse campo de investigação, o historiador precisa andar com cuidado, evitar ser menos apressado e ser menos definitivo”<sup>79</sup>. O povo que lutava contra a panela vazia, ganhou as ruas e abalou Salvador.

---

<sup>79</sup> RUDÉ, George F. E. A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848, Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 13

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a história do quebra-quebra passo a passo. Para isso, foi preciso verificar o impacto da conjuntura no nosso objeto de estudo. Verificamos a influência da situação vivida no país nas ações dos movimentos organizados. O Brasil vivia um momento de turbulência na política, com o processo de abertura em andamento. Na economia, onde os índices inflacionários eram preponderantes na vida da população, principalmente os mais pobres. E no social, com o surgimento de vários movimentos sociais, partidos, reorganização estudantil, fortalecimento dos sindicatos e das greves. Foi nesse momento que surgiu em Salvador o Movimento Contra a Carestia (MCC), uma organização como forte presença de membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e lideranças de bairros, que reivindicavam a diminuição do custo de vida, a estabilidade dos preços dos alimentos, aluguéis e transporte.

As reivindicações dos movimentos sociais ganhavam espaço na Bahia, pois, como vimos, o Estado apresentava um quadro social lastimável, desemprego, trabalho informal, falta de moradia, insegurança e baixos salários. Até a Polícia Militar declarou greve exigindo melhores salários. Todos esses elementos foram importantes para a rebelião popular em Salvador, que após o anúncio de mais um aumento abusivo na tarifa do transporte coletivo e a ausência canais de discussões, saiu às ruas mostrando sua fúria apedrejando os ônibus. Dessa forma, o quebra-quebra não pode ser caracterizado como um espasmo sem sentido ou simplesmente motivado pelo aumento e sim por um conjunto de fatores.

Quanto aos sujeitos dessa história, concluímos que existiram três grupos. O primeiro reunia os movimentos organizados – MCC, algumas associações de bairros, o movimento estudantil (universitário e secundarista) e os partidos de oposição (PMDB, PP, PDT e PT). O segundo que podemos chamar de movimentos espontâneos e isso não quer dizer falta de organização e irracionalidade. Esses eram formados por estudantes, trabalhadores, desempregados, moradores de bairros, como pudemos identificar no sentido de conhecer os rostos da multidão. Por último, identificamos as forças de repressão, identificadas pelos governantes e seus pares, principalmente a polícia militar. Houve a participação intensa do Governador Antonio Carlos Magalhães, do prefeito Mário Kertész, dos empresários de ônibus e dos vereadores e deputados governistas.

Cada grupo apresentado tinha objetivos diferentes, em alguns momentos os objetivos confluíam e, em outros, mesmo dentro de um mesmo grupo, existia

divergências e conflitos. É provável que a diversidade de intenções tenha prejudicado a coesão do grupo e, conseqüentemente, os resultados. Para ilustrar essa idéia vejamos o caso dos governistas. Durante os protestos o governador apresentou críticas públicas ao seu correligionário Mário Kertész, criando um clima de animosidade entre eles. As divergências entre os dois tomaram, dois anos depois levaram ao rompimento políticos entre eles.

Outro exemplo foram as divergências dentro dos movimentos organizados, entre os partidos políticos. Como vimos no último capítulo acabaram retardando ações e aumentando a distância do movimento com a multidão. Esses desencontros contribuíram para a perda de controle dos protestos por parte do MCC.

É difícil estabelecer, de forma definitiva, as conquistas do movimento. Em curto prazo, não foi estabelecido nenhuma redução ou congelamento dos preços das passagens de ônibus, também não foi aprovada a meia passagem para os estudantes. Isso não quer dizer uma derrota, já que a médio e longo prazo, os frutos foram colhidos de forma direta e indiretamente.

Referimos-nos ao prestígio alcançado por membros do MCC, especialmente, Jane Vasconcelos que, em 1984, foi eleita vereadora de Salvador, sendo a segunda mais votada. A mesma Jane, passou a fazer parte do recém criado, na época, Conselho de Transporte, órgão responsável por analisar o conjunto de situações ligadas ao transporte coletivo, inclusive, os reajustes.

Ainda em médio prazo, é possível estabelecer algum tipo de relação entre o processo de participação popular no quebra-quebra e a luta pela democracia no país e nas conquistas eleitorais da oposição em Salvador. Vários participantes dos protestos se lançaram como candidatos e alcançaram vitórias nos pleitos nos anos seguintes. É óbvio, que não podemos relacionar essas conquistas diretamente ao quebra-quebra, porém em alguma medida esses dias serviram de escola para os opositoristas baianos.

Por fim, este trabalho trouxe para a história a força do povo de soteropolitano que mediu forças com os poderosos e abalou Salvador.



## ANEXOS



Foto 1. A TARDE 21/08/1981. Ação policial durante o quebra-quebra.



Foto 2. A TARDE 21/08/1981. Ônibus depredados no Terminal do Aquidabã.



Foto 3. A TARDE 21/08/1981. Ônibus incendiado na quinta-feira da explosão popular.



Foto 4. A TARDE 21/08/1981. Sinais de sangue do estudante Edno dos Santos baleado dentro do Colégio Central.



Foto 5. A TARDE 21/08/1981. Manifestante arremessando paralelepípedo contra um ônibus.



Foto 6. A TARDE 23/08/1981. Ônibus destruído dentro da garagem da Joevanza.

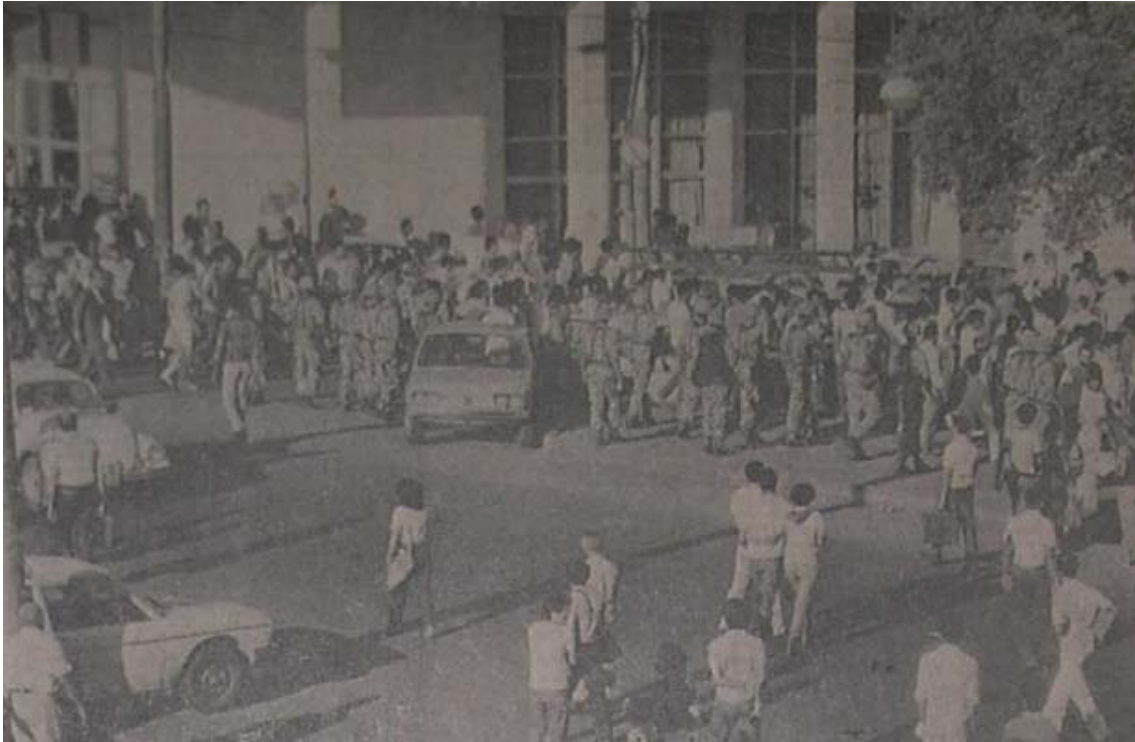


Foto 7. A TARDE 27/08/1981. Forte aparato policial na Praça Municipal.



Foto. 8. A TARDE 27/08/1981. Assembléia estudantil.



Foto 9. A TARDE 26/08/1981. Reunião entre oposição e governo sobre o aumento.



Foto 10. A TARDE 21/08/1981. Jovem se arriscam em ônibus depredado.



Foto 11. JORNAL DA BAHIA 22/08/1981. Aparato policial nas ruas de Salvador.



Foto 12. JORNAL DA BAHIA 23/08/1981. Ônibus incendiado.



Foto 13. JORNAL DA BAHIA 25/08/1981. Fila e muita espera pelos ônibus.



Foto 14. JORNAL DA BAHIA 25/08/1981. Aparato policial nos pontos de ônibus.



Foto 15. JORNAL DA BAHIA 28/08/1981. Estudantes do Colégio Central em greve.



Foto 16. MOVIMENTO 31/08/1981. Manifestação do MCC contra o aumento do preços das passagens de ônibus.



Foto 17. MOVIMENTO 24/08/1981. Manifestante depredando ônibus.



Foto 18. TRIBUNA DA BAHIA 03/09/1981. Inauguração do Viaduto dos Arcos antes da revolta popular.





Foto 19. TRIBUNA DA BAHIA DIA 21/08/1981 – capa do jornal sobre a quinta-feira da explosão popular.



Foto 20. MOVIMENTO 31/08/1981. Capa do jornal sobre o quebra-quebra em salvador.

## LISTA DE FONTES

### Impressos

- MOVIMENTO – julho até outubro de 1981
- A TARDE – julho até outubro de 1981
- JORNAL DA BAHIA – julho até outubro de 1981
- TRIBUNA DA BAHIA – julho até outubro de 1981

### Revistas

- VEJA – agosto e setembro
- ISTOÉ – agosto e setembro

### Fonte oral

- JANE VASCONCELOS – entrevista realizada no dia 03/07/2008. Líder do MCC e militante do PC do B. Foi eleita vereadora de Salvador em 1985, continua militando no partido e exerce a profissão médica.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Eliziário S. *Nova ofensiva do capital sobre o trabalho*. Salvador: UCSal, 2000.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos cruzados: Imprensa e Estado Autoritário (1964-1980)* Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário, 1968-78 o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1990.
- BAHIA, Assembléia Legislativa da. *Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana 1889 – 1991*. Salvador, 1997.
- BARROS, José D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, pp. 21-22. in. Alves, Bruna Neves. *O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas representações da Imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre, 2004. Dissertação de Mestrado em História da PUCRS.
- BRITO, A. M. e FERREIRA, Edemir Brasil. *Paixão, política e utopia: organização das assistentes sociais na Bahia, 1963-2003*. CRESS 5ª Região. Salvador, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Salvador. UFBA/IFCH, dissertação de mestrado em história, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Notas sobre o uso de fontes orais no estudo do movimento estudantil*. Mimeo. 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Companhia das Letras. São Paulo. 1987
- CARVALHO, Maria Alba Oliveira. *Salvador anos 80, tempos de normalidade e de*

*rebelião: um estudo sobre os movimentos sociais em Salvador*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCH/ UFBA. Salvador, 1991.

CEAS, Caderno do Ceas nº 62. Salvador, 1979.

CEAS, Caderno do Ceas nº 70. *O Pólo Petroquímico da Bahia e o desenvolvimento regional*. Salvador, 1980.

CEI – Centro de estatísticas e informações da Bahia. *Os indicadores sociais na década de 80*. Salvador, 1992.

CHAETIER, Roger. *A visão do historiador modernista*. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (org.). *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2001.

CHAUVEAU, Agnes. (org.) *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CPE – Centro de Planejamento e Estudos. *Informe Conjuntural*. Nº 02, Salvador, 1981.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. “*Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista*. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 213-255, jul./dez. 2003”.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Relume-Damará: ANPOCS, Rio de Janeiro, 1995

DUARTE, Adriano Luiz. O “dia de São Bartolomeu” e o “carnaval sem fim”: o quebra-quebra de ônibus e bondes na Cidade de São Paulo em agosto de 1947. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 25-60 – 2005.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero- Americanos*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, dez. 1998, p 269-289

ESPIÑEIRA, Victória. *O partido, a igreja, o Estado nas associações de bairros de Salvador*. Salvador, UFBA, FFCH. 1991. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.

FARIA, Vilmar (org). *Bahia de Todos os Pobres*. São Paulo: CEBRAP, 1985.

FERREIRA, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (org.). *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2001

FILGUEIRAS, Oto. “Quebra-quebra em Salvador”. *Cadernos do CEAS* 76, Salvador, 1981.

GOHN, Maria da Glória, *Movimentos Sociais e Luta pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

GOHN, Maria da Glória. *A Força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HABERT, Nadine. *A década de 70. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_, *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_, *Revolucionários*. Paz e Terra, São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_, *Capitão Swing*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1982.

JULIA, Dominique & Jean Bourtier (org). *Passados recompostos; campos e canteiros da história*. Editora UFRJ e Editora FGV, Rio de Janeiro, 1998

KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988.

KRAYCHETE, Gabriel. *A região metropolitana de Salvador nos anos 80: alguns indicadores econômicos e sociais*. Cadernos do CEAS 150, Salvador, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. Contexto, São Paulo, 2005, p 111 - 153

- MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MEIHY, José C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- MELLO, Agenor (ed), *Cartilha Histórica da Bahia, a República dos governadores*, Rio de Janeiro, Continente, 1986.
- MOISÉS, José Álvaro, *Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947*. in: Cidade, Povo e Poder, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis:Ed. Vozes, 1984.
- NETO, Joviniano Soares de Carvalho. *Mobilização estudantil e transporte público: a ocupação das ruas*. Cadernos do CEAS 208, Salvador, 2003.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, Rio de Janeiro, 1998.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- OLIVEIRA, Nelson e Gabriel Krachete. *Censo de 1980: um retrato da Bahia*. Cadernos do CEAS 79, Salvador, 1982.
- PAMPLONA, Marco A. *A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas*. Revista Estudos Históricos, nº 17. CPDOC FGV, Rio de Janeiro, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Revoltas, repúblicas e cidadania – Nova Iorque e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana*. Record, Rio de Janeiro, 2003
- POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, pp 3-15.
- \_\_\_\_\_, “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, pp 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (org.). Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2001.
- REMOND, René. *Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução*. . In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (org.). Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2001.
- RODRIGUES, Marly. *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. Ática, São Paulo, 1992.
- RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Zahar, Rio de Janeiro, 1982
- RUDÉ, George. *A multidão na História*. : estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848, Rio de Janeiro: Campus.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970- 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALLES, Severo. *Ditadura e luta pela democracia no Brasil: início da distensão política (1974-1979)*. Salvador: Quarteto, 2003.
- SANTOS, Andréa Cristiana. *Ação entre Amigos: a história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)*. Salvador. UFBA/IFCH, dissertação de mestrado em história, 2004.
- SANTOS, Mario Augusto da Silva. *A República do Povo: Sobrevivência e tensões Bahia*, EDUFBA, 2001
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988

- SILVA, Margarete Pereira da. *“Não tenho paciência histórica”: a Igreja Popular em Juazeiro (Bahia) – 1962-82*. Salvador. UFBA/IFCH, dissertação de mestrado em história, 2002.
- SILVA, Ruy Cezar Costa. *Depoimento: Memória do Movimento Estudantil*. 2004. Disponível no site <http://www.mme.org.br> – acessado no dia 25/07/2007.
- SOARES, Geraldo Ramos. *Os soldados da Polícia Militar da Bahia: caracterização sócio-econômica*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UFBA, Salvador, 1983.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon, Maria Celina D'Araujo, Celso Castro. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- STEPAN, Alfred C. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. UNESP/EDUFBA, Salvador, 2001
- THOMPSON, E. P, *Costumes em Comum*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998
- VIEIRA, Evaldo. *A república brasileira: 1964 – 1984*. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury, *A pesquisa em História, Ática*, São Paulo, 1989.
- VILLAS BOAS, Ana Lúcia (org). *O lugar na história: 30 anos DCE-UCSal*. Salvador, 1997.